

REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Volume 2 - Número 2 – julho a dezembro de 2018

ISSN: 2594-4754



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – LAPPRUDES

Equipe Editorial

Editor

Prof^o Dr. Heron Ferreira Souza, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Conselho Editorial

Prof^a Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.

Prof^o Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Erasto Viana Silva Gama, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Brasil.

Comissão Editorial

Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Ivna Herbênia da Silva Souza, Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Emerson Clayton Arantes, Universidade Federal de Roraima, Brasil.

Carla Teresa dos Santos Marques, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Aurélio José Antunes de Carvalho, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Sílvio Márcio Montenegro Machado, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Vivian Delfino Motta, Instituto Federal de São Carlos e Instituto Federal de Pernambuco, Brasil.

Comissão Científica

Prof^a Dra. Ágida Maria Cavalcante dos Santos, Universidade Federal do Amazonas, Brasil.

Prof^o Dr. Paulo Jose Lima Juiz, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.

Prof^o Dr. Marcelo Souza Oliveira, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^a Dra. Rita Vieira Garcia, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Roberto da Cruz Melo, Instituto Federal da Bahia, Brasil

Prof^o Dr. Rômulo Magno Oliveira de Freitas, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Rômulo Vinícius Cordeiro Conceição de Souza, Instituto Federal de Pernambuco, Brasil.

Prof^a Dra. Sandra Nívia Soares de Oliveira, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil.

Prof^a Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.

Prof^a Dra. Simone Varela, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^a Dra. Terezinha Duarte Vieira, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

Prof^o Dr. Tiago Rodrigues Santos, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Brasil.

Prof^a Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.

Prof^o Dr. Hernandes de Oliveira Feitosa, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Gilson Antunes da Silva, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Adelmo de Souza Xavier, Instituto Federal da Bahia, Brasil.

Prof^o Dr. Alisson Jadavi Pereira da Silva, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Delfran Batista dos Santos, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^a Dra. Dislene Cardoso Brito, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^a Dra. Edite Maria da Silva Faria, Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Prof^a Edna Maria da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Prof^a Dra. Eva Aparecida de Oliveira, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Prof^a Dra. Felizarda Viana Bebé, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Prof^o Dr. Fernando Ferreira de Moraes, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.

Prof^o Dr. Francisco Antonio Nunes Neto, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil.

Prof^o Dr. João Batista Barbosa, Instituto Federal de Sergipe, Brasil.

Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano - Campus Serrinha
Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha - Bahia, CEP: 48700-000
Pavilhão Pedagógico, Sala 01. LaPPRuDes Revistas.

ISSN 2594-4754



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
PERCEÇÃO AMBIENTAL DA CAATINGA: UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA Daise Oliveira Carneiro, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos	5-20
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AS CISTERNAS COMO TECNOLOGIAS SOCIAIS Gilberto Ferreira da Silva Neto, Mariluze de Carvalho Campos Silva	21-30
ANÁLISE ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAMARÃO – BA: ACESSO À ÁGUA COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA Jackeline Lisboa Araújo Santos, Sandra Maria Furiam Dias	31-42
AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GERENCIAMENTO EM RECURSOS HÍDRICOS E SUA RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NA IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS RURAIS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA Rodrigo Bertoldo de Souza, Juliana Araújo Santos	43-52
UMA PAISAGEM EM PAISAGENS DA RESISTÊNCIA: AS PICHAÇÕES EM VILA AUTÓDROMO Victor Tinoco	53-69
DENDÊ DE VALENÇA, BAHIA: INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA Lívia Liberato de Matos Reis, Edna Maria da Silva e Luana Santa Inês Cunha	70-91
REFLEXÕES SOBRE O FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES DAS CRIANÇAS DO CAMPO A PARTIR DA INTERVENÇÃO DE EXTENSIONISTAS RURAIS Kelly Santiago Oliveira, Davi Silva da Costa	92-107



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

EDITORIAL

A REVISTA MACAMBIRA é um periódico científico multidisciplinar com foco em produções relacionadas às linhas temáticas do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes, especificamente: Educação do Campo, Educação em Agroecologia, Educação Ambiental, Agroecologia, Educação e Trabalho, Educação e Diversidade, Políticas Públicas, Estudos Agrários e Identidade Camponesa, Economia Solidária e Desenvolvimento.

Nesse sentido, temos a honra de divulgar para os leitores e demais interessados o volume 2, número 2 de julho a dezembro de 2018, com sete artigos.

Os textos aqui publicados são de responsabilidade de seus autores e trazem importantes contribuições aos estudos ambientais, políticas públicas e semiárido, estudos de paisagem e extensão rural.

Daise Oliveira Carneiro e Maria Auxiliadora Freitas dos Santos trazem discussões sobre a percepção ambiental da caatinga sob a ótica da educação ambiental de base comunitária.

Gilberto Ferreira da Silva Neto e Mariluze de Carvalho Campos Silva, Jackeline Lisboa Araújo Santos e Sandra Maria Furiam Dias, Rodrigo Bertoldo de Souza e Juliana Araújo Santos discutem questões relacionadas a água no semiárido, levando em conta as políticas públicas, acesso e gerenciamento do recurso natural.

O artigo de Victor Tinoco traz um olhar sobre as pichações em Vila Autódromo, numa perspectiva de resistência apresentada na paisagem.

Lívia Liberato de Matos Reis, Edna Maria da Silva e Luana Santa Inês Cunha trazem uma discussão sobre a indicação de procedência do dendê de Valença-BA e por fim Kelly Santiago Oliveira e Davi Silva da Costa fazem reflexões sobre o fortalecimento das identidades das crianças do campo a partir da intervenção de extensionistas rurais

Desejamos a todos e todas boa leitura e convidamos a realizar submissão de seus trabalhos a REVISTA MACAMBIRA através do site www.revista.lapprudes.net.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA CAATINGA: UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA

Daise Oliveira Carneiro

Pedagoga (UNEB), Especialista em Educação do Campo (IF Baiano), Professora da Educação Básica em Conceição do Coité. Atua no Grupo de Pesquisa Bio-Tanato-Educação: Interfaces formativas (Linha de pesquisa- Ensino de Ciências Naturais).

E-mail: daiseeducacaoambiental@gmail.com

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos

Bióloga (UEFS), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental (UEFS), Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA (UFPE), Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha

E-mail: dorafreitas2004@yahoo.com.br

ARTIGO

Recebido: 19 de novembro de 2018

Aceito: 20 de dezembro de 2018

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma reflexão acerca da percepção ambiental da caatinga e de integrantes da pesquisa desenvolvida na Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, Conceição do Coité - Território de Identidade do sisal (BA). São lugares de fala que expressam percepções atreladas aos sentimentos, enredos e histórias de vida com o território do viver sertanejo e sua relação com a produção agrícola. Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.

Palavras-chave: Educação Ambiental Comunitária. Convivência com o semiárido. Produção agrícola.

ABSTRACT: This article aims to present a reflection about the environmental perception of the caatinga of members of theres earch developed in the Association of Residents of Queimada do Cedro, Conceição do Coité – Identity Territory of sisal (BA). They are places of speech that Express perceptions linked to the feelings, entanglements and life histories with the territory of sertanejo living and its relation with agricultural production. However, theres earch outlined in this study does not fall within the scope of this paper, as further research is needed on the subject matter here.

Keywords: Community Environmental Education. Living with the semi-arid. Agricultural production.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base analisar falas de sertanejos integrantes de uma associação comunitária, localizada na área rural do município de Conceição do Coité (BA), foco de uma pesquisa-ação desenvolvida no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Serrinha* - BA.

A ênfase dada neste estudo se baseia em uma investigação analítica das possíveis relações da percepção ambiental da caatinga com a produção agrícola dos participantes do Plano de Ação, intitulado “Educação Ambiental em espaço não escolar: narrativas e percepções da caatinga”, haja vista que a questão norteadora do estudo visa estudar de que forma a percepção ambiental da caatinga está relacionada com a produção agrícola de sertanejos integrantes da Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, Conceição do Coité - BA.

Desse modo, a compreensão de percepção ambiental neste trabalho baseia-se no entendimento dos símbolos e representações oriundas de subjetividades, contexto e histórias de vida que podem ter relação de topofilia, ou não, com um determinado ambiente. Para Tuan (1980, p.107) “a palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

O estudo da percepção ambiental enquanto campo de pesquisa aliada à Educação Ambiental “[...] permite identificar a visão do grupo envolvido no processo de sensibilização em relação ao seu meio ambiente e, a partir desta, proporciona ampliação ou mudança de valores frente às potencialidades e problemas ambientais.” (OLIVEIRA, 2009, p.39).

Embora a origem do estudo da percepção ambiental seja a psicologia com a inserção da temática psicologia ambiental, outras áreas do conhecimento têm recebido influência, vide exemplo a Educação, Geografia e Filosofia. Para Melazo (2005, p.47) “[...] teorias diferentes sobre percepção são encontradas em várias áreas com diferentes enfoques. As sensações é

que nos dão as qualidades, as impressões dos objetos e conseqüentemente os significados e valores atribuídos por nós.” (MELAZO, 2005, p.47).

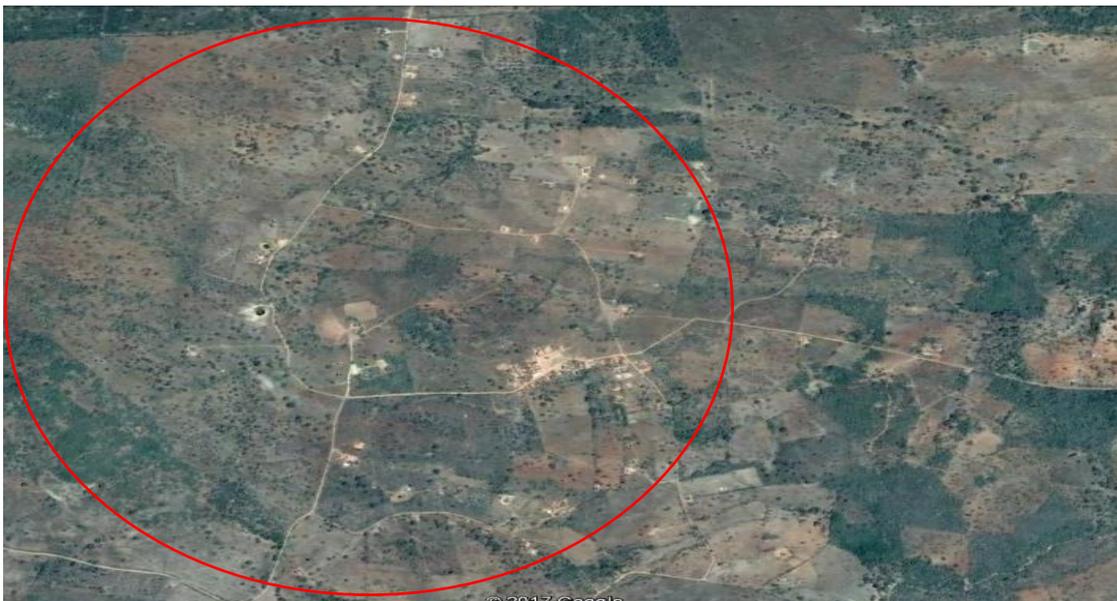
A percepção ambiental, ainda segundo Melazo (2005), deve ser entendida com o envolvimento de fatores sensoriais e subjetivos; valores culturais e atitudes ambientais, haja vista que é fundamental compreender as inter-relações do homem e o ambiente. Portanto, o cognitivo, a personalidade e o ambiente social e físico influenciam no processo de percepção que interage com o ambiente e os seus indivíduos.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DO ESTUDO

O objetivo desta subseção compreende em apresentar uma breve contextualização do campo empírico do estudo.

Sendo assim, a Associação em questão fica localizada na comunidade de Queimada do Cedro (Fig.1), área rural do município de Conceição do Coité - BA, Território de Identidade do Sisal, no semiárido baiano.

Figura 1 - Delimitação espacial da comunidade de Queimada do Cedro - Conceição do Coité - BA.



Fonte: Google Earth.

A paisagem natural do Território de Identidade do Sisal, segundo Cerqueira e Vale (2012), é marcada pela ocupação e uso desordenado do solo para ampliação de pastagens e áreas de cultivos, essas atividades além de provocarem um intenso desmatamento da caatinga também equacionam a perda no potencial agrícola dos solos, elevação da aridez e suscetibilidade ao processo de degradação/desertificação, o que é confirmado através das falas dos integrantes deste estudo.

Diga-se de passagem, portanto, que a base produtiva da comunidade supracitada se baseia pela produção de leite e corte bovino, mas que nos últimos anos obteve uma queda na produção em virtude da estiagem prolongada. Além da criação de bovinos, há também as de caprinos, mas em menor proporção de proprietários que adotam esta produção.

A Mandioca (*Manihotesculenta*), feijão (*Phaseolusvulgaris*) e milho (*Zeamays*), compõem a produção agrícola, todavia, apenas quando a incidência de chuva é maior, pois conforme Evangelista (2011) essas culturas são totalmente dependentes do regime pluviométrico.

Com relação à água, esta é fornecida pela concessionária local, sendo abastecida também por carros pipas em períodos críticos correlatos à estiagem prolongada. Já o resíduo doméstico é recolhido em período quinzenal pelo transporte da limpeza pública do município.

Ainda sobre a questão do resíduo sólido, atualmente a comunidade conta com um ponto de coleta da Associação de Catadores e demais Trabalhadores em Materiais Recicláveis do Território do Sisal (ACTAMARES) do município de Ichu (BA).

No aspecto educacional, a comunidade possui uma única unidade de ensino no qual oferece da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental - Anos iniciais. Após completar essa etapa do ensino, na Educação Básica, as crianças da comunidade deslocam-se ao município de Ichu, num trajeto de 10 km ou ao Distrito de Juazeirinho - Conceição do Coité, a 12 km.

Destaca-se, assim, a atuação da escola do campo no sentido de temas relacionados à Educação Ambiental (Fig.2), pois o trabalho pedagógico docente a partir de metodologias do Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo, do Programa Despertar, contribui para o fortalecimento da identidade camponesa das crianças e fomenta, nesse sentido, práticas que sustentam a relação da escola com a toponímia da comunidade, como se refere à atividade da figura a seguir, na qual as turmas estão em uma aula prática de Educação Ambiental e a professora mostra a árvore Cedro, símbolo identitário comunitário.

Figura 2 - Atividade de Educação Ambiental desenvolvida na escola da comunidade.



Fonte: CARNEIRO, N. 2017.

Com relação à educação em espaço não escolar, o Pov. Queimada do Cedro, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Conceição do Coité, conta com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, serviço essencial na construção de valores identitários e convivência grupal.

As atividades desenvolvidas no SCFV (Fig. 3) estão contribuindo para o fortalecimento da identidade das crianças e dos adolescentes do campo, do sertão e do semiárido baiano, isso reafirma a fala da orientadora social, onde ela deixa claro que “O SCFV é uma ação que visa promover a socialização e convivência familiar e comunitária na vida dos usuários do SUAS de forma significativa” (Informação informal, 2018). Como se pode observar na atividade da figura 2, onde as famílias da comunidade juntamente com as crianças e adolescentes do Serviço assistindo ao documentário “Sertão como se Fala” lançado no dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, no qual tem cenas gravadas em Queimada do Cedro.

Figura 3 - Atividade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV



Fonte: Santiago, H. 2017.

Outro exemplo do símbolo identitário comunitário constata-se no escudo do time de futebol da comunidade, pois segundo a fala do integrante da comissão técnica do time a ideia nasceu a partir da iniciativa de representar a história da comunidade, portanto, “é um pé de cedro aí, onde o verde representa a natureza, o vermelho baraúna é para representar as queimadas que teve, vermelho é as queimadas, verde é os cedros” (dado informal, 2018). Além do futebol, o cedro também é representado no slogan do Grupo de Produção de Mulheres da localidade que produzem licor caseiro e temperos.

As manifestações religiosas da comunidade, por sua vez, compreendem predominantemente da Igreja Católica e há, também, um grupo de evangélicos que realizam os cultos quinzenalmente. As manifestações de caráter artístico e cultural se destacam entre os grupos de capoeira de diferentes faixas etárias, futebol e o Grupo de Samba Raízes da Terra, sendo o futebol o esporte predominante.

A CAATINGA: DIÁLOGO, DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO SEMIÁRIDO BAIANO

O objetivo desta seção consiste em estabelecer diálogos com pesquisadores que já referenciam essa temática, enfatizando desafios e potencialidades a partir da localidade do estudo, o qual consiste em uma comunidade rural situada no Território de Identidade do Sisal, no Semiárido Baiano.

É importante ressaltar que a caatinga é um bioma endêmico, possui uma vasta vegetação e cactáceos adaptados ao clima semiárido, uma fauna bastante diversa onde se concentram diversas espécies de répteis, insetos, aves e mamíferos. Segundo Nascimento (2015, p.16) cujo bioma “[...] possui características endêmicas surpreendentes, encontrada somente no nordeste brasileiro. Além de sua peculiar coleção faunística e flora nativas a Caatinga é altamente habitada pelo homem [...]”.

É importante ressaltar que embora a degradação ambiental da caatinga não seja uma problemática atual, nota-se uma ênfase maior do desmatamento da Amazônia e na Mata Atlântica, o qual não consiste em uma prática ingênua, não se trata apenas de uma problemática naturalista, existe arcabouço político e ideológico que perpassa por essa questão de estereotipar o bioma supracitado como um ambiente inóspito e sem desenvolvimento, “[...] o qual é considerado, atualmente, como um dos biomas mais devastados no território brasileiro.” (EVANGELISTA, 2011, p. 2).

Portanto, de maneira geral, a questão da degradação ambiental não é um tema novo em discussão, ao longo da história do Brasil podemos constatar segundo Feitosa (2014)

figuras-chave que influenciaram o ambientalismo brasileiro, esses condenavam a escravatura, o esgotamento da fertilidade e degradação dos solos e protestavam contra o desmatamento, a exemplo de José Bonifácio de Andrade e Silva, no século XIX, Joaquim Nabuco em 1883 e o abolicionista André Rebouças.

O processo de degradação ambiental desse bioma deve-se a vários fatores, dentre eles, as “[...] práticas agrícolas inadequadas, o desmatamento, a infertilidade e a compactação do solo; os processos erosivos e a salinização de algumas áreas [...]” (BRASILEIRO, 2009, p.3).

Nesse contexto, a urgência por mudanças perpassa além de um processo educativo formal, sendo que para Feitosa (2014) a educação é um elemento chave na promoção do desenvolvimento local sustentável e “[...] a politização dos valores ambientais se expressa, sobretudo, nos projetos de educação não formal, realizados por grupos ecológicos nas comunidades, vinculados à defesa de seu meio, à apropriação social da natureza e à autogestão de seus recursos de produção [...]” (FEITOSA, 2014, p. 29).

Diante disso, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de se incorporar no debate ambiental questões concernentes do bioma caatinga no âmbito do semiárido baiano em virtude de envolver as pessoas desse contexto com as problemáticas e potencialidades a partir dos seus lugares de vivências, sendo importante, nesse sentido, construir práticas de Educação Ambiental para além de uma realidade escolar.

À guisa disso, essa produção escrita parte do princípio de que a Educação Ambiental fomenta práticas e ações dentro e fora dos espaços escolares na perspectiva holística, envolvendo os diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade, para assim compreender os fenômenos referentes à questão ambiental, de modo que “em nosso entendimento, o basilar da Educação Ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas [...]” Ruscheinsky e Costa (2002, p. 84).

Nessa dimensão, é importante situar que a educação vai além dos muros escolares e está presente também nos movimentos sociais, igrejas e demais espaços sociais que compõem a sociedade. Além da educação formal, que é “aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GONH, 2010, p.16), existe também a educação não formal que ocorre nos espaços não escolares e as suas práticas “se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas

associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.” (GOHN, 2010, p.36).

No tocante à educação em espaços não escolares, a Educação Ambiental tem a flexibilidade de se trabalhar conceitos, percepções e conhecimentos referentes à questão ambiental sem se limitar ao espaço escolar. Agrega, dessa forma, outros atores sociais, como é o caso dos associados da Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, município de Conceição do Coité - BA.

Diante disso, segundo a Lei 9.795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Art. 2º diz que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999)”.

Na perspectiva da Educação Ambiental não formal, almeja-se com essa produção escrita discutir a percepção ambiental como a compreensão de conceitos, percepções e sentidos atribuídos pelos sujeitos pesquisados a respeito de conhecimentos da questão ambiental. Diante disso, a Lei 9.795/99 entende a educação não-formal como aquela desenvolvida por meio de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (BRASIL, 1999).

Portanto, existe uma necessidade de haver pesquisas no contexto rural na perspectiva da questão ambiental com ênfase no bioma caatinga, uma vez que este último tem limites estreitamente no território nacional, porém, pouco estudada, além de ser a “região natural brasileira menos protegida, pois as unidades de conservação cobrem menos de 2% do seu território.” (LEAL; TABARELLI; SILVA. 2003, p. 13).

O processo de degradação ambiental afeta os ecossistemas, provocando a desertificação e, por consequência, o êxodo da população dos povos do campo que habitavam esses setores da região, haja vista, existe uma perda da biodiversidade e também dos aspectos inerentes a questões culturais. Desse modo, “[...] a degeneração dos ambientes urbanos e rurais na busca de exploração de espécies e atividades mais valorizadas nos meios econômicos e de produção tendem a promover perdas inestimáveis de qualidade de vida pelas populações.” (GIESTA, 2002, p. 157).

Com isso, pensar em ações da Educação Ambiental em espaços não escolares no contexto rural consiste em analisar o próprio campo como uma possibilidade de se refletir e atuar nessa realidade de maneira crítica e, para isso, também, requer observar o contexto

social e analisar seus possíveis conflitos e potencialidades. Pensando nisso, a percepção do bioma caatinga engloba nessa discussão a perspectiva de compreender os significados atribuídos, transpondo o conceito de caatinga como “mata branca”.

VIDA, PORQUE A CAATINGA DÁ VIDA: O BIOMA CAATINGA NA PERCEPÇÃO DOS SERTANEJOS

Vida, porque a caatinga dá vida [...] Quando a gente entra na caatinga, a gente se sente protegida, a gente sente, fica alegre [...].
(ENTREVISTA DE JUREMA, 2017).

A memória materializada na narrativa acima sinaliza com leveza a caatinga a partir da compreensão da sertaneja que compreende esse bioma além das questões biogeográficas, a sua memória traduz enredos de vida, sentimento de pertencimento e de proteção.

A caatinga, que é um bioma endêmico, possui uma vasta biodiversidade, no entanto, o extrativismo, o desmatamento, a caça predatória, a agricultura e a pecuária feitas de forma inadequada vêm ocasionando alterações ambientais, dentre outras atividades, como a mineração, que causam alterações e interferem na vida das pessoas e ecossistemas.

Portanto, segundo o relato de jurema:

A caatinga é um bioma natural que onde lá se concentra a maioria dos pássaros, dos animais, do até as plantas medicinais até pra sobrevivência da população [...] era onde a pessoa tirava a questão da sobrevivência, da palha pra fazer pindoba pra fazer vassoura que já era um meio pra ganhar dinheiro, tinha também a questão da samambaia pra fazer arte, a lapinha essas coisas e hoje não tem mais. (ENTREVISTA DE JUREMA, 2017).

Assim, Jurema traz à memória elementos que também indicam a extração e retirada dos bens naturais, na perspectiva utilitarista do meio ambiente, exemplo: a extração da palha para fazer pindoba e a arte das lapinhas em períodos natalinos. Contudo, ela entende que para extrair os bens naturais desse bioma é preciso criar uma cultura de reposição desses bens, visando à sustentabilidade. E assim, “[...] com o acesso às tecnologias apropriadas, conviver com as nuances do clima semiárido, de forma digna e equilibrada, compreendendo os limites dos sistemas ambientais, como também as suas potencialidades em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade local.” (EVANGELISTA, 2011, p. 11).

Interessante que a memória relacionada da la pinha aparece em mais uma entrevistada quando se perguntou a respeito do conceito da caatinga. Segundo o relato de Aroeira:

[...] até a gente mesmo se sentia assim aquela frescura quando a gente antigamente ia tirar aquelas casquinhas pra fazer lapinha [...] tanta coisa a gente via. E hoje pouca caatinga ainda existe e as que existe é toda limpa por de baixo, você quase nem ver uma caatinga como antigamente [...] ver árvore, mas caatinga fechada como antigamente não. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

As narrativas acima sinalizam bastante uma visão utilitarista da natureza, o qual se coloca a caatinga como um espaço que se retira bens naturais para a sobrevivência e também se extrai matérias primas para produzir, por exemplo, vassouras. Isso denota o desaparecimento de plantas da caatinga, como foi compreendido a partir das falas das entrevistadas.

Outro aspecto que chama atenção é com relação à pecuária feita de forma inadequada na localidade pesquisada, pois áreas de terras foram desmatadas para fazer a cultura de capim com o objetivo de criar o gado que, no entanto, não é favorável para o clima semiárido. Isto fez com que houvesse uma perda da biodiversidade na localidade, pois com o desmatamento “os animais saiam desse lugar pra tentar sobreviver em outro e também a caça predatória que matava exageradamente tanto preá, bengo, esses animais pouco se ver.” (ENTREVISTA COM JUREMA, 2017).

Segundo Evangelista (2011, p.06) “[...] a problemática do desmatamento da caatinga deve ser analisada por diferentes perspectivas (governamentais, ações da sociedade civil, questões ambientais), como um problema grave a ser gerido no bojo do planejamento territorial”.

No entanto, para Juazeiro a ação de desmatar a caatinga com fins de atividades produtivas (agricultura e pecuária) foi uma necessidade de sobrevivência da população rural, em virtude da pouca oportunidade de emprego na localidade e, com isso, influenciou o processo de ocupação da caatinga na comunidade. Neste sentido, Juazeiro e as demais entrevistadas entendem a caatinga a partir de um olhar de apropriação dos bens naturais, local de vivências e de atividades produtivas, haja vista que nos mapas mentais também apareceram esses aspectos.

Como observa Juazeiro (2017):

[...] derrubando os matos, as caatingas pra ter, fazer roça de plantio, como bem plantar mandioca, milho, feijão [...] se a gente da zona rural não plantar, não tive isso ai, que não tinha outra coisa para a sobrevivência, não tinha um emprego [...] o emprego

que tinha era você pegar derrubar o seu roçado, plantar milho, feijão. E ali para aproveitar a terra limpa plantava o capim, criava a sua ovelha, seu bode, sua vaquinha, né no outro ano tornava a fazer no outro lugar e com isso ia movimentando [...] Então diminuiu a caatinga por causa disso, porque a população foi criando mais e foi abrindo mais espaço para trabalhar. (ENTREVISTA DE JUAZEIRO, 2017).

Na entrevista com Juazeiro, ele relatou também as dificuldades de morar em uma localidade rural onde o acesso a transporte é precário, a falta de oportunidade de emprego e citou a estiagem como uma das principais problemáticas da comunidade e, sem dúvida, é isso que vem provocando o refúgio ambiental da população que não encontra condições ambientais favoráveis e acaba se deslocando para os centros urbanos.

[...] mais quando você não tem transporte pra você sair, pra poder trabalhar e também a seca não anda, há 10 anos para cá não era como era antigamente, a chuva que tinha todo ano que a gente chamava de inverno é sorteado. Você planta e quando dá uma área que dá boa para a plantação e outras não dá você perde a plantação todinha e agora as dificuldades que você enfrenta todo dia, trabalho não tem mais, porque o que tem faz a máquina, só distorce as coisas e aí os desemprego tá aí, as dificuldades das comunidades tá aí a falta de emprego [...]. (ENTREVISTA DE JUAZEIRO, 2017).

Portanto, essa fala revela o processo histórico de descaso com as populações rurais e também mostra a angústia do sertanejo a respeito da estiagem prolongada que interfere na produção agrícola do milho, mandioca e feijão, cultivos que eram predominante na localidade da pesquisa. Nesse contexto, Juazeiro enfatiza que “se você não tiver outro meio de vida para poder negociar, fazer qualquer tipo de negócio para poder pegar o trocadinho, porque pela plantação só quando acontece mesmo e não é todo tempo que dá [...], porque quando dar adoce, dá o piolho e acaba com tudo”.

Sobre o assunto, Evangelista (2009, p.5) afirma:

As culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca, ficam prejudicadas, por serem totalmente dependentes do regime pluviométrico, o que também repercute negativamente no bem-estar social da população, uma vez que fica comprometido o abastecimento alimentar nos períodos de seca. Somente o sisal e as forrageiras (palmas, sorgo) são cultivados nesses períodos.

Atualmente, uma outra alternativa de produção agrícola que está prevalecendo no contexto do lócus da pesquisa é o manejo de hortaliças e verduras, e, em relação a isso, destacam-se as intervenções de organizações não governamentais, vide exemplo, o

Movimento das Organizações Comunitárias - MOC, por meio de assistência técnica. Os alimentos produzidos na horta servem de subsistência para a família, segundo Flor de Mandacaru “os canteiros de horta que é pra consumo do dia a dia, o coentro (*Coriandrum sativum*), a cebolinha (*Allium schoenoprasum*), a couve (*Brassica oleracea* var. *sabellica*). Nesse sentido, para Rodriguez e Silva (2016) o ambiente é ao mesmo tempo o seu espaço para a produção agrária e o lugar onde moram e consomem essa produção.

Conforme Aroeira (2017):

Primeiro pra horta do coentro, do alface a gente fez os canteiros a gente foi esclarecido devido ao técnico do MOC, a gente teve a assistência técnica a gente aprendemos. A gente fez o canteiro, forramos com a lona plástica e colocamos adubo só a terra natural de quixabeira então, nisso tá muito bom e a outra a gente tá vindo adubando, o local do tomate mesmo, a gente jogou um pouco de terra de quixabeira e um pouco do adubo do esterco de galinha chamado e aí a gente misturamos e graças a Deus o ano passado deu certo que a gente colhemos muito tomate [...]. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

Diante das questões agrárias da comunidade desta pesquisa, percebeu-se, portanto, que houve uma ressignificação dos modos de produção agrícola, as culturas de milho, feijão e mandioca deram lugar aos pastos de capim para criação do gado que com o pisoteio desses animais acabou ocasionando a compactação do solo.

Com as entrevistas percebeu-se uma preocupação com relação à segurança alimentar e nutricional priorizando o manejo de alimentos saudáveis, uma vez que a produção de hortaliças se tornou cada vez mais comum na comunidade da pesquisa. Portanto, para Flor de Mandacaru “quando eu faço as minhas hortas eu deixo um cantinho pra ela dá a semente e essa semente eu recolho, seco e volto plantando novamente. De coentro, alface, eu deixo pra poder daquela mesma semente eu plantar vai secando, plantando”.

Conforme Aroeira:

Graças a Deus por causa do conhecimento fizemos uma horta e todo ano que chove a gente e enquanto tiver água no nosso barreiro a gente vai plantando pra tentar colher. Como tá agora já estamos colhendo pepino, cabacinha, o quiabo, o tomate já tá perto de colher o pepino verde de salada, a melancia, coentro. Então várias coisas a gente tá tentando pra não consumir a aquele tanto de agrotóxicos. Então a gente faz o que pode pra evitar usar esses agrotóxicos. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

Com relação aos problemas ambientais da comunidade, os atores sociais pesquisados pontuaram a problemática do desmatamento, a estiagem prolongada, sendo que as/os

pesquisados (as) deram maior ênfase à estiagem, haja vista que essa questão interferiu na produção agrícola das pessoas da localidade pesquisada. Segundo a fala de Juazeiro, a produção, principalmente, de milho e feijão, ficou comprometida, além disso, ele rememora:

Antes dava de tudo, porque o tempo era certo, você plantava no mês de maio feijão e milho não era problema, tinha vez que 1 litro de feijão dava um saco, vingava, e hoje não, você planta 10 litros de feijão para dar meio litro, né brincadeira não, eu sei que é problema hoje a época que nos tamos a gente não tem técnica que a gente aprenda que der certo, tudo que a gente faz para o plantio mesmo na roça na caatinga como diz a história [...] não tem o tempo certo tudo mudou, ninguém sabe o que foi. (ENTREVISTA COM JUAZEIRO, 2017).

Diante disso, é cada vez mais necessário se falar em convivência com o semiárido em virtude de contribuir para a qualidade de vida das populações do campo, no qual as principais atividades produtivas (agricultura e pecuária) estão relacionadas ao regime pluviométrico que “[...] compromete a produtividade agrícola, por causar a deficiência hídrica dos solos. Esse problema é favorecido pela retirada da vegetação que interfere na capacidade de retenção da água pelo solo” (EVAGELISTA, 2011, p. 5).

Em observância com o pensamento de Flor de Mandacaru:

As pessoas parou de plantar, esse ano mesmo alguns plantou, mas nem nasceu pela falta de água e a lavoura não vai pra frente, a terra fica fraca e acaba não dando frutos e a cada dia vai desanimando a agricultor [...] não sei que motivo o solo faz isso essa mudança, mas tudo vem através da chuva[...] a chuva que produz, é o sangue da terra, se a terra não tá molhada pra semente nascer, produzir ela não vem da fruto. (ENTREVISTA COM FLOR DE MANDACARU, 2017).

Nesse contexto, jurema também trouxe uma memória interessante, do período junino, quando as pessoas da comunidade colhiam o milho, para ela “antes em São João a gente tinha milho à vontade pra comer e hoje se a gente quiser tem que comprar por conta que não ver. Planta, mas não dá, porque quando não é o sol demora de chover e quando chove vem o sol e queima tudo.” (ENTREVISTA COM JUREMA, 2017).

Com relação à questão: você já fez algum curso voltado para as questões agrícolas? Apenas um respondeu que sim, os demais pontuaram as contribuições da assistência técnica do MOC, pois já participaram de palestras e oficinas com relação ao tema, haja vista que todos consideram interessante participar de um curso voltado para as questões agrícolas. Para jurema, com o curso se aprofunda em novas alternativas “porque o que antes era considerado

ótimo, que a gente fazia de alternativa de plantio, de produção, comercialização, armazenamento, hoje mudou tudo por conta das transformações do meio ambiente”.

CONSIDERAÇÕES

A partir do diagnóstico rural participativo realizado, em especial as entrevistas, chegou-se ao entendimento de que existe uma estreita relação da percepção ambiental da caatinga e dos integrantes da pesquisa com a produção agrícola da localidade.

Para o grupo pesquisado, o bioma caatinga (local) encontra-se degradado, com acentuada perda da biodiversidade, dentre os causadores destacam-se o desmatamento de áreas nativas em virtude da agricultura feita de forma inadequada e o plantio de capim para a agropecuária.

Percebeu-se, também, que houve uma resignificação do trabalho no campo, em especial, na localidade da pesquisa, pois a ocupação deixou de ser baseada exclusivamente das atividades agrícolas dando-se espaço para outras formas sociais de trabalho no meio rural, surgindo, assim, no contexto da pesquisa a pluriatividade.

Conforme Schneider (2003) a pluriatividade consiste em uma forma de organização do trabalho, no qual os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar a atividades econômicas e produtivas não necessariamente ligadas à agricultura. Outra questão implicada refere-se ao êxodo rural, fenômeno observado no contexto que esse estudo foi gerido. Esse evento aplica na saída da população do campo em sentido às áreas urbanas em busca de outros modos de trabalho e melhores ofertas de saúde, por exemplo.

Outro elemento está relacionado às mudanças das dinâmicas familiares do contexto rural, pois os cônjuges tinham mais filhos comparando com a atualidade, isto se aplica, na verdade, em virtude de os filhos colaborarem com a produção agrícola da família e, desse modo, não era preciso custear trabalhadores para essa finalidade. Contudo, ao passar dos anos, as famílias foram se tornando cada vez menores, os filhos foram deixando de exercer atividade predominantemente ligada ao espaço rural.

Com as entrevistas percebeu-se uma preocupação com relação à segurança alimentar e nutricional, priorizando o manejo de alimentos saudáveis, uma vez que a produção de hortaliças se tornou cada vez mais comum na comunidade da pesquisa e também constata a angústia do sertanejo com a estiagem prolongada e sua interferência na produção agrícola do milho, mandioca e feijão, cultivos que eram predominante na localidade da pesquisa.

Desse modo, compreender um bioma, em especial o da caatinga, vai além do seu entendimento etimológico, faz-se necessário, portanto, um olhar atento das dinâmicas socioculturais, haja vista que a questão agrícola de uma localidade também se relaciona com a dinamicidade socioambiental de um lugar.

Contudo, o assunto aqui abordado não se encerra no escopo desta produção escrita, haja vista a necessidade de novas investigações do assunto aqui abordado.

REFERÊNCIAS

EVAGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. O PROCESSO DE DESMATAMENTO DO BIOMA CAATINGA: RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL, BAHIA. Revista Geográfica de América Central. vol. 2, julio-diciembre, 2011, p. 1-13. Disponível em:< www.redalyc.org>. Acessado em: 30 de junho de 2017.

FEITOSA, Antonia Arisdélia F. M. A. Percepções ambientais planetárias, educação ambiental e sua inserção no bioma caatinga. In: ABILIO, Francisco José Pegado; FLORENTINO, Hugo da Silva (org.) Educação ambiental: da pedagogia dialógica a sustentabilidade no semiárido. João Pessoa: Editora da UFPB. 2014.

GIESTA, Nágila Caporlândia. Histórias em Quadrinhos: Recursos da Educação Ambiental formal e informal. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed. 2002. p. 157-167.

LEAL, Inara R; TABARELLI, José Cardoso; SILVA, José Maria Cardoso (org.) Ecologia e conservação da caatinga. Recife. Ed. Universitária da UFPE. 2003.p. 822.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares e Trilhas. v.6.n.1. Jan-dez. p.45-51. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olhares_e_trilhas>. Acessado em: 08 de agosto de 2017.

NASCIMENTO, Valéria G. Educação Ambiental e sustentabilidade: concepção do bioma caatinga sob o olhar dos professores e de alunos do semiárido Pernambucano. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2015, 175 f.

OLIVEIRA, Laryssa Abílio. Estratégias de Educação Ambiental para promoção do manejo sustentável dos sistemas de captação de água de chuva em comunidades rurais do Cariri-PB. Capina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba. Dissertação de Mestrado. 2009. Disponível em:<www.pos-graduacao.uepb.edu.br>. Acessado em: 30 de junho de 2017.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed. 2002. p.73-89.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS. Vol. 18, nº. 51. p.100-192. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AS CISTERNAS COMO TECNOLOGIAS SOCIAIS

Gilberto Ferreira da Silva Neto

Biólogo, Especialista em Ecologia e Intervenções Ambientais; Mestre em Planejamento Territorial. E-mail: neto.gfs@gmail.com

Mariluze de Carvalho Campos Silva

Geógrafa, Especialista em Ensino de Geografia, Mestranda em Educação, Cultura e Território Semiárido. E-mail: luze.carvalho@gmail.com

ARTIGO

Recebido: 16 de novembro de 2018

Aceito: 27 de dezembro de 2018

RESUMO: Durante anos, a população do semiárido vive com problemas relacionados à falta d'água. Assim, políticas de "combate à seca" foram criadas, como construção de grandes açudes, com a intenção de minimizar os longos períodos de estiagens que atinge milhões de pessoas. Mas, com o passar dos anos entendeu-se que o combate à seca, instituída pelo Estado brasileiro, no início da década de 50, não é possível, pois esse é um fenômeno natural e não pode ser combatido. Daí, a sociedade civil organizada, em meados da década de 90, começou a se articular e buscar meios que trouxesse melhoria para a vida das famílias do semiárido brasileiro, então, assim começou a ideia de convívio com o semiárido, onde foram necessárias alternativas e tecnologias que contribuíssem para melhor aproveitamento da água da chuva que cai na região semiárida, surgindo assim tecnologias sociais de fácil replicação, conhecidas como cisternas. O presente trabalho busca compreender a importância das políticas públicas voltadas para o acesso à água e convivência com o semiárido destacando as cisternas como tecnologias sociais de fácil replicação, baixo custo e integração das pessoas que participam deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: Semiárido. Tecnologias Sociais. Políticas Públicas.

ABSTRACT: For years, the semiarid population lives with problems related to water scarcity. Policies of "drought relief" were created, such as construction of large dams, but with the intention of minimizing long periods of droughts that affect a millions of people. But over the years, it was understood that combating drought, instituted by the Brazilian government in the early 50s, isn't possible, because this is one natural phenomenon and cannot be contained. Hence, the organized civil society, in the mid 90s, started to articulate and seek ways to bring improvements in the lives of semiarid Brazilian families, searching for alternative technologies that contribute to a better utilization of rainwater that falls on semiarid region, emerging social

technologies easy to replicate, known as tanks. This present achieve have as objective understand the importance of public policies, oriented to water access and coexistence with the semiarid, highlighting tanks as social technologies with easy replication, low cost and integration of people who participate in this process.

KEYWORDS: Semiarid. Social Technologies. Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos na região do semiárido brasileiro, várias foram as tentativas para minimizar uma dificuldade que vem influenciando diretamente a vida do povo desta região: a falta d'água. Mas, em sua maioria, as alternativas que foram sendo criadas pelo Estado Brasileiro não atendiam as necessidades reais desses povos, em sua maioria, de baixa renda, já que obras como grandes barragens, açudes, transposição de rios, por exemplo, eram/são executadas sem beneficiar as populações mais necessitadas, pois neste processo a centralização do acesso à água fica condicionada aos detentores das terras onde foram construídas estas obras.

Assim, durante décadas, boa parte da população do semiárido brasileiro, em especial pequenos agricultores, assim como famílias de baixa renda, convivem com a escassez e irregularidades das chuvas e, com isso, saíam de suas comunidades rurais “fugindo da seca” para grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Com essa realidade, órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Obras Contra Seca – DNOCS foram criados pelo Estado Brasileiro, com o intuito de tentar “combater a seca”, o que não obtiveram sucesso, já que essa é uma visão equivocada da seca, pois ela é um fenômeno natural no semiárido brasileiro e, portanto, não pode ser combatida.

Com isso, novas reflexões foram aflorando e a ideia central que se passou a ter é a da convivência com o semiárido, ideia essa oriunda de experiências desenvolvidas por agricultores experimentadores, associações, dentre outros, que buscaram desenvolver estratégias para minimizar o problema que traz sérias consequências para a população. Desta forma, entidades sem fins lucrativos começaram a surgir com o objetivo de trazer para a população algo que pudesse contribuir para o fortalecimento destas localidades que sofriam durante os períodos de estiagens.

Então, associações, sindicatos, pastorais, dentre outras entidades da sociedade civil organizada, foram contribuindo para o fortalecimento da coletividade, buscando alternativas viáveis para se conviver com o semiárido de forma sustentável, trazendo soluções pontuais e específicas para as comunidades.

Uma dessas alternativas é a construção de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, dando início a um processo coletivo com grande participação dos moradores das comunidades, os quais intervêm diretamente no planejamento local, traçando metas para transformação do lugar onde vivem, caracterizando-se, assim, como tecnologias sociais.

Nessa perspectiva, entidades da sociedade civil como ONGs, Sindicatos, Igreja Católica, começaram a se articular e, então, buscar recursos, inclusive, vindo de outros países, para o financiamento do que hoje chamamos de sistemas de coleta e armazenamento da água da chuva, a exemplo das cisternas, cisternas de produção, barragem subterrânea, etc. Tudo isso permitiu o surgimento de políticas públicas de acesso à água, onde as esferas governamentais passaram a investir de forma mais intensa em projetos que possibilitassem uma melhor convivência com o semiárido.

A ideia de investigar a importância das políticas públicas de acesso à água e convivência com o semiárido, surgiu da experiência adquirida nos trabalhos de campo realizados em diversos municípios do território do Sisal na Bahia, em projetos relacionados à construção de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva. Essas experiências permitiram uma aproximação da realidade vivenciada por algumas comunidades que passam por dificuldades nos períodos de seca e despertou o interesse em entender melhor a importância das políticas públicas e do papel da sociedade civil organizada na contribuição da melhoria das condições socioeconômica dessas comunidades.

O trabalho tem como objetivo central compreender a importância das políticas públicas voltadas para acesso à água e convivência com o semiárido no processo de formação e mobilização social e como instrumentos de transformação e melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem na região semiárida, destacando-se as cisternas como tecnologias sociais de fácil replicação, baixo custo e integração das pessoas que participam deste processo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O espaço geográfico do semiárido brasileiro: Uma breve caracterização.

Há séculos, a população do semiárido brasileiro vem buscando meios de atenuar a escassez de água, com a qual está obrigada a conviver. A pouca disponibilidade de água na região é justificada pela grande diferença entre o período chuvoso, com precipitações concentradas geralmente em 3 a 4 meses do ano e o período seco, prolongado e caracterizado pela alta taxa de evapotranspiração. Localizado em nove estados brasileiros (ver Figura 01), sendo um no Sudeste e oito no Nordeste, o semiárido brasileiro é o mais populoso e chuvoso do planeta.

No âmbito social, a região é caracterizada por desigualdades sociais, com índices de mortalidade infantil, analfabetismo, subnutrição e baixa expectativa de vida que refletem as condições da população que vive na região (SACCO, 2005).

Figura 01. Delimitação do Semiárido Brasileiro.



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2007.

O relato de períodos de secas no Nordeste do Brasil remonta o século XVI (ALVES, 1953) sendo uma constante na literatura a abordagem sobre esse fenômeno histórico e a convivência de grande parte do povo nordestino com ele. Uma das mais catastróficas secas foi a de 1877-79, ceifando cerca de 500 mil vidas. O Império, governo da época, adotou alguns procedimentos como a implementação de sistemas de irrigação e construções de açudes e barragens (GUERRA, 1981). Muitos não saíram do papel ou foram mal realizados. Deste período citado aos dias atuais são inúmeras as grandes secas ocorridas, sempre com o viés desastroso principalmente para as camadas populacionais menos abastadas.

Como consequência, a cada ano a dependência a essas medidas persiste, visto que são meramente paliativas. Essas ações apenas atenuam por curto tempo a falta de água, entretanto não modificam a situação de quem mais sofre com esse problema, a população rural, o que influencia também nas grandes aglomerações urbanas em decorrência do aumento do êxodo rural e o consequente inchaço das periferias das grandes cidades. Ao invés

de melhorar a situação da população, o que se percebe é uma estagnação quando o assunto é dar novas possibilidades ao sertanejo de conviver com seu entorno e suas peculiaridades.

2.2 Políticas do Semiárido: Combate x Convivência

A seca como elemento de poder no Nordeste também é retratado há muitas décadas (GUERRA, 1985). A conjuntura política por trás do elemento climático, com seus desmandos e interesses próprios, é um elemento histórico que acompanha o cotidiano do nordestino. A influência das oligarquias, o sistema de proteção ao grande agricultor e pecuarista, o pseudo-conformismo do sertanejo, as leis que compactuam com os mais poderosos, são alguns dos fatores tradicionais que condicionaram e perfizeram a situação atual (LUNA & BARBALHO, 1983).

Compreende-se, então, um momento das ações no semiárido brasileiro, no qual as práticas políticas assistenciais e setoriais estão, segundo a tipologia de Lowi (apud SOUZA, 2006), como políticas públicas distributivas, caracterizadas por serem direcionadas a determinado recorte da sociedade e do território. Essas políticas reforçavam relações dos poderes central e local e se materializavam na figura do coronel, o grande latifundiário, detentor do poder político e econômico, o qual obtinha os maiores benefícios das obras de açudagem, enquanto a massa de flagelados era utilizada como mão de obra nos planos de emergência, sendo dada a esta uma oportunidade de renda. O tema “Indústria das Secas” nasce como denúncia a esses abusos contra o povo nordestino, sendo utilizado como discurso pelos sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais (COELHO, 1985), tomando-se por nota o fato de que no sertão o problema não é a seca, mas a cerca (LIMA, 2006).

No decorrer do século XX as mudanças nas ações políticas sobre o semiárido foram concomitantes às transformações globais do papel do estado. Agora os atores competentes seriam o setor privado e as Organizações não Governamentais (ONG's), enquanto o estado absorve um caráter não mais intervencionista, mas sim como regulador. Este novo arranjo institucional está bastante afiliado às ideias neoliberais determinantes das condutas dos governos mais contemporâneos.

As políticas desenvolvidas no semiárido brasileiro, no final do século XX e início do século XXI, estão diretamente conectadas às mudanças em nível global no que se refere ao papel do estado, sua conduta e gestão, além da sua coexistência com outros atores legitimados para intervir no território.

Os projetos seriam, dessa forma, direcionados para a demanda, ou seja, o planejamento teria como dado prioritário a escuta daquilo que é de interesse e prioridade da própria comunidade, utilizando-se do seu poder participativo na tomada de decisão. Os interesses e anseios passaram a se organizar e se expressar através de associações de classes, entidades representativas das comunidades rurais, organizações não governamentais e outras formas de articulação, demandando dos governos as devidas ações necessárias, contrariando a antiga lógica das políticas voltadas para a oferta, segundo as determinações dos tecnocratas (CHACON, 2007). Amplia-se, assim, o espaço público não estatal, e é nessas condições que a ASA (Articulação do Semi-Árido) e outras entidades vão desenvolver seus trabalhos e projetos atrelados ao desenvolvimento do território do semiárido, desde ações autônomas até articulações com o governo e a iniciativa privada.

Diante dessas características e das dificuldades encontradas nessa região, o acesso à água ainda é um dos grandes desafios, particularmente aos mais pobres, e a água usada para o consumo humano representa um drama social, especialmente durante as secas. Nesses períodos, por exemplo,

[...] a necessidade diária de se buscar água para o consumo doméstico e pessoal obriga, as mulheres e as crianças, a longas caminhadas. Dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, indicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é provável que mais de dois terços se encontrem nesta situação. Na maioria dos casos, sem outras alternativas, é utilizada uma água imprópria e muitas vezes contaminada. (ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, p.2, 2002).

Nesse contexto, a captação da água da chuva é uma alternativa interessante para combater os efeitos da estiagem, uma vez que pode ser captada com equipamentos simples baseados em técnicas populares de armazenamento de água, ser de custo acessível e de nível tecnológico apropriado para pequena escala, com capacidade de produzir resultados imediatos (ALBUQUERQUE, 2004).

Entretanto, para que a captação e armazenamento da água da chuva sejam soluções positivas e viáveis, é fundamental trabalhar ações educativas e disponibilizar tecnologia adequada, respeitando as diversidades de percepções e modos de apropriação da água dos habitantes beneficiados, para estimular o manejo adequado do líquido captado, incentivando a convivência do ser humano com o tema semiárido e gerando condições de sustentabilidade para projetos de captação, armazenamento, coleta e uso da água da chuva.

No semiárido brasileiro existem ações de educação para captação de águas pluviais voltadas para as estratégias de convivência com o semiárido. Muitas dessas ações foram iniciativas que ganharam grandes dimensões e algumas se transformaram em políticas públicas de estado, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2).

2.3 A Articulação do Semiárido – ASA e o P1MC

Quebrando paradigmas, a proposta que passou a ser inserida no semiárido, a da convivência, vem atuando não de forma paliativa, mas sim com a perspectiva de desenvolver estratégias pontuais para mitigar os efeitos da seca. Dentre estas propostas de políticas públicas voltadas às questões hídricas no semiárido, destaca-se a iniciativa da sociedade civil mobilizada e organizada em rede, constituída por mais de 2000 entidades, denominada Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Para isso, a ASA concebeu, desenvolveu e vem gerenciando o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido, com a finalidade de contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania. Baseando-se em seis componentes como a mobilização, controle social, capacitação, comunicação, fortalecimento institucional da sociedade civil e a construção de cisternas, este programa vem ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o semiárido (ASA, 2002).

A proposta consiste na busca de estabelecer outra visão sobre as possibilidades de convivência entre o povo do semiárido e seu habitat. Não estimula o embate Ser Humano versus Natureza, mas sim a relação sustentável do sertanejo com o seu ambiente, por meio da mudança de enfoque das políticas de desenvolvimento: as políticas públicas de combate às secas, sendo substituídas por políticas de convivência com o semiárido (ASA, 2002).

Surgindo no ano de 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) tem como objetivo beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Sendo iniciado um novo sistema visando a descentralização das grandes obras hídricas, como grandes barragens, açudes, tirando, dessa forma, o poder dos grandes detentores dessas obras e fortalecendo a população com uma infraestrutura descentralizada de abastecimento.

Desde o surgimento, o P1MC vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da

sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual, cujo público alvo são as famílias residentes na zona rural dos municípios da região semiárida brasileira.

Nessa perspectiva, as cisternas se configuram como tecnologia social, já que, é uma possibilidade clara do exercício do fortalecimento da democracia e da soberania nacional, todas as etapas ocorrem de forma interativa e isso motiva a participação dos diversos sujeitos no desenvolvimento social, político, cultural e econômico e, ainda, retrata uma demanda efetiva da comunidade e de suas respostas às suas demandas.

Corroborando com este processo, a Rede de Tecnologia Social – RTS traz o seguinte, tecnologias sociais são aquelas que “compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científico e popular e que representam efetivas soluções de transformação da sociedade” (RTS, 2010).

Para alcançar seus objetivos, fortalecendo o Semiárido e envolvendo a sociedade civil, o P1MC se baseia em seis componentes: Mobilização, Controle Social, Capacitação, Comunicação, Fortalecimento Institucional da Sociedade Civil e Construção de Cisternas.

Na mobilização a execução do P1MC é baseada na participação voluntária de diferentes segmentos da sociedade civil organizada em Comissões Executivas Municipais e Comissões Comunitárias.

A capacitação é dada através da formação continuada das equipes das Unidades Gestoras Microrregionais (as ONGs); da formação de agentes multiplicadores em cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH; na formação continuada de pedreiros/as; em capacitação das famílias em GRH, cidadania e convivência com o Semiárido, capacitação de jovens em confecção de bombas manuais e capacitação de Comissões Municipais.

O fortalecimento institucional se faz além da construção das cisternas, já que é mais do que construir cisternas. O P1MC influencia a realidade cultural, econômica e social da região Semiárida, fazendo com que a sociedade civil organizada/Unidades Gestoras seja estruturada através de custeio e investimento. Para a ASA, a construção de políticas adequadas de convivência com o Semiárido não existe sem a participação efetiva de quem vive na região, assim o controle social que o P1MC é resgatado em realização de Encontros Microrregionais, Encontros Estaduais, Encontro Nacional da ASA e Encontro com Comissões Municipais.

A construção de Cisternas é a execução dessas etapas com a participação efetiva das famílias e dos pedreiros/as capacitados. Por fim, a ASA vê a comunicação, não só como um meio de se fortalecer institucionalmente e de divulgar suas ações, mas como uma forma de

garantir o acesso comum à informação e um instrumento de interação entre suas organizações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, compreender o papel das políticas públicas para a sociedade se faz necessário perpassar em diversas esferas, seja no âmbito social, político, econômico, educacional e tecnológico, para assim ter-se uma melhor formulação de como atingir de maneira satisfatória todas as classes sociais. Para isso, é fundamental entender que a intervenção do estado na realidade social é construída durante toda sua trajetória, desde a elaboração, até a operacionalização, no qual o que se é pretendido chegue até o resultado desejado pela sociedade.

Nessa perspectiva, as cisternas se configuram como tecnologia social, já que é uma possibilidade clara do exercício do fortalecimento da democracia e da soberania nacional, todas as etapas ocorrem de forma interativa e isso motiva a participação dos diversos sujeitos no desenvolvimento social, político, cultural e econômico, retratando uma demanda efetiva da comunidade e de suas respostas às suas demandas

E ainda assim, o acesso à água no semiárido possui muitos desafios. Ao mesmo tempo em que o governo investe em políticas públicas de apoio a cisternas de captação de água da chuva, e tecnologias de armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos, ainda nos deparamos com grandes barragens, grandes obras e tecnologias que não são adequadas para resolver o problema de acesso à água no semiárido brasileiro, mas que também são políticas de acesso à água, onde existem fatores que sofrem grandes influências do sistema capitalista e favorecimento de grandes investidores multinacionais.

4. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, T. M. A. **Seleção Multicriterial de Alternativas para o Gerenciamento de Demanda de Água na Escala de Bairro**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil.

ALVES, J. **História das secas**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o Semiárido Brasileiro: Um Milhão de Cisternas Rurais**. Cartilha: Recife, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa Nacional Água para Todos**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/entenda-o-programa>. Acesso em 20 de abril de 2013.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

COELHO, J. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

LIMA, L.C. **Reestruturação sócio espacial**. Do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006

LUNA, L. & BARBALHO, N. **Coronel dono do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Pró Memória, 1983.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

SACCO, D. **A esperança nacional**. Cad. Diplô. São Paulo, n. 3. 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. In Sociologias, nº16, Porto Alegre, 2006.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

ANÁLISE ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAMARÃO – BA: ACESSO À ÁGUA COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA

Rodrigo Bertoldo de Souza

Licenciado em Geografia (UNEB)

E-mail: 19.bertoldo@gmail.com

Juliana Araújo Santos

Licenciada em Geografia (UEFS). Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental da Bahia (UEFS). Mestre em Ciências Ambientais (UEFS). Professora da Rede Estadual de Ensino (SEC - Bahia). Pesquisadora do Grupo Geotrópicos (UEFS) e Geobiografar (UNEB).

E-mail: juliana_uefs23@hotmail.com

ARTIGO

Recebido: 12 de setembro de 2018

Aceito: 14 de novembro de 2018

RESUMO: Na região semiárida do nordeste brasileiro a irregularidade de chuvas e a escassez de água ocorrem em longos períodos do ano. Atrélado a fenômenos naturais, a ação antrópica intensifica e causa algumas problemáticas que comprometem a qualidade de vida dos sujeitos inseridos, principalmente, nos espaços rurais. Como meio de minimizar os impactos oriundos dos longos períodos de estiagens, visando instituir uma melhor convivência entre homem e meio, tornou-se imperativo a adoção de políticas públicas estratégicas a fim de minimizar os efeitos da seca em áreas influenciadas pela semiaridez, sendo uma dessas ações a execução do Programa Um Milhão de Cisternas. Partindo desse pressuposto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do programa de implantação de cisternas nas comunidades rurais do município de Lamarão – Bahia, sendo elas: Traíra 1, Traíra 2, Poções, Sítio Santana e Salgado, buscando compreender como os moradores se beneficiaram com a instalação dessas cisternas e como esses tem incorporado essa tecnologia social para captação de água nos períodos de estiagem.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia Social. Cisternas. Políticas Públicas.

ABSTRACT: In the semiarid region in northeast of Brazil the irregularity of rain and water scarcity occurs for long periods of the year. This natural phenomenon is linked to anthropic action which intensifies and causes some problems that compromise life quality of the individuals inserted mainly in the rural spaces. As a means of minimizing the impacts of long periods of drought, aiming at establishing a better coexistence between man and environment, it became imperative to adopt strategic public policies in order to minimize the effects of drought in semiarid areas, one of these actions is the implementation of the Program of one million Rainwater tanks. Based on this assumption, this article aims to analyze the impacts of the

Rainwater tanks implantation program in the rural communities of the municipality of Lamarão - Bahia: Traíra 1, Traíra 2, Poções, Sítio Santana and Salgado, seeking to understand how residents have benefited from the installation of Rainwater tanks and how these ones have incorporated this social technology for water harvesting during the drought periods.

KEYWORDS: Social Technology. Cisterns. Public policy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os programas de implantação de cisternas detêm um papel relevante no contexto das políticas públicas de convivência com o semiárido brasileiro, auxiliando e contribuindo positivamente para vivência do homem no campo. A Bahia é o estado em que houve maior investimento na aplicação do Programa 1 Milhão de Cisternas e o Programa 1 Terra 2 Águas, resultando assim em um número significativo de famílias beneficiadas. Desta forma, este artigo abordará o modo como as comunidades rurais do município de Lamarão - Bahia, inserido no semiárido baiano, tem incorporado essa tecnologia social para captação de água nos períodos de estiagem e os impactos da mesma nas áreas beneficiadas.

Sendo assim, buscou-se elucidar as seguintes indagações: como os moradores foram beneficiados pelas instalações de cisternas e como estes lidam com esse recurso para conviver com a escassez hídrica? As cisternas se constituem como meio eficiente de obter água durante os períodos de grande estiagem?

Para tanto, foram selecionadas cinco comunidades rurais, cujo critério de escolha pautou-se naquelas que obtiveram maior beneficiamento em termos quantitativos no que se refere ao número de cisternas de consumo implantadas entre os anos de 2013 – 2017, através do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (Consisal). Ao todo, já houve a implantação de 411 cisternas de consumo em 20 localidades rurais de Lamarão.

Utilizou-se documentação direta, pesquisa de campo e observação extensiva por meio da aplicação de 25 questionários nas cinco comunidades selecionadas sendo elas: Poções, Salgado, Sítio Santana, Traíra I e Traíra II.

A documentação indireta teve como base o levantamento de informações sobre a atuação das políticas públicas no semiárido, os dados secundários fornecidos pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA, 2017), assim como pelo Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (Consisal, 2017). Também foram utilizados dados estatísticos sociodemográficos e infraestruturais obtidos através da

plataforma digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI – BA, 2017) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS, 2017).

POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BAIANO – PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS

No semiárido brasileiro a irregularidade de chuvas e a escassez de água ocorrem em longos períodos do ano. Essa situação sucede em consequência de vários fatores, a citar: o clima semiárido, temperaturas elevadas, índices pluviométricos baixos, alta taxa de evapotranspiração (MONTENEGRO, A.; MONTENEGRO, S., 2012). Arelado a esses fenômenos, a ação antrópica intensifica e causa algumas problemáticas no meio natural através do desmatamento, poluição dos corpos hídricos e uso intensivo do solo. Todos esses fatores podem ocasionar um entrave para a acumulação e uso da água, fato que associado à ausência de iniciativas governamentais, que garantam a permanência do homem no campo, geram consequências desafiadoras para a vida do sertanejo.

É importante salientar que as características naturais do semiárido brasileiro não são os fatores determinantes para atrelar os problemas sociais como fome e miséria à seca. Sobre este assunto, Castro (2007) nos diz que:

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez [...] (CASTRO, 2007, p. 242).

O quadro a que o semiárido nordestino foi submetido é reflexo, dentre outras causas, da ausência de políticas públicas, da falta de meios de superação coletiva em relação às consequências da escassez hídrica e da ineficiência do estado no desenvolvimento e ampliação de acesso às tecnologias capazes de auxiliar na melhoria da vida do sertanejo. Nesse sentido, percebe-se que a falta de estratégias em relação ao uso do solo, para atividades diversas, dentre elas, para a produção de alimentos, juntamente com um modelo de economia pretérito vão ser peças-chave para consolidar as ideias pífias de determinismo ambiental no Nordeste.

A década de 1990 foi marcante no que tange às organizações sociais formadas por membros de sindicatos, igrejas e associações, onde começaram a discutir e desenvolver planos e estratégias que visavam à produção de tecnologias que tinham como finalidade

auxiliar em uma melhor convivência com semiárido. Essa nova forma de pensar o semiárido propunha romper com o modelo autoritário e falho que pregava o combate à seca através de ações isoladas e que não consideravam a vivência do sertanejo e sua experiência com o uso da terra (Assis, 2012).

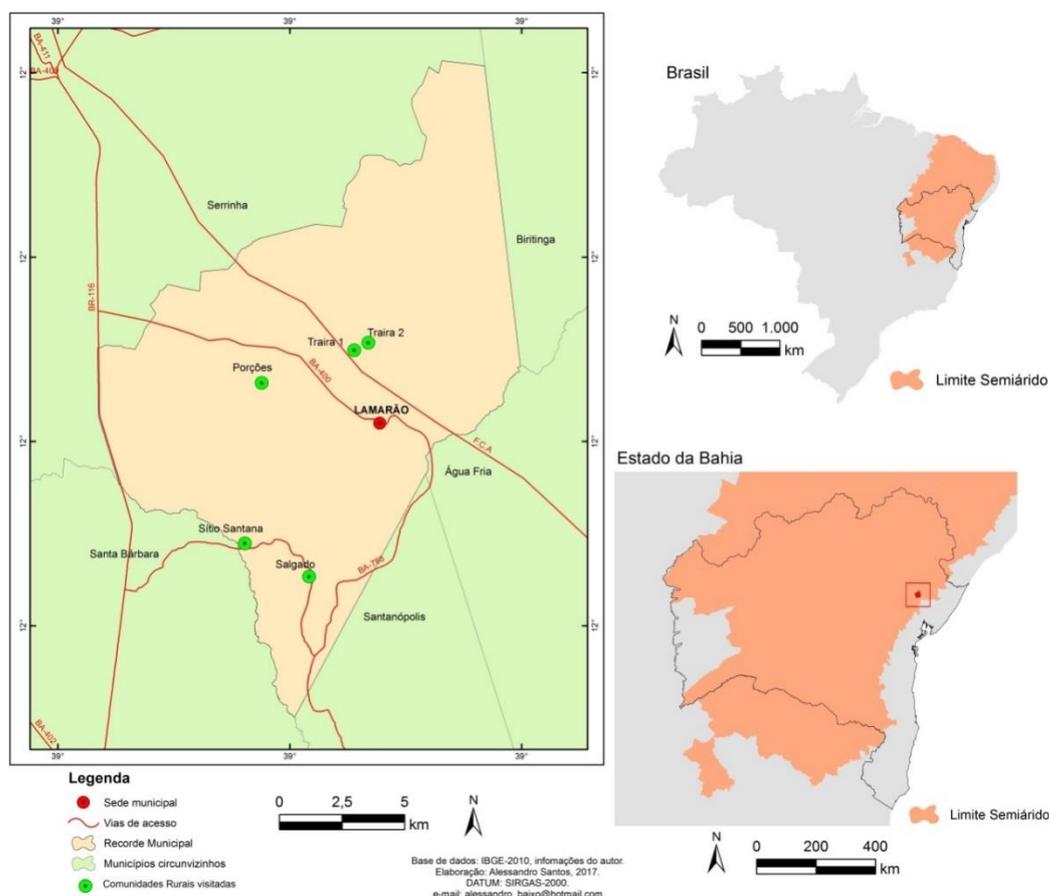
Partindo dessa premissa, essas tecnologias atuariam como instrumentos capazes de potencializar a resiliência do nordestino, haja vista que tais ferramentas atreladas à captação de água e promoção de uma convivência com o ambiente em que está inserido proporcionariam a manutenção do homem no campo de forma autônoma, uma vez que os mesmos não estariam dependentes exclusivamente das condições climáticas para realizarem atividades cotidianas e o uso da terra na produção, sejam elas agrícolas ou pecuárias.

Nesse contexto, como forma de articulação a fim de buscar meios de mitigar problemáticas ligadas ao espaço marcado pela semiaridez, durante a realização de um Fórum paralelo à II Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (COP 3) realizada em 1999 em Recife – PE, organizações sindicais rurais e urbanas, associações de agricultores, organizações não governamentais, e outros, criaram a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Após a COP, foram realizadas parcerias entre a ASA, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional das Águas (ANA), buscando estruturar o projeto de implantação de cisternas em comunidades do interior da Bahia, como o Programa 1 Milhão de Cisternas, Programa 1ª e 2ª Água, entre outros, sendo o município de Lamarão, uma das áreas do interior da Bahia, beneficiado por tais programas.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE LAMARÃO - BAHIA

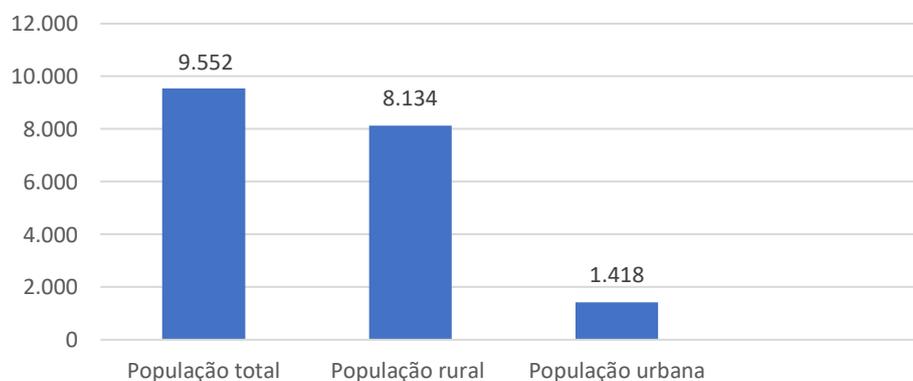
O município de Lamarão localiza-se no Território Identidade do Sisal, posicionado na região Nordeste da Bahia, estando inserido no polígono das secas (CPRM, 2005). Geograficamente a sede do município localiza-se nas coordenadas de 11°76'00" de Latitude Sul e 38°95'0" de longitude oeste, apresenta uma altitude média de 315 metros acima do nível do mar, com clima característico semiárido (SEI, 2017), tendo como municípios limítrofes Água Fria, Biritinga, Santa Bárbara, Santanópolis e Serrinha (Figura 1). Cabe destacar que no ano de 2015 a Lei de nº 13.360 redefiniu os limites territoriais entre Lamarão e Serrinha, com esse ajuste a área territorial do município passou a ser de 189.247 Km², sendo que o território é constituído, em sua maioria, por áreas rurais. (SEI, 2017)

Figura 1 – Limites territoriais do município de Lamarão – Bahia



No que se refere à dinâmica demográfica, conforme dados do IBGE (2010), o município detém um total de 9.552 habitantes, uma densidade demográfica de 24,82 hab/Km², e uma população concentrada majoritariamente em áreas rurais (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição da população por área urbana e rural do município de Lamarão – Bahia, 2010.



Fonte: IBGE, 2010
Elaborado por: Bertoldo, 2017

É possível perceber nos dados listados que 85% da população reside em área rural e que apenas 14% estão domiciliados na zona urbana. Complementando essas informações,

com base em dados do IBGE/SEI (2010), 4.761 pessoas declararam-se homens e 4.799 declararam-se mulheres revelando, assim, um equilíbrio quantitativo entre os sexos em relação ao total populacional.

O percentual de 87% da população com renda per capita de R\$ 70,00 são de moradores da zona rural, enquanto 13% dessa população reside na zona urbana. Tomando como base a renda per capita, notamos como é eminente que a população seja amparada por políticas públicas, uma vez que as mesmas se encontram numa margem preocupante de vulnerabilidade social e se enquadram nos critérios de seleção dos programas assistencialistas do governo federal. Cabe ressaltar que o IBGE define que toda família que vive com menos de 70 reais por mês é enquadrada em condição de extrema pobreza.

O indicador responsável por avaliar o nível de desigualdade na distribuição de renda é o índice de Gini, onde 0 indica um total igual de renda e 1 um total desigual. Em Lamarão, no ano de 2010, esse índice alcançou o valor de 0,503, esse número expressa uma significativa desigualdade social e de renda no município. Já no que se refere ao índice de desenvolvimento humano (IDH), houve uma pequena melhoria em relação ao ano de 2000 que era de 0,39 e passou em 2010 para 0,518. Entretanto, os números ainda revelam um baixo nível de desenvolvimento do município.

Corroborando com os índices supracitados, os dados de Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (IDV, 2010), indicam que 36,61% das famílias lamarãoense vivem em condições de vulnerabilidade, sendo 24,49% desse total, famílias que residem na área rural. Essa situação encontra-se na carência ligada ao acesso a infraestruturas adequadas e condições socioeconômicas, com o fato de 36,6% das residências rurais não possuírem banheiro exclusivo e 50,6% dos domicílios estarem com outra forma de abastecimento, ou seja, não ter acesso ao serviço regular de abastecimento de água. Essa informação revela uma realidade muito preocupante que impacta diretamente a qualidade de vida da população, uma vez que, por não disporem desses serviços de saneamento básico, e viverem em um ambiente com condições insalubres, torna muito alto o risco de desenvolverem doenças.

No Território do Sisal, onde Lamarão está inserido, percebe-se uma heterogeneidade no que se refere ao abastecimento de água, sendo essa variável, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma das principais para análise da qualidade de vida. Lamarão figura entre os municípios com menor atendimento do abastecimento de água à população, apenas 35% de atendimento, possuindo índice de oferta baixo (IBGE, 2010). Em Lamarão, a grande maioria da população não atendida pela rede geral de abastecimento encontra-se na

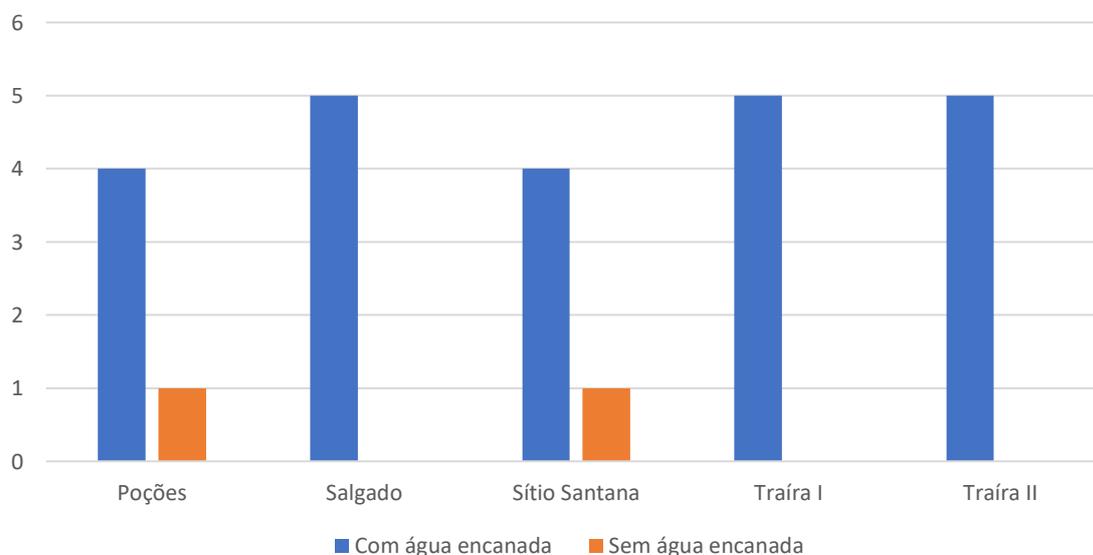
área rural, essa deficiência no abastecimento resulta em dificuldades no acesso à água pela população, sobretudo em períodos de estiagem.

Diante do exposto, observa-se como a realidade da população rural lamarãoense corrobora para o debate acerca da necessidade de implementação de Políticas Públicas (PP's) que assistam essa população que se encontra em condições menos privilegiada no que se refere ao acesso de serviços básicos e qualidade de vida. O conceito de PP's aqui empregado é o defendido por Souza (2006) onde o mesmo enfatiza que o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Contribuindo com o debate, reiteramos que as mesmas devem ser delineadas a partir das necessidades dos diferentes sujeitos.

COMUNIDADES RURAIS DE LAMARÃO E O PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS

Com o propósito de subsidiar a análise acerca da demanda de água nas áreas rurais de Lamarão buscou-se levantar dados acerca da oferta de água nas comunidades pesquisadas, sendo elas: Poções, Salgado, Sítio Santana, Traíra I e Traíra II (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Famílias que possuem água encanada, nas comunidades rurais de Lamarão – Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017

Elaborado: Bertoldo, 2017

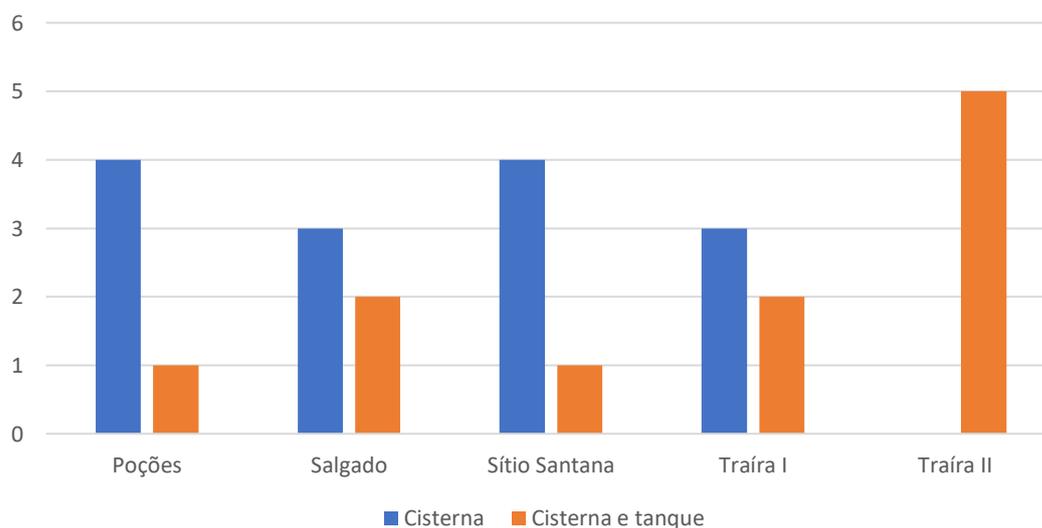
Nota-se que a maioria das famílias, o equivalente a 92%, têm serviço de água encanada e tratada proveniente da rede pública, sendo que nas comunidades de Salgado,

Traíra I e II todas as famílias possuem abastecimento. Contudo, a existência do serviço não significa que o mesmo atenda de maneira regular a todos e seja suficiente para garantir o atendimento às necessidades básicas diárias dessas famílias, pois, os moradores relatam que não há uma regularidade no abastecimento de água. Algumas localidades recebem água quinzenalmente e outros relatam que chegam a ficar mais tempo sem água.

Quanto às famílias que não possuem abastecimento de água, 8% encontram-se nas comunidades de Poções e Sítio Santana. Dessa forma, a água utilizada para consumo diário, nas atividades domésticas e na realização de higiene, não recebe tratamento apropriado. Por utilizarem água exposta, podendo esta ser contaminada, essas famílias ficam mais vulneráveis a desenvolverem patologias diversas.

Para essas famílias, o armazenamento de água é ainda mais primordial devido à condição em que se encontram, assim como para aqueles que são abastecidos de maneira irregular pelo sistema público. Partindo do pressuposto de que parte da população lamarãoense não dispõe de abastecimento regular de água, buscou-se compreender as formas mais comuns de captar e armazenar água pelos moradores, (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Formas de armazenamento de água no município de Lamarão – Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017
Elaborado: Bertoldo, 2017

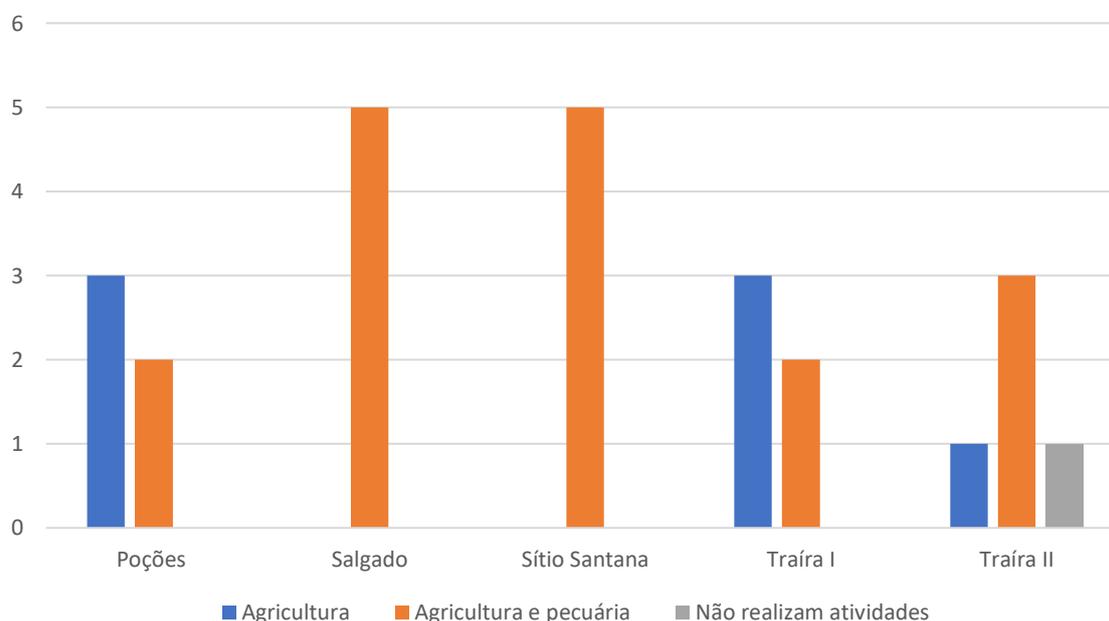
No que tange as formas de armazenamento, nota-se que 56% das famílias utilizam apenas as cisternas para armazenar água e, que 44%, além das cisternas, utilizam tanques plásticos ou de cimento com a finalidade de estocar água. O destaque encontra-se na comunidade de Traíra II, onde todas as famílias possuem outro reservatório além das

cisternas, diferentemente das demais comunidades. Isso evidencia a importância que as cisternas têm para essas pessoas e famílias que as têm como único reservatório de água.

No caso das famílias que possuem apenas as cisternas como reservatório, o consumo da água é mais racionalizado, uma vez que, além do uso para subsistência, elas também utilizam a água para a dessedentação de animais, sendo que essa realidade acontece com sete famílias das comunidades de Poções, Sítio Santana e Traíra II. Ainda nas comunidades de Sítio Santana e Poções, onde algumas famílias não possuem água encanada, o carro pipa é utilizado algumas vezes como forma de suprir o déficit de água para consumo.

Mesmo diante desses obstáculos, ligados tanto as condições climáticas como aquelas vinculadas à dificuldade de acesso à água, a produção com a terra continua a ocupar um espaço significativo nas atividades desenvolvidas pelos sertanejos lamarãoenses, como mostra o gráfico 04.

Gráfico 04 – Atividades de produção na terra em Lamarão – Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017
Elaborado: Bertoldo, 2017

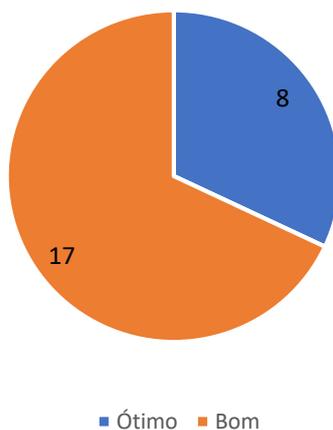
Observamos que 68% das famílias são mais ativas em relação ao uso da terra para produzir, realizando atividades de agricultura e pecuária, tendo destaque as comunidades de Salgado e Sítio Santana. Contrastando essa realidade, 28% dos entrevistados, nas comunidades de Poções, Traíra I e II, têm como atividade de produção somente a agricultura e apenas 4% das famílias não realizam nenhuma cultura na terra.

A relação do sertanejo com o meio natural ainda acontece de forma muito dependente, uma vez que 100% dos entrevistados alegaram que não conseguem produzir nos períodos de estiagem e que dependem exclusivamente da chuva para irrigar a lavoura. Ou seja, por não deterem ou serem auxiliados com recursos tecnológicos, a população fica totalmente sujeita às condições climáticas. Nas propriedades visitadas não havia cisternas exclusivas de produção; e as cisternas de consumo não se mostravam suficientes para realizar essa função, até por que elas, em geral, são abastecidas pela água proveniente da rede pública, sendo assim, os moradores não teriam condições financeiras de arcar com o consumo (gasto) de água tão grande que o trabalho exigiria.

Isso é justificado, pois durante a pesquisa observou-se que 44% dos entrevistados vivem com renda mensal menor que um salário mínimo, sendo que nas comunidades de Poções, Sítio Santana e Traíra I essa realidade é mais gritante, uma vez que essas comunidades totalizam 44% de famílias em que a renda é proveniente do serviço informal, perfazendo um total de 24% e do Bolsa Família 20%, deixando evidente o nível de carência que se encontra essa população rural, que depende quase que exclusivamente da assistência do governo através de programas de distribuição de renda, como é o Bolsa Família, que ao invés de servir como complementação, muitas vezes, se configura como única renda das famílias beneficiárias.

Diante da situação vivenciada pelas comunidades no que se refere à dificuldade de acesso à água, tanto regular como proveniente das condições climáticas naturais, buscou-se levantar dados acerca da importância da execução de PP's associadas ao acesso à água para essas comunidades, colocando como ponto central de análise a implantação de cisternas (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Avaliação do programa de cisternas



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Elaborado: Bertoldo, 2017

Em relação à avaliação do programa de cisternas, 68% dos entrevistados consideraram o programa como uma boa política pública e 32% caracterizaram o programa de forma excelente e nenhum dos entrevistados avaliou como ruim ou regular.

Quando foi perguntado se a aquisição de uma cisterna é suficiente para garantir qualidade de vida à população, 84% das pessoas responderam que sim e apenas 16% responderam o contrário. Esses dados nos mostram o nível de satisfação dos entrevistados frente a esse projeto, e os mesmos encaram o abastecimento de água como elemento essencial para ter uma vida com qualidade. Para os entrevistados, o fato de possuir um reservatório de água é suficiente para que tenham uma vida mais digna ou reduza as adversidades, os mesmos não problematizam que tais situações também são frutos da má administração de investimentos feitos pelo estado e da desigualdade socioeconômica que é marcante no espaço rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado, pôde-se perceber que das cinco comunidades rurais visitadas, Poções, Salgado, Sítio Santana, Traíra I e Traíra II, a comunidade de Traíra II foi a mais beneficiada pela aquisição de cisternas, ao todo foram implantadas 73 cisternas de consumo.

Em relação às estratégias utilizadas para convivência nos períodos de estiagem, foi observado que as comunidades não dispõem de nenhuma estratégia específica para este fim. Dessa forma, as cisternas se constituem como único recurso tecnológico disposto para auxiliar a população nos períodos onde a água encontra-se escassa, deixando evidente sua importância no cotidiano das pessoas que vivem nas áreas rurais, sendo perceptível que a implantação das mesmas trouxe impactos positivos para as comunidades, uma vez que auxiliaram nas atividades cotidianas e que se constituem, para a maioria, como principal meio de armazenamento de água.

Vale salientar também que, mesmo as cisternas tendo uma grande importância em todas as comunidades pesquisadas, as mesmas não são suficientes para atender as demandas da população, como foi percebido nas comunidades de Sítio Santana e Salgado, sendo estas as que mais se destacam na produção agropecuária local e onde as cisternas de consumo se mostraram incapazes de subsidiar, sem perdas, a irrigação para as produções.

Conclui-se afirmando que auxiliar as famílias com um complemento financeiro que, na maioria das vezes, acaba sendo a única renda, ou com a implantação de cisternas, não é suficiente para gerar mudanças significativas na realidade do semiárido. Dessa forma, deve-se continuar e intensificar o diálogo entre a população, sociedade civil organizada e o estado para que ações sejam pensadas e investimentos sejam direcionados de forma que o sertanejo tenha acesso e condições de utilizar o que está ao seu dispor para viver com qualidade e de forma digna.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional de Águas. Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: panorama nacional / Agência Nacional de Águas; Engecorps/Cobrape. – Brasília : ANA : Engecorps/Cobrape, 2010. p. 35, 36.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semi-Árido. Recife: ASA, 2001.

ASSIS, T. R. P.. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas rurais (P1MC). Revista de Políticas Publicas (UFMA), v. 16, p. 179-189, 2012.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome / Josué de Castro. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 242.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>> Acessado em: 17 de Out. de 2017.

_____. Lamarão. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lamarao/panorama>> Acessado em: 17 de Out. 2017.

Montenegro, A. A. A.; Montenegro, S. M. G. L.. Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. Recursos hídricos em regiões semiáridas / editores, Hans RajGheyi, Vital Pedro da Silva Paz, Salomão de Sousa Medeiros, Carlos de Oliveira Galvão - Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. O que é e para que serve. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acessado em: 10 de Out. 2017.

Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Lamarão Estado da Bahia. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, ano 8, nº 16, Porto Alegre: 2006, p. 20-45.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GERENCIAMENTO EM RECURSOS HÍDRICOS E SUA RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NA IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS RURAIS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA

Jackeline Lisboa Araújo Santos

Mestre em Engenharia Civil e Ambiental (UEFS). Docente do Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal (CETEP-SISAL).

E-mail: jacklisb@yahoo.com.br

Sandra Maria Furiam Dias

Doutora em Saúde Pública (USP). Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental da UEFS

E-mail: smfuriam@uefs.br

ARTIGO

Recebido: 19 de novembro de 2018

Aceito: 20 de dezembro de 2018

RESUMO: O Programa de construção de cisternas da ASA visa não só possibilitar o acesso à água como também destaca a importância de conhecer as características da região e de buscar alternativas de adaptação a esta realidade. A forma como as famílias cuidam da cisterna é considerado importante na determinação da qualidade da água. Este trabalho teve por objetivo avaliar de forma participativa, com os sujeitos envolvidos, o programa de educação ambiental aplicado na implantação de cisternas rurais para captação de água da chuva. Nesta pesquisa foram utilizados procedimentos e técnicas embasados nas teorias dialógicas que fundamentam a educação ambiental. Foram realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Foram realizadas observações sistematizadas do Programa de Educação Ambiental que é realizado em forma de Curso de gerenciamento em recursos hídricos. O curso de GRH se constitui como importante ferramenta de educação ambiental dentro do contexto do saneamento rural. Faz-se necessário uma avaliação mais representativa e que não seja pontual, mas constantemente retroalimentada e representando interesses diversificados, propõe-se uma matriz de indicadores para avaliação do Programa de Educação Ambiental em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Palavras-chave: Água da chuva. Cisterna. Educação ambiental. Saneamento rural.

ABSTRACT: Asa cisterns program aims not only to provide Access to water but also high lights the importance of knowing the region's characteristics and to seek adaptation alternatives to this reality. The way families take care of the tank is considered important in determining water quality. This study aimed to evaluate in a participatory manner, with all people involved, the environmental education program applied in the implementation of rural cisterns to capture rain water. It was used in this research procedures and techniques grounded in dialogical the ories that under lie environmental education. Interviews were conducted with the investigation subjects. It was also performed systematic observations of the environmental education program that is conducted in format of course in water resources management. Wrm course constitutes an important tool for environmental education with in the context of rural sanitation. What is requiredis a more representative assessment and not just a punctual one, which means that it must constantly receive feedback and represent varied interests, so we propose a matrix of indicators for the assessment of the environmental education program in water resources management.

Keywords: Cistern. Environmental education. Rainwater. Rural sanitation.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico brasileiro que recebe a denominação de semiárido tem seu território delimitado através de critérios bem definidos. Esses critérios técnicos foram selecionados e atualizados através da Portaria nº 89, de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, são eles: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial e o risco de seca maior que 60% (BRASIL, 2012).

O semiárido brasileiro é marcado por irregularidades meteorológicas e heterogeneidade espacial. A ocorrência da água e sua apropriação pela sociedade são centrais para o entendimento da dinâmica da natureza e da estrutura social vivenciada nesta região (SOUZA FILHO, 2011). As questões sociais estão fortemente vinculadas a este panorama ambiental e são alvos de políticas públicas nas diferentes esferas governamentais.

A construção de infraestrutura hídrica, o gerenciamento dos recursos hídricos e o gerenciamento do risco climático são caminhos necessários para a construção de uma estratégia robusta de adaptação das sociedades do semiárido à natureza (SOUZA FILHO, 2011). Porém, buscando-se um aprofundamento dessas questões, nota-se que o problema é mais de ordem sociopolítica do que climática. Como mostra Duque (2008), trata-se muito claramente de uma opção em favor de um modelo de desenvolvimento que privilegia os

interesses do agronegócio, em especial o constituído por empresas de grande porte, em prejuízo da sustentabilidade ambiental e da inclusão social.

Em meio a essa realidade foram surgindo debates sobre novas alternativas para a questão da seca. A sociedade civil foi se organizando e almejando uma mudança de pensamento que deixasse de enxergar as propostas de combate à seca e passasse a buscar a convivência com a mesma. Um grupo de organizações da sociedade civil se une em torno da Articulação do Semiárido (ASA), que pretende ser um espaço de articulação política do sertão para promover a convivência sustentável e solidária com o semiárido e seu clima. O Programa de Formação e Mobilização Social para convivência com o Semiárido: Um milhão de cisternas rurais, mais conhecido como P1MC, foi concebido por este conjunto de organizações da sociedade civil (FERREIRA, 2009).

O Programa de construção de cisternas da ASA visa não só possibilitar o acesso à água como também destaca a importância de conhecer as características da região e buscar alternativas de adaptação a essa realidade. Reconhece que as mudanças só são possíveis mediante ações de educação, onde os sujeitos envolvidos sejam imbuídos de autonomia. É fundamental uma (re) educação capaz de levar o sertanejo a uma nova relação/interação com o ambiente. Várias são as experiências que, partindo de soluções simples e não raro cotidianas, podem melhorar a vida do povo do sertão (BAHIA, 2011).

A cisterna de placas funciona como uma tecnologia valiosa que visa recolher a água da chuva e armazená-la, uma construção simples que tem o apoio da comunidade. Constitui-se num recurso valorizado pelas famílias que poupa o tempo utilizado em longas caminhadas para apanhar água e evita problemas de saúde pública, como aqueles provocados por poluição da água dos barreiros (DUQUE, 2008).

A forma como as famílias cuidam da cisterna é considerado importante na determinação da qualidade da água. No programa de educação ambiental, desenvolvido junto às famílias beneficiadas, são discutidos temas ligados ao manuseio da água da cisterna e as questões de saúde pública. Todavia, é comum observarmos no cotidiano das comunidades, ações de manejo que comprometem a qualidade da água armazenada, como a introdução de baldes e cordas no interior do reservatório, falta de limpeza das calhas e da cisterna, consumo direto sem aplicação de desinfecção, entre outros.

Diante desse cenário surgem algumas indagações: O curso de Gestão de Recursos Hídricos utilizado como parte do Programa de Construção de Cisternas mobiliza as famílias

beneficiadas para o manejo adequado das cisternas? A proposta deste programa de educação ambiental é contemplada no sentido de conscientizar os sujeitos para a importância da manutenção da qualidade da água? Com base nessas questões, esse trabalho teve por objetivo avaliar de forma participativa, com os sujeitos envolvidos, o programa de educação ambiental aplicado na implantação de cisternas rurais para captação de água da chuva.

METODOLOGIA

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa, por ter a possibilidade de descrever a complexidade de uma hipótese, levando em consideração variadas possibilidades (Oliveira, 1997). O objeto deste estudo é o Programa de Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC). A atuação deste programa se dá em todo o Semiárido Nordeste em parceria com diversas entidades executoras, que se configuram em organizações regionais e/ou municipais. Nessa pesquisa, a entidade executora estudada foi a unidade do MOC (Movimento de Organização Comunitária) situada no município de Serrinha, que é um município pertencente ao Território do Sisal, inserido no Semiárido do Nordeste Brasileiro.

Os sujeitos da pesquisa foram as famílias beneficiadas com a construção de cisternas. Segundo o Termo de Referência do Consórcio do Território do Sisal (BAHIA, 2011), essas devem ser obrigatoriamente famílias de baixa renda da zona rural dos municípios, que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades. Foram selecionadas vinte famílias, a escolha das famílias seguiu o critério da participação na reunião de intermediação feita pela equipe do MOC e a pesquisadora, assim como a vontade de participar da pesquisa. Outros sujeitos da pesquisa foram os dois multiplicadores técnicos, responsáveis pelo acompanhamento das famílias, desde a seleção e verificação de critérios de elegibilidade, até a finalização da implantação do benefício, bem como os dois coordenadores do Curso de Capacitação em Recursos Hídricos.

Nessa pesquisa foram utilizados procedimentos e técnicas embasados nas teorias dialógicas que fundamentam a educação ambiental. Foram realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa; a entrevista é a técnica mais empregada para a coleta de dados no trabalho de campo e na pesquisa social (SANTANA, 2010). Aplicou-se a entrevista semi estruturada com as famílias beneficiadas, com os multiplicadores técnicos e coordenadores do Curso de Gestão de Recursos Hídricos. Buscando a aproximação com o objeto de estudo

e o conhecimento de dados singulares, que são perceptíveis apenas na vivência da prática, foram realizadas observações sistematizadas do Programa de Educação Ambiental que é realizado em forma de Curso de GRH. Acompanharam-se dois momentos de curso em sua totalidade (16 horas cada), tendo como critério a diversificação dos coordenadores.

Em seguida, procedeu-se a uma análise documental com relatórios dos Cursos de Gestão em Recursos Hídricos, produzidos pelos coordenadores, assim como o material didático (cartilhas e vídeos) utilizados na formação das famílias e outros que foram disponibilizados.

O método de análise de dados foi à análise de conteúdo. Enquanto procedimento, a análise tenta ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2004). Na análise de conteúdo o texto é tomado de significância e tem um valor imprescindível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os discursos dos sujeitos foram analisados baseados na dimensão educacional, essa dimensão foi proposta no trabalho de Magalhães (2009). A autora construiu uma matriz de indicadores para avaliação de Programas de EA aplicados à gestão de resíduos sólidos, que pudesse ser aplicada, com as devidas adequações, em diversas realidades do Brasil.

Dimensão educacional

A articulação do semiárido considera que nas últimas décadas vem sendo construída outra lógica e concepção de ver, trabalhar e construir o semiárido, desta forma, concentra-se na valorização das experiências locais, na troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras e na concepção de sujeitos cidadãos, com direitos a serem respeitados. Nos espaços de formação em gerenciamento de recursos hídricos a abordagem teórica está embasada nestes princípios que rege a ASA.

A partir de observação em campo, foi compreendido que o aporte de conteúdos trabalhados segue uma mesma linha didática. As temáticas abordadas são: convivência com o semiárido; fundamentos do P1MC/ASA; cuidados e conservação da cisterna; doenças transmitidas pela água e tratamento da água. Esses conteúdos não são trabalhados de forma isolada, mas, são entrelaçados e discutidos de forma integrativa.

A integração dessas temáticas, aliada a uma metodologia envolvente, é muito importante para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, principalmente dentro da realidade histórica do semiárido. A respeito dos conteúdos os instrutores e técnicos relataram:

Os conteúdos cumprem com o objetivo do Programa, por que eles são apresentados de forma dinâmica, voltado para a realidade das famílias, não é um bicho de sete cabeças, não é algo importado, que vem de fora, é construído dentro da própria comunidade, assim, o curso é pensado de forma geral, porém, a ele cabe que você possa adequar a realidade de cada comunidade, pela própria interação do instrutor com os participantes do curso (T01).

Acho que o importante do curso está sendo feito, é sensibilizar as famílias para a questão da cisterna não só no cuidar, mas, no contexto do semiárido (T02).

Em todo o percurso do processo formativo, presente nos cursos de GRH, diferentes dimensões se comunicam: as questões sociais, a crítica e o empoderamento político fomentam uma educação reflexiva. Cumpre-se com o que se espera de um programa de EA. A educação ambiental prima pela abertura ao novo, à incerteza; pela tolerância ao diferente, entendendo a diversidade como patrimônio e, finalmente, pelo rigor na sua busca incansável pela fundamentação teórica e pelo diálogo (BAHIA, 2013).

A metodologia desenvolvida pelos instrutores no curso é fundamental para que os objetivos propostos pelo Programa, que englobam todas as questões anunciadas acima, sejam cumpridos. Desta forma, é muito importante que o processo metodológico seja avaliado constantemente.

A educação ambiental acompanha e sustenta o surgimento e a concretização de um projeto de melhora da relação de cada um com o mundo, cujo significado ela ajuda a construir, em função das características de cada contexto em que intervém (SAUVÉ, 2005). Nesse sentido, as propostas pedagógicas devem ser elaboradas com um intuito de provocar mudanças significativas.

Nessa proposta de educação reflexiva e engajada, centrada nos saberes e fazeres construídos com e não para os sujeitos que aprendem e ensinam, a educação ambiental difere

substancialmente da informação ambiental. Esta ainda é focada na elaboração e transmissão de conteúdos descontextualizados e “despolitizados”, no sentido de instaurar mudanças efetivas na realidade através da tessitura de um conhecimento crítico, intencionalmente engajado (JACOBI, TRISTÃO E FRANCO, 2009).

É neste fazer com os sujeitos que todos os passos metodológicos fazem sentido. Como evidenciado nos discursos e atitudes dos sujeitos, percebe-se que eles ajudam a construir um conhecimento embasado, capaz de gerar um sentimento de mobilização e provocar inquietações que levem a questionamentos e ações, na busca por melhorias nas condições de vida de cada um e da coletividade.

No percurso metodológico ficou perceptível a importância de dois instrumentos que amparam o aprendizado, um deles é a linguagem adotada pelo instrutor, que deve ser clara e objetiva, deixando sempre abertura para o diálogo e a interação. O outro se refere ao material didático utilizado pelos instrutores, esses devem representar um facilitador na formação. Entre os materiais utilizados nos cursos de GRH estão cartolina, papel metro, fita adesiva, tintas, tesoura, classificador, lápis, lápis de cor, caderno, data show, fotos, informativos, músicas, cartilhas, imagens adesivas. Os recursos utilizados buscam facilitar o cumprimento dos objetivos do curso de forma lúdica e interativa.

No momento do curso pode ser observado que alguns desses materiais são distribuídos no início e depois, pouca referência é feita a eles. Nota-se que não há uma conexão entre o diálogo e os recursos didáticos. Esta constatação pode ser confirmada com a fala de alguns instrutores e técnicos.

Precisa melhorar um pouco, por exemplo, a cartilha precisa ser menos escrita e mais ilustrativa, por que muita gente não gosta de ler, já tem filmes, mas poderia estar inserindo mais filmes. O material precisa melhorar um pouco (I02).

Acredito que a maior parte do material que é para leitura é para aquelas pessoas guardarem pra ter em casa (I01).

Nessa mesma avaliação é notada a falta de integração do material com o momento de formação através dos discursos dos sujeitos.

Nós recebeu uns livro, mandou a gente guardar, pra gente entender melhor, guardei um bando de tempo, depois sumiu aí (F18).

O material do curso foi uns livro, sei lá, uns caderno, eu li o livrinho que veio, só que esqueci tudo de novo (F12).

A gente recebeu uns livro, uns lápis, os meu tá até guardado, achei bom, tinha figura. No caso, o mais assim que achei, foi ver a tela, com o povo com balde de água, pegando aquela água suja, uns velbinhos também, mostrou numa tela na parede (F20).

Este é um dos campos que merece uma avaliação constante, o material deve facilitar a compreensão, ser elaborado para ajudar no momento das discussões, principalmente para aqueles que não são alfabetizados. Neste âmbito, os instrutores trabalham com umas imagens que vão ilustrando o que eles falam, estas estão disponibilizadas em forma de adesivos para serem colados nos cadernos. Esse método ajuda envolver aqueles que não sabem ler e escrever, mas, não é contemplativo, muitos ainda sentem dificuldades e não conseguem depois fazer a relação de aprendizado. Pode-se entender o que foi dito com os depoimentos abaixo:

Lembro que tinha um caderninho, caneta e classificador, gostei, passou umas coisas lá pra gente escrever, pra quem sabia, eu como não sabia fiquei quieta olhando (F11).

Pra mim eu não sei, pra quem ler acho que tinha alguma coisa importante, mas, pra mim foi mesmo que nada (F17).

O processo de capacitação das famílias deve sempre buscar promover a motivação dos sujeitos envolvidos para a emancipação crítica. Os instrutores estão sempre buscando melhorar sua prática neste sentido, e isto fica evidenciado nos depoimentos resultantes da investigação sobre quais estratégias de motivação eles teriam:

Acho que mais trabalhos em grupo, utilizar uma maquete que demonstre o caminho da água da chuva. Ter mais atividades práticas, levar um hipoclorito, uma água sanitária, uma miniatura da bomba manual, uma bomba gude, até sair da sala de aula mesmo e mostrar como funciona a cisterna se tiver alguma no entorno. Melhorar a metodologia do curso utilizando mais questões práticas. Minha preocupação é que existe a tecnologia, mas para ter o efeito do benefício precisa haver cuidados não só na cisterna mas, no ambiente intradomiciliar, porém lidamos com

muitas questões complexas como a questão cultural e a questão econômica (I02).

Eu só acho que deveria buscar métodos, que agora eu não tenho nenhum em mente, que pudessem cada vez mais manter as famílias em intenso processo de interação. (T01).

Esses dados nos remetem à necessidade de um instrumento consolidado para que os agentes executores do programa possam avaliar e reavaliar a prática. Quanto à possibilidade de avaliar a prática de educação ambiental, um caminho a ser seguido é o uso de indicadores que considerem a capacidade de auto-organização das pessoas e dos grupos.

CONCLUSÃO

O curso de GRH se constitui como importante ferramenta de educação ambiental dentro do contexto do saneamento alternativo. Essa importância está relacionada com as discussões geradas no âmbito desta formação, não somente das questões ambientais, mas também das questões de cidadania cultural, política e econômica. O grupo envolvido é estimulado à reflexão sobre a realidade local, os sujeitos são incentivados a participar nas tomadas de decisões que os envolvem principalmente àquelas ligadas à saúde e ao bem-estar das pessoas.

É preciso uma avaliação mais representativa e que não seja pontual, mas constantemente retroalimentada e representando interesses diversificados, propõe-se uma matriz de indicadores para avaliação do Programa de Educação Ambiental em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. TERMO DE REFERÊNCIA. Consórcio Público de Desenvolvimento do Território do Sisal (CONSISAL). Serrinha, 2011.

BAHIA, Secretaria de Meio Ambiente. Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Salvador, 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Sinopse do censo demográfico para o Semiárido Brasileiro. Instituto Nacional do Semiárido, Campina Grande – PB, 2012.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

FERREIRA, I. A. R. Água e Política no Sertão: desafio ao Programa Um milhão de Cisternas. Brasília, 2009. Dissertação de Mestrado, Unb.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M; FRANCO, M. F. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. *Cad. Cedes, Campinas*, **29**(77), p. 63-79, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em 29 de Outubro de 2012.

MAGALHÃES, P. da S. Construção participativa de uma matriz de indicadores para avaliação de programas/projetos de educação ambiental aplicada a gestão de resíduos sólidos. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações, e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

SANTANA, Judith Sena da Silva; NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do (org). Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade social. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, **31**(2), p. 317-322, maio/ago. 2005.

SOUZA FILHO, Francisco de Araújo. A política nacional de recursos hídricos: Desafios para sua implantação no semiárido brasileiro. In: *Recursos Hídricos em Regiões áridas e semiáridas*. INSA, 2011.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

UMA PAISAGEM EM PAISAGENS DA RESISTÊNCIA: AS PICHAGÕES EM VILA AUTÓDROMO

Victor Tinoco

Geógrafo (PUC-RIO), mestre em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ), doutorando em Geografia pela PUC-RIO e pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAI) da PUC-RIO.

E-mail: victortinoco85@gmail.com

ARTIGO

Recebido: 19 de novembro de 2018

Aceito: 20 de dezembro de 2018

RESUMO: O objetivo do presente texto é explorar a multidimensionalidade e escalaridade da paisagem a partir da compreensão das práticas espaciais de insurgências, como formas de resistência à desterritorialização, promovida pelos processos de territorialização do capital, tomando como exemplificações das estratégias de resistência as pichações na Comunidade Vila Autódromo, decorrentes dos conflitos de tentativas de remoções que marcaram a cidade do Rio de Janeiro, durante a execução das obras para as Olimpíadas de 2016. Com o exemplo da Vila Autódromo, podemos analisar as múltiplas dimensões da paisagem e suas apropriações na resistência cotidiana, considerando, assim, a apropriação do espaço como instrumento na luta contra o processo de desterritorialização.

Palavras-chave: Paisagens da Resistência. Pichações. Vila Autódromo.

ABSTRACT: This paper aims to study the landscape's multidimensionality and scale from the understanding of space practices of insurgencies as ways of resistance to wards deterritorialization caused by the capital territorialization. Examples of resistance strategies are the graffiti in Vila Autódromo, Rio de Janeiro, resulting from the conflicts of attempted removals that marked the city during the process of executing the constructions for 2016 Olympics. From this example, we can analyze the multipliedimension soft hel and scape and their appropriations in daily resistance, thus considering thea ppropriation of space as na instrument in the fight against the process of deterritorialization.

Keywords: Resistancelandscape. Graffiti. Vila Autódromo.

INTRODUÇÃO

A paisagem como um conceito geográfico ganhou diferentes formas analíticas e interpretativas na epistemologia geográfica. Sendo questão central da análise da geografia clássica, passou a ser renegada no decorrer das mudanças paradigmáticas do pensamento geográfico e assumiu conotações no debate geográfico atual, carregando em si o caráter material e imaterial.

Isso nos abre uma linha de debate sobre suas percepções tanto na geografia física quanto na geografia humana, em que o tema sociedade/natureza nos mostra essa condição da materialidade da natureza e da técnica (relevo, hidrografia, biomas, prédios, cidades etc.) e da imaterialidade (simbólico, cultural) como expressão do homem sobre a superfície terrestre. Essas dimensões abrem as janelas dos diferentes signos e processos naturais e sociais expressos em sua inter-relação.

Nesse sentido, o objetivo do presente texto é explorar a multidimensionalidade e escalaridade da paisagem a partir da compreensão das práticas espaciais de insurgências, como forma de resistência à desterritorialização promovida pelos processos de territorialização do capital. Tomamos como exemplificações das estratégias de resistências as pichações na Comunidade Vila Autódromo, decorrentes dos conflitos de tentativa de remoções que marcaram a cidade do Rio de Janeiro no processo das obras para as Olimpíadas de 2016. Com o exemplo da Vila Autódromo, podemos analisar as múltiplas dimensões da paisagem e suas apropriações na resistência cotidiana, considerando a apropriação do espaço como instrumento na luta contra o processo de desterritorialização.

Vila Autódromo é uma comunidade ao lado do antigo Autódromo Clube do Rio de Janeiro, em frente à Lagoa de Jacarepaguá, localizada no bairro de Curicica. Hoje toda essa região compõe o chamado Eixo Olímpico, onde está localizado o complexo esportivo das Olimpíadas do Rio 2016. Podemos ver dado arranjo na figura 1.

Figura 1: Localização de Vila Autódromo.



FONTE: BBC BRASIL.¹

A iniciativa de remoção da prefeitura tinha como justificativa as obras de saneamento e dragagem do complexo olímpico e, indiretamente, a abertura de terrenos para empreendimentos imobiliários hoteleiros. Antes do início das obras das Olimpíadas Rio 2016, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro havia feito inúmeras tentativas de remoção da população que ali mora, o que foi se intensificando, consideravelmente, com o início das obras no eixo da Avenida Salvador Allende e Avenida Embaixador Abelardo Bueno.

Vila Autódromo era constituída por aproximadamente 600 famílias. Muitas receberam indenizações e outras aceitaram a mudança para o Morar Carioca, versão da prefeitura para o projeto Minha Casa, Minha Vida do governo federal. No entanto, somente 24 famílias permaneceram no local e conseguiram que a prefeitura implementasse um projeto de reurbanização na comunidade, que já foi “entregue”.

Há inúmeros relatos de assédio a lideranças, de ações autoritárias por parte da prefeitura e outras ações que forçavam os moradores a saírem de suas casas para os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, construído na Estrada dos Bandeirantes. Em contrapartida, temos que destacar a iniciativa de vereadores da cidade como Reimont Otoni (PT) e Renato Cinco (PSOL) na luta contra as remoções, além do papel da paróquia da

¹Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150305_rio2016_vila_autodromo_rm_jp

comunidade, juntamente com o papel do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, na luta e promoção de um projeto de urbanização popular, agregando Universidade, Movimentos Sociais e a Comunidade.

Uma marca dessa comunidade são as pichações feitas por moradores para denunciar as ações autoritárias por parte da prefeitura. Nessas pichações, denuncia-se não somente a ação municipal, mas todo o modelo de desenvolvimento desigual que foi imposto à cidade como base da especulação imobiliária e parte dos interesses do projeto Olímpico.

A pichação se caracteriza, assim, como uma forma de linguagem, como um instrumento de resistência, uma forma de ação direta e expressão da resistência. É a partir desse aspecto que a paisagem será utilizada no presente trabalho como uma ferramenta analítica.

Para isso, se faz necessário pensar metodologicamente como usar o jogo conceitual para compreender o processo de resistência em sua dimensão espacial. A constelação de conceitos proposta por Haesbaert (2014) é instrumental importante, pois abarca uma proposta analítica de integração entre os conceitos geográficos dentro da categoria espaço e suas variações de acordo com as questões que surgem diante do real.

O espaço como categoria-mestra e os conceitos como território, paisagem, região, lugar, meio ambiente, na metáfora do autor, como planetas circulando o sol, compõem um sistema. E esse sistema nos possibilita apropriar das diferentes categorias de formas multidimensional e multiescalar. Nesse sentido, nossa questão sobre as estratégias de resistência tem como base a análise da paisagem, que dialoga com os conceitos de lugar, território, região e meio ambiente.

A paisagem, nessa compreensão, é dada como representação. Trabalhá-la como representação é tê-la como visão e, essencialmente, percepção. Com isso, a objetividade e subjetividade da espacialidade podem revelar inúmeras formas de ação humana e suas marcas pela superfície.

As representações serão trabalhadas com base na concepção de Lefebvre (2004), segundo o qual:

Las representaciones son productos que no derivan directamente de ninguno de los componentes de La práctica sino de sus interferencias. Intermediarios entre lo vivido incierto y lo concebido elaborado, los contenidos inherentes a las formas de las relaciones sociales (naturaleza y sexo, vida y muerte, cuerpo y espíritu, espacio)

tiempo, debilidad y poder, etcétera) dan lugar a representaciones múltiples y diversas, a la vez flotantes y fijas, escurridizas y estereotipadas. Como lo vieron bien y analizaron mal los filósofos, ninguna de las formas de la opinión (doxa) y de lo empírico se representa ais la da mente sino através de las demás. Lo cual permite comprender el carácter paradójico de las representaciones; no son "hechos sociales" análogos a cosas, pues no poseen una consistencia propia (p. 199).

As representações apresentam o aparente e o oculto, de forma a expressar o que autor coloca como o representado-representante-representação, construídos no cotidiano dos sujeitos e que serão observados por nós nas formas símbolos da paisagem.

Com isso, a paisagem, como apropriada na luta contra a desterritorialização, será entendida por nós como resistência, segundo a perspectiva de Scott (2002; 2013), que pode tanto se apresentar na forma de confronto como na forma passiva. A primeira se dá como ação direta, podendo ocorrer em manifestações, atos contrários, paralisações que publicizem a luta no confronto direto contra o “inimigo”. Já a passiva se expressa no cotidiano, no conjunto de relações sociais, de maneira subjetiva, em práticas voltadas para a sobrevivência.

Esta pode ser exemplificada por quebras de máquinas, pela construção de casas em áreas de desapropriação na tentativa de receber indenizações e, também, pela não aceitação de contratos indenizatórios, por serem considerados baixos os valores oferecidos. De todo modo, a resistência pode ser lida como uma tríade de ações de insurgência-subordinação-sobrevivência. Isso a partir do exemplo da linguagem das pichações em Vila Autódromo.

O trabalho será dividido em três partes. A primeira faz um breve debate sobre paisagem para compreendermos melhor as interfaces desse conceito e suas complexas relações entre sociedade e natureza, cultura e simbolismo. Em um segundo momento, debateremos o papel do grafite e especialmente das pichações como instrumentos de resistência à ordem dominante. E, na terceira parte, analisaremos esses processos com o exemplo da Vila Autódromo.

INTERFACES SOBRE A PAISAGEM

Cosgrove (2004) afirma que a geografia está em toda parte. Para os geógrafos, de modo geral, essa é uma das principais premissas da disciplina. Como se apresenta essa geografia em toda parte? De que maneira? A paisagem seria essa expressão da geografia? A resposta à última pergunta talvez seja sim, pelo fato de que é o que vemos, ou seja, a paisagem

é entendida como visão/percepção do concreto, no entanto, um concreto carregado de representações construídas pelas práticas humanas sobre a superfície da terra.

Para compreender a geografia, é necessário entender somente a paisagem? Não. A paisagem vai compor parte de uma série de elementos do que será compreendido como espaço geográfico. Para Santos (2014), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações. Tal leitura leva a análise para um conjunto de sistemas abertos de ações que se dão em objetos materiais, concretos, em que só há vida devido à ação, ao movimento, composto por uma série de intencionalidades. Ou seja, a paisagem é o espaço enquanto incompleto, sendo o espaço muito mais complexo.

Como colocamos acima, vamos compreender a paisagem dentro de uma constelação de conceitos, porque ela se integra a uma lógica do espaço, uma categoria-mestra, central. Com isso, paisagem também expressa o território, o lugar, a região. Nesse sentido, é percebida como uma representação do espaço.

Obviamente que, nesse jogo de representações, ela é concreta e abstrata, visto isso na geografia e na sua divisão científica, enquanto geografia física e humana. Possui múltiplas dimensionalidades tanto objetivas quanto subjetivas, recebendo influência dos campos da ecologia, geomorfologia, fenomenologia e outros, que adentram no pensamento geográfico construindo diferentes percepções de paisagem e complexificando a apreensão dos processos da relação sociedade e natureza/ homem e meio.

Então, podemos observar a paisagem enquanto natureza natural e, ao mesmo tempo, como uma natureza artificial, como uma imagem da apropriação humana e suas formas de representação social e como um sistema natural de interações entre o meio abiótico e biótico. Isso expressa as diversas matrizes do pensamento geográfico.

A origem da paisagem tem como base a dimensão geológica, produto dos processos endógenos (tectonismos, vulcanismos, sismicidade) que fazem a geração de grandes massas rochosas e de conjuntos montanhosos. A paisagem ganha um sentido de substrato, sendo um meio abiótico de estudos dos processos da transformação do planeta.

Trata-se de uma abordagem que dimensiona a paisagem no que muitos chamariam de natural, observada somente em sua dimensão enquanto natureza sem intervenção humana e vista somente a partir de processos naturais, não como um processo social.

Segundo Sansolo (2008), os processos naturais não deixam de ocorrer com a ação do homem. Na realidade, eles interagem com a dinâmica social de maneira integrada em seus efeitos positivos e negativos.

O desenvolvimento do pensamento ecológico, a partir da teoria dos sistemas, traz o homem como um dos elementos da dinâmica dos ecossistemas, um de seus componentes, mas fundamentalmente como promotor do desequilíbrio ecológico, que eles denominam como fatores antrópicos.

Isso é analisado pela linha chamada de ecologia da paisagem, que busca estudar as influências do homem na dinâmica ecológica. Metzger (2001) define a ecologia da paisagem como:

uma disciplina holística, integradora de ciências sociais (sociologia, geografia humana), geo-físicas (geografia física, geologia, geomorfologia) e biológicas (ecologia, fitossociologia, biogeografia), visando, em particular, a compreensão global da paisagem (essencialmente “cultural”) e o ordenamento territorial (p. 3).

Para esse campo, a paisagem é espaço, é uma interação entre uma série de mosaicos ecológicos, tendo ou não atuação antrópica. Tem como base o trabalho de Forman (1995), *Land mosaics*, que trata a paisagem como um mosaico de ecossistemas locais alinhado a diferentes usos do solo, repetido com forma similar em uma vasta área. Forman (1995) não agrega o homem como elemento do ecossistema, somente leva em consideração a lógica ecológica, a natureza em si mesma.

O fator antrópico dentro das ciências ambientais e ecológicas ganhou mais destaque para entendimento de novos mecanismos de preservação e transformação da paisagem, que passa a ser compreendida como um processo histórico, como meio de atuação do homem em seu desenvolvimento social e cultural, transformando a paisagem natural em paisagem artificial. Solórzano *et al* (2009) diz “que fica evidente a importância da relação do ser humano com o espaço, gerando uma intrínseca relação de uso e troca com o meio físico” (p.53).

Esse uso e troca do homem com o meio, dito pelo autor supracitado, nos remete, de acordo com Ab’Saber (2003), à paisagem como uma herança, como um processo contínuo de marcas entre homem e meio em uma relação histórica. Seguindo esse sentido da relação sociedade e natureza, a história ambiental emerge como um campo de análise dessa herança humana junto aos ecossistemas. Assim:

As paisagens são impregnadas de passado. São como que “heranças das sucessivas relações entre homem e natureza”, podendo ser vistas tanto como um produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural, quanto a expressão territorial do metabolismo que uma dada sociedade mantém com o sistema natural que a sustenta (RIBEIRO, 2015, p.278).

As preocupações da história ambiental, segundo Ribeiro (2015), dirigem-se à análise dos efeitos da história humana na biodiversidade, as diferentes histórias de manejos das áreas e suas consequências na recomposição dos ecossistemas. Essa reconstituição da história demonstra o movimento de transformação do território, narrada pelas marcas deixadas pela presença humana na natureza, nesse caso, as florestas.

Tal abordagem nos remete ao fato de a natureza conter uma memória traçada pela recomposição de ecossistemas e suas modificações em sua composição biológica e apropriação de acordo com o tempo. Tanto quanto memória ou herança, a paisagem, para Santos (2014), é um conjunto de acúmulo de formas desiguais de muitos momentos, “é uma escrita sobre a outra” (p.73).

O ponto de partida de Santos (2014) é a ideia da paisagem em movimento histórico em representação da ação do homem na superfície e de seus modos de produção. Essa ação é carregada de intencionalidades. A paisagem seria uma mediação na relação sociedade/natureza, sendo a base física das marcas e das representações que surgem sobre ela. É a demonstração da técnica, especificamente do trabalho:

É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, porque formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnicas é grande sobre a natureza, o trabalho se dá o trabalho (SANTOS, 2008, p.74).

A partir do trabalho, o mundo humano vai sendo escrito na superfície terrestre, evidenciando os momentos das técnicas e as relações com a natureza e a apropriação dos meios naturais. A paisagem faz com que a natureza seja parte do mundo social, como um meio de representação das técnicas.

Os marxistas tratam tal tema como primeira natureza e segunda natureza. A primeira como meio intocado, sem o homem. A segunda como meio produzido pelo trabalho. É nele que o homem expressa o humano. O trabalho traz significado, desenvolve o homem como um ser social, dá sentido, não somente o material, mas o imaterial, o simbólico e o cultural.

A dimensão subjetiva ganha destaque, pois é a percepção humana que dá sentido aos conteúdos produzidos pelo homem, seus signos e as múltiplas culturas:

A paisagem também é uma maneira de ver e imaginar o mundo. Mas é primeiramente uma realidade objetiva, material, produzida pelos homens. Toda paisagem é cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas, e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza (BESSE, 2014b, p.30).

A geografia cultural tem uma abordagem sobre a paisagem subjetiva, como um espaço da experiência dos sentidos, do vivido, das linguagens que se apresentam a partir e através dela. Com isso, a paisagem consiste numa análise “de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir” (BESSE, 2014b, p.13).

Compreendendo o mundo pelas representações dos sujeitos coletivos e suas culturas, assim como sujeitos individuais, Besse (2014a) discute a paisagem como uma dimensão polissensorial da vida, já que ela está em toda parte, é sentida e percebida de diferentes maneiras pelo corpo e pelo movimento da sociedade, da cultura, frente às mudanças do mundo e de cada lugar. É um movimento multiescalar, vertical e horizontal, cotidiano, produzido e reproduzido contraditoriamente. Essa contradição quebra uma pseudo-harmonia da cultura e, essencialmente, da subjetividade, dando-lhe tensões.

As interfaces aqui colocadas nos remetem para uma compreensão dialética da objetividade e da subjetividade, da produção e da reprodução, da sociedade e da natureza, nos baseando em Berque (1998), em sua concepção de marca e matriz, segundo o qual a paisagem é marca de um processo e matriz também para novos. Sendo assim, a paisagem é um palimpsesto, integrada, interativa e contraditória.

A leitura da paisagem nos revela inúmeras dimensões e enfoques da ação humana sobre a terra, as marcas e as matrizes para novas linguagens. Nesse sentido, a paisagem para o foco da resistência é uma categoria para interpretar o oculto e o público e um instrumento de presença simbólica dos sujeitos em seus territórios.

As várias linguagens apresentam os conflitos entre as paisagens dominantes, as paisagens subordinadas e as paisagens da resistência, refletidas mutuamente no espaço e nas lógicas de produção e reprodução da vida. Não é a natureza que expressa a contradição, mas

sim a ação humana, o processo de modo geral, um processo excludente e assimétrico, entre pontos de vista dos sujeitos dominantes e dominados.

Ao tratarmos a paisagem como instrumento de resistência, no caso de insurgência, ela também coloca a subordinação a lógicas hegemônicas, mas usadas para a luta pela sobrevivência de seus modos de vida contra a desterritorialização transversalmente pelas pichações, o que veremos em Vila Autódromo.

PICHAÇÃO

Entendemos as pichações como formas de linguagem da realidade urbana, que se insurge contra o padrão uniforme de cidade contemporânea. Elas são vistas como expressões sociais para controle do território e de contestação. Para nós, o ato de pichar expõe a resistência.

Pichação e Grafite tiveram a mesma origem, porém o segundo é tratado hoje como uma expressão cultural. Segundo Tartaglia (2010, p.21), o Grafite é “um fenômeno particular e desvinculado da pichação. Considerado uma vertente da cultura hip-hop, o *graffiti* passou a representar uma nova forma de manifestação social nas cidades brasileiras”, destacadamente a partir da década de 1990. A Pichação ganha um contexto mais marginal na lógica da cidade contemporânea, tratada como crime ambiental. Ambas são formas de comunicação insurgentes, representações da resistência via cultura da periferia, mas o Grafite hoje é aceito por parte da ordem dominante e é entendido como arte contemporânea. No entanto, o quesito do ilegal e insubordinado das pichações nos chama atenção para a dinâmica do conflito, no enfoque da paisagem, o anonimato de quem picha.

As pichações possuem uma história de destaque na luta política brasileira desde o período da Ditadura Militar. Pichações como “Abaixo à Ditadura” eram formas de manifestação contra o regime autoritário da época e eram ações rápidas justamente a fim de que os autores fossem invisíveis e ao mesmo tempo visíveis para a política instituída.

Fernandes (2011) observa que, no decorrer dos anos no Brasil, as pichações ganharam contornos diferentes, dando outras perspectivas à resistência:

observávamos uma resistência política contra a ditadura, depois a apologia das drogas e a demarcação do território, vemos agora surgir uma autoria que não só se objetivou como um sujeito social, mas também subjetivou-se ao assumir o papel de ser uma voz de alerta contra as injustiças sociais. Cada vez que se inscrevem textos nos

muros é uma voz que dispara uma reação contra uma sociedade voltada para interesses econômicos e produtivos sem considerar a humanidade de cada ser (p. 242).

A resistência expressa nos muros é uma forma de linguagem que se apropria da paisagem. A pichação é um meio de comunicação, linguagem de resistência contra a ordem dominante, que também a vê como uma forma de insurgência contra a sua subordinação. É um jogo entre visível e invisível, a ausência física, mas uma presença simbólica do sujeito no conflito. Um sujeito dotado de voz que se mantém em anonimato.

AS PICHAGÕES EM VILA AUTÓDROMO

Ao entrarmos na página da rede social Facebook da Comunidade de Vila Autódromo, nos deparamos com uma série de fotos de suas pichações e grafites, que afirmavam uma tática de resistência usada pelos moradores. Elas mostram uma dimensão do cotidiano, especialmente uma forma de controle do território e o conflito através da paisagem. A figura 2 a seguir, retirada da rede social, demonstra isso:

FIGURA 2: Pichação em Vila Autódromo.



FONTE: Página da Vila Autódromo no Facebook²

² Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/>> Desde: 9 de abril de 2012. Acesso em: 29 de junho de 2017

A Pichação ao fundo ilustra a resistência ao processo de desterritorialização, indica que o lugar simboliza o conflito que se coloca na luta para permanecer em seu território. Os sujeitos estão anônimos, mas presentes enquanto sujeitos coletivos, enquanto territorialidades, como podemos ver na figura 3:

FIGURA 3: Pichação em Vila Autódromo.



FONTE: Página da Vila Autódromo no Facebook³

Lugar e paisagem, por mais indissociáveis que sejam, trazem a perspectiva do olhar (da representação inserida) e fundamentalmente toda a carga do vivido. Podemos aqui explorar a ideia do (re) existir, cuja lógica é a existência do sujeito em seu espaço de vida, onde desenvolve sua história e firma sua memória.

O conflito faz com que o sujeito busque estratégias em conjunto de táticas de seu cotidiano para sobreviver ao processo de desterritorialização frente à territorialização do capital. É clara a assimetria de forças sobre os sujeitos, porém a insurgência rompe com a dinâmica homogeneizadora do capital, transformando os sujeitos e suas territorialidades durante o processo de luta.

A apropriação da paisagem nas estratégias de resistência cotidiana é uma das táticas de uso do espaço como instrumento de luta. A ressignificação da paisagem denuncia as desigualdades e injustiças sociais, imprimindo novas esperanças, e inserem esses sujeitos em outros cotidianos que vão além de suas escalas do vivido.

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/>> Desde: 9 de abril de 2012. Acesso em: 29 de junho de 2017

Figura 4: Pichação em Vila Autódromo direcionada a Prefeitura do Rio de Janeiro.



FONTE: Página da Vila Autódromo no Facebook⁴

FIGURA 5: Pichação em Vila Autódromo.



FONTE: Página da Vila Autódromo no Facebook

Besse (2014a) afirma que a paisagem política é feita pelo ordenamento estatal, é uma paisagem construída pela ordem:

A paisagem política é, antes, a paisagem da grande escala, que manifesta as visões do poder e se estende através de um espaço

⁴Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilautodromo/>> Desde: 9 de abril de 2012. Acesso em: 29 de junho de 2017

percebido como homogêneo e uma extensão a controlar. É marcada pelos grandes trabalhos que permitem organizar o território e delimitá-lo graças a fronteiras visíveis e teoricamente invioláveis. Os grandes dispositivos técnicos, as obras de arte, as pontes, os viadutos, as barragens, os aeroportos, as estações, as linhas de alta tensão, as linhas de trens de alta velocidade etc., manifestam também as escolhas e as decisões de um governo central (p. 250-251).

Por outro lado, a paisagem em Vila Autódromo é da microescala, é uma outra política que emerge da resistência, da luta pelo território, pelos direitos de ter direitos. As paisagens da resistência simbolizam, como Cosgrove (2004) denominou, paisagens alternativas à ordem, insubordinadas.

Como apontado no início do texto, somente 24 famílias permaneceram na Comunidade e receberam novas moradias no plano de reurbanização proposto pela prefeitura do Rio. Por mais que a reurbanização tenha derrubado as casas e repassado outras novas, a paisagem da resistência continua presente. O corpo entra como elemento geográfico, pois carrega a memória da luta.

O sujeito, de acordo com Massey (2013), está aberto a inúmeras possibilidades de construção de uma nova realidade, produzindo novas paisagens que possam vir a ser alternativas e de rupturas a essa ordem, porque é uma capacidade criadora do espaço. De tal modo, paisagem é um contínuo de marca e matriz, produção e reprodução de uma nova espacialidade.

Ao trazermos Vila Autódromo para nosso debate de resistência, explorando o conceito de paisagem, podemos analisar a relação de apropriação do espaço em sua expressão visual. Ao lermos a paisagem, o vivido, o percebido e o concebido entram em um movimento de jogo de estratégias entre dominantes e dominados, bem como de suas relações de insurgência, subordinação e sobrevivência a essa lógica desigual e injusta que se impõe às populações mais pobres, nos levando à compreensão da organização do espaço e de suas apropriações pelos sujeitos produtores dele.

A tática de pichação é uma representação do sujeito em sua condição de anônimo, usando o silêncio de seu cotidiano e o conhecimento sobre ele. É uma tática de apropriação do espaço, que reage a “uma sociedade normatizadora, inscrevendo dizeres nos muros; por sua vez, a organização social replica, impondo novas normas para a questão da desobediência civil” (FERNANDES, 2011, p. 245).

Tais normas se expressam na figura da prefeitura do Rio, no modelo de cidade que se impõe e em suas ações recorrentes de assédio junto aos moradores que ali permaneceram. Os casos de ação da guarda municipal para pressionar a saída dessa população e a relação cotidiana com a obra do parque Olímpico e do entorno, de acordo com os relatos, tinham intencionalidades de afronta aos moradores.

A paisagem construída pelas pichações demonstra a indignação e a resistência contra a pressão produzida pelos agentes do capital em conluio com a prefeitura do Rio, que queria a saída dos moradores de suas casas.

Olhar Vila Autódromo é olhar uma paisagem da resistência, da memória e da luta contra o capital. É olhar outras paisagens que possam vir a ser criadas contra a ordem hegemônica.

PICHANDO CONCLUSÕES

As pichações em Vila Autódromo serviram como exemplo para nossa reflexão sobre a resistência, a partir da concepção metodológica da constelação de conceitos de Haesbaert (2014), cujo conceito de paisagem nos guiou na análise da problemática estudada.

A paisagem é um conceito polissêmico e muito plural em seus usos analíticos. Ela nos desafia a pensar de maneira objetiva e subjetiva, mostra o processo histórico como formato da atuação humana e suas transformações, de acordo com os modos de produção.

Quando a analisamos como resistência, podemos perceber sua potencialidade não só como elemento interpretativo do real, mas como instrumental da luta em sua dimensão cotidiana, e também como marca e matriz de possibilidades de novas espacialidades. Ela não pode ser dada como uma categoria secundária, muito menos como uma mera base da ação, ela é parte de todo um movimento da sociedade. Ela é natureza, sociedade, objetividade, subjetividade, forma, conteúdo, espaço.

Em suma, ao trabalharmos as pichações em Vila Autódromo, estudamos as táticas de resistência e apropriação do espaço na luta contra o processo de desterritorialização no avanço da territorialização do capital. A paisagem tem uma potencialidade infinita para o desenvolvimento de bases analíticas e, essencialmente, criadoras de novas estratégias de resistência cotidianas diante da ordem dominante: uma paisagem em paisagens da resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERQUE, A. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p.84-91.

BESSE, J. M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, maio/ago. 2014a.

_____. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014b.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda a parte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-123.

FERNANDES, E. M. F. **Pichações: discursos de resistência conforme Foucault**. Acta Scientiarum. Language and Culture (Online), v. 33, p. 231-240, 2011

FORMAN, R. T. T. **Land Mosaics: Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge University Press – Text Book, 1995, Part I, p. 3-40.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transteritorialidade em tempos in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LÉFÈBVRE, H. **La presencia y La ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Mexico, DF: Editora Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 166-210

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagem? **Biota Neotrópica**, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 1-9, out. 2001.

OLIVEIRA, R. R.. Fruto da terra e do trabalho humano: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 20, p. 277-299, 2015.

SCOTT, J. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

_____. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. *Raízes*. Vol. 21, nº. 1, jan-jun/2002. p. 10-31.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R.; BRUNI, R. R. G. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p. 49-66, jan./jul. 2009.

SANSOLO, D. G. **Paisagem como Categoria Geográfica de Análise**. In: VII Encontro Nacional da ANPEGE- Associação Nacional de Pós Graduação em Geografia, 2007, Niterói. VII Encontro Nacional da ANPEGE: Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, A América Latina e o Mundo. Niterói: ANPEGE/UFF, 2007.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

TARGAGLIA, L. R. da S. **Geograf(it)ando: a territorialidade dos grafiteiros na cidade do Rio de Janeiro.** 2010.180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense.

Redes Sociais Acessadas

Vila Autódromo. **Facebook.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/>> Desde: 9 de abril de 2012. Acesso em: 29 de junho de 2017.

Jornais e Revistas

MENDOÇA, R & PUFF, J. Riscos, pressão e escombros: a rotina de quem desafia as remoções do Rio-2016. **BBC - Brasil**, São Paulo, 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150305_rio2016_vila_autodromo_rm_jp



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

DENDÊ DE VALENÇA - BAHIA: INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

Lívia Liberato de Matos Reis

Doutoranda em Geografia UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador, Cep.: 40.070-010. Tel.: (71) 9277-2212.

E-mail: livialiberato@gmail.com

Edna Maria da Silva

Mestra em Economia UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador, Cep.: 40.070-010. Tel.: (71) 9925-4165.

E-mail: ednasilv@yahoo.com.br

Luana Santa Inês Cunha

Graduada em Economia UFBA; Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Faculdade de Economia UFBA, Praça Piedade, 6, sala 515, Salvador Cep.: 40.070-010. Tel.: (71) 9264-0143.

E-mail: victortinoco85@gmail.com

ARTIGO

Recebido: 19 de novembro de 2018

Aceito: 20 de dezembro de 2018

RESUMO: Indicação de Procedência (IP) é um tipo de propriedade intelectual. O reconhecimento de um produto registrado impede ou dificulta a aplicação de restrições sociais, etnoculturais, ambientais e outras barreiras não tarifárias. Neste artigo, considera-se um tipo especial, para fins gastronômicos, conhecido no mercado como azeite de dendê de Valença. O seu processo produtivo situa-se entre artesanal e manufatureiro. Pouco mecanizado, ocupa muitas pessoas. Neste artigo procura-se demonstrar a viabilidade de um pedido de IP para o azeite de dendê de Valença. Conclui-se que o território preenche os quatro pré-requisitos regulamentares: existência de mercado consumidor para o produto; elementos específicos de produção e reconhecimento local da qualidade; organização dos agricultores familiares (cooperativa ou associação); e uma rede de suporte estatal e privado, de apoio à iniciativa.

Palavras-chave: Indicação de Procedência. Azeite de dendê. Agricultores familiares.

ABSTRACT: Indication of Origin (IP) is an intellectual property type. The recognition of registered products prevents or hinders the application of social constraints, ethno cultural, environmental and other non-tariff barriers. This article seeks to demonstrate the feasibility of an application for IP to palmoil of Valença. We conclude that the region meets the four prerequisites: the existence

of the consumer market for the product; specific elements of production and local recognition of the quality, organization of familiar producers (cooperative or association), and a network of state and private supporting the initiative.

Keywords: Indication of Origin. Palmoil. Smallscale agriculture.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é verificar a viabilidade de se fazer um pedido de registro de Indicação de Procedência (IP) para o azeite de dendê de Valença e municípios vizinhos. Juntos, eles integram o território Costa do Dendê, no Baixo Sul da Bahia. O produto é popularmente conhecido como “azeite de dendê da região de Valença”. O pedido, que pode vir a ser feito ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), deve cumprir quatro pré-requisitos regulamentares: 1) existência de mercado consumidor para o produto; 2) elementos específicos de produção e reconhecimento local da qualidade; 3) organização dos produtores - agricultores familiares - em cooperativa ou associação; e 4) uma rede de suporte estatal e privado, de apoio à iniciativa. Todos esses pré-requisitos são analisados ao longo do artigo.

Da palmeira, ou dendezeiro (*Elaeis guineensis*), colhem-se frutos que dão em cachos. Do seu aproveitamento obtêm-se muitos sub-produtos. Todavia, neste artigo, trata-se apenas de um sub-produto especial, vendido no mercado como azeite de dendê de Valença, bastante procurado para fins gastronômicos, como se fosse uma marca. Na região de Valença (ou território Costa do Dendê), o processo produtivo situa-se entre artesanal e manufatureiro. Por ser pouco mecanizado, ocupa muitas pessoas. O corte (coleta dos cachos) é manual. Realiza-se quase exclusivamente por homens, tanto em palmeiras espontâneas quanto em cultivos racionais. No primeiro caso, pode-se considerar extrativismo. Após o corte, os cachos são transportados por animais até as unidades de beneficiamento (rodões). Os frutos são retirados e cozidos durante todo o dia. A polpa obtida é levada para um equipamento de extração do azeite. O processo, que dura oito dias, é concluído com lavagem, filtragem e acondicionamento. O produto final é vendido na região e em Salvador, onde é considerado ingrediente fundamental da culinária afro-baiana, sobretudo nos pratos conhecidos como moqueca, vatapá, caruru, acarajé e abará. Além da gastronomia, o *palmoil* não se restringe apenas ao mercado regional ou nacional. Considerados os diversos usos, o seu consumo tornou-se universal, desde que países da Ásia tornaram-se os maiores produtores mundiais.

Como em quase todos os mercados, o mercado de *palmoil* também é objeto de restrições, particularmente quando o produto é usado como alimento. Maia (2004, p.155) lembra que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao pesquisar 400 empresas, chegou ao seguinte resultado: “não só na Europa e América do Norte, mas também no Mercosul, as barreiras não tarifárias, são os principais obstáculos enfrentados por exportadores brasileiros”. Todavia, com o registro de uma Indicação Geográfica (IG), boa parte dessas barreiras deixaria de existir para os municípios abrangidos pelo território Costa do Dendê. Lemos *et al.* (2005, p.360) advertem que “a política industrial foca a firma e/ou setor produtivo, enquanto a unidade de planejamento da política regional é o território.” Sabe-se que é difícil e caro obter um reconhecimento internacional. Não menos difícil é combater barreiras criadas por razões sociais, étnico-culturais e ambientais. No mercado global, a qualidade deixou de ser exclusivamente “técnica”. Assim, espera-se que este artigo venha a ser um primeiro passo para o diagnóstico que poderá compor um futuro processo de requerimento de IP para o azeite de dendê de Valença.

Além desta introdução, o artigo contém três seções e considerações finais. Na primeira seção, faz-se uma revisão histórica e se define Indicação Geográfica (IG), Indicação de Procedência (IP), e Denominação de Origem (DO). Na segunda, trata-se do produto azeite de dendê. A terceira contém uma análise dos quatro pré-requisitos. Nas considerações finais, os resultados da análise confirmam a existência desses pré-requisitos na região de Valença, o que torna viável a iniciativa de requerimento de um registro de IP para o território Costa do Dendê.

2. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Indicação Geográfica (IG) consiste em uma modalidade de certificação para produtos e serviços, especificamente, trata-se de um reconhecimento, de um registro. Para melhor compreensão do conceito, importa conhecer sua origem histórica, as razões que determinaram a sua utilização e sua disseminação no mundo.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO MUNDO

A IG surge da necessidade de validar a qualidade diferenciada que os produtos apresentam a partir de características específicas de seu território, seja no modo de produzir ou até mesmo na geografia da região. Os produtores de um determinado território buscam, assim, evitar que grupos ou pessoas de outras localidades utilizem indevidamente o nome de uma região.

Esse tema ganhou maior relevância no século XIX quando se iniciou um processo de determinação de meios de garantir uma regulamentação no âmbito internacional para a IG. A Convenção da União de Paris (CUP) em 1883, o Acordo de Madri (1891), o Acordo de Lisboa (1958) e o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual referente ao Comércio (ADPIC), de 1994, representam a evolução da proteção jurídica internacional dos direitos da propriedade intelectual, de que as IG fazem parte.

Tratando-se de propriedade intelectual, a IG também se insere no acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados a Comércio (acordo TRIPS ou acordo ADPIC, 1994), que surge com o intuito de reduzir as distorções no comércio internacional e proteger o direito da propriedade intelectual. A partir de 1994, período de adoção do acordo, a IG se insere num espaço de proteção mais amplo já que houve uma adesão maior de países no acordo TRIPS, inclusive o Brasil. O acordo TRIPS, executado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), diferentemente dos outros tratados, passa a englobar também os serviços em seu conceito, e não apenas produtos *tradables*. A ADPIC trata de Direito do Autor e Direitos Conexos; Marcas; Indicações Geográficas; Desenhos Industriais; Patentes; Topografias de Circuitos Integrados; Proteção de Informação Confidencial; e Controle de Práticas de Concorrência Desleal em Contratos de Licenças. Dentro do que interessa para este artigo, transcreve-se a seguir o conceito para o acordo TRIPS de IG:

Indicações geográficas são, para os efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica. Com relação às indicações geográficas, os Membros estabelecerão os meios legais para que as partes interessadas possam impedir: (a) a utilização de qualquer meio que, na designação ou apresentação do produto, indique ou sugira que o produto em questão provém de uma área geográfica distinta do verdadeiro lugar de origem, de uma maneira que conduza o público a erro quanto à origem geográfica do produto; (b) qualquer uso que constitua um ato de concorrência desleal, no sentido do disposto no Artigo 10bis da Convenção de Paris de 1967. (ADPIC, 2013).

A Europa destaca-se tanto na representatividade como no pioneirismo da IG. Quando o produto apresenta uma IG, independentemente da sua modalidade, 43% dos consumidores europeus estão dispostos a pagar até 10% a mais do valor do produto, e, aproximadamente, 11% dos consumidores europeus apresentam-se dispostos a pagar mais 20% a 30% pelo produto que tem a sua certificação garantida (CALLIARI et al, 2007).

O país europeu de maior tradição no estabelecimento de relação da qualidade no modo de produção local e valorização do território de origem é a França. Desde o século XVIII os franceses vivem essa experiência. Desde o reconhecimento dos territórios produtores, em 1970, a Europa destaca-se pela produção de vinhos de qualidade registrada com IG. Por exemplo, os vinhos do Porto (Portugal); Bordeaux, Provence e Champagne (França – *appellation d'origine controlée*); Rioja, Ribera Del Douro, Ribeiro (Espanha – *denominación de origen*); Sarre, Mosela e Franken (Alemanha – Gebiet); da Sicília, Puglia, Toscana (Itália – *denominazione controllata*) entre outros. No México, a tequila ilustra a IG de uma bebida alcoólica obtida de uma espécie agrícola produzida numa limitada zona no México, a agave azul (*tequiliana variedad Weber*). Essa proteção ocorre desde 1974. (CALLIARI et al, 2007).

Com o intuito de manter no campo sua população rural menos favorecida e também incentivar o seu desenvolvimento produtivo e conquistar o novo mercado consumidor cada vez mais exigente, a Europa passou a estabelecer regras comuns de qualidade. Atualmente, são três os tipos de certificações europeias mundialmente aceitas: as denominações de origem protegida, as indicações geográficas e as especialidades tradicionais garantidas. Para dar visibilidade internacional e ao mesmo tempo proteger os produtos de uma concorrência desleal, a Indicação Geográfica Protegida (IGP) é a garantia de que, em determinada região, existe alguma singularidade no seu processo produtivo, além da reputação e garantia da relação entre um *know-how* especial e o território. Especialidade Tradicional Garantida (ETG) indica a origem do produto, mas não determina a origem geográfica. O que importa é o processo produtivo, de alguma forma, diferenciado, tradicional, independentemente do local geográfico. Já a Denominação de Origem Protegida (DOP) relaciona o produto ao local geográfico. A qualidade do produto está diretamente relacionada ao saber-fazer local, tradicional, como também ao tipo do solo específico, clima, vegetação e características próprias do território, podendo assim levar o próprio nome da região.

Dado o crescente aumento da consciência ambiental do mercado consumidor, tanto na Europa como no Brasil criam-se atualmente diversos tipos de selos de qualidade socioambiental. Na Europa, o selo de agricultura biológica assegura quanto ao uso de agrotóxicos e produtos geneticamente modificados; a Apelação de Origem Controlada (AOC) certifica a produção desde a matéria-prima ao produto final, abrangendo os agroalimentares; laticínios; os vinhos e outras bebidas fermentadas. No Brasil existe o certificado orgânico que se assemelha ao Europeu, de agricultura biológica; o selo combustível social, do governo federal, que envolve a produção do biodiesel, e muitos outros

selos que demonstram a tendência do mercado de valorização de produção local, especializada e consciente (REIS 2008).

Seguindo a tendência mundial de valorização das IG, faz-se necessário um estudo das duas modalidades brasileiras: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Calliari et al (2007) apontam ainda a procura pela IG em países de diferentes continentes:

A Europa, em sua história antiga e atual, tem utilizado as IG como uma importante ferramenta de valorização de seus produtos tradicionais. Mais recentemente, é na economia de nações emergentes, como Índia e China, por exemplo, que está o reconhecimento expressivo de novas indicações, apresentando ao mundo um conjunto de produtos tradicionais, sob a égide da garantia da procedência, à qual se associa uma “qualidade original” (CALLIARI et al, 2007, p.1).

A tendência atual é aproveitar o sucesso da experiência europeia, região de origem da IG e onde ainda se concentra o maior número de certificações e incorporação desta prática como diferencial competitivo, aproveitado, sobretudo por países emergentes.

2.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

No Brasil, o primeiro produto e território registrado enquanto IG do tipo IP foi o vinho produzido no Vale dos Vinhedos, RS, em 2002. Uma IG apresenta-se na forma de IP e DO. A primeira busca proteger algum aspecto cultural ou tecnológico, como o processo produtivo, as ferramentas ou outras características próprias de um território. Uma IP contribui para a afirmação de um processo de desenvolvimento local, permitindo unir elementos de identidade coletiva e fatores diferenciais a produtos, agregando-lhes valor e diferenciando-os através do aproveitamento das tipicidades locais-territoriais e dos patrimônios culturais e sociais específicos, potencializando assim os agentes econômicos locais e revalorizando o território. A DO é uma certificação mais ampla, pois, além dos aspectos já citados, deve observar características próprias na geografia da região, como particularidades do terreno ou solo.

Desde a experiência do Vale dos Vinhedos, já foram registradas 31 IG, sendo 22 do tipo IP e 07 do tipo DO. São elas: Café Região do Cerrado Mineiro; Vinhos Vale dos Vinhedos (IP e DO); Carne bovina e seus derivados, Pampa Gaúcho; Aguardentes Paraty; Uvas de mesa e manga, Vale do Submédio, São Francisco; Couro acabado, Vale dos Sinos; Vinhos Pinto Bandeira; Arroz Litoral Norte Gaúcho (DO); Café Região da Serra da Mantiqueira, do estado de Minas Gerais; Camarões Costa Negra (DO); Artesanato em Capim

Dourado - Região do Jalapão, no estado do Tocantins; Doces finos tradicionais e de confeitaria Pelotas, Pannas de barro Goiabeiras; Queijo Serro Minas Gerais; Peças artesanais em estanho, São João Del Rei; Calçados Franca, São Paulo; Vinhos de Uva Goethe, Vale de Uvas Goethe; Queijo Canastra Minas Gerais, Opalas preciosas de Pedro II, Piauí; Gnaiss, Região Pedra Carijó, Rio de Janeiro (DO); Gnaiss, Região Pedra Madeira, Rio de Janeiro (DO); Gnaiss, Região Pedra Cinza, Rio de Janeiro (DO); Mármore Cachoeira de Itapemirim; Própolis vermelha Manguezais, de Alagoas (DO); Cacau em amêndoas, Linhares; Café verde em grão Norte Pioneiro de Paraná; Têxteis em algodão colorido, Paraíba; Aguardente de cana tipo cachaça, Salinas; Serviços de Tecnologia da Informação Porto Digital; Vinhos Altos Montes.

Inicialmente restrita a produtos agrícolas e seus derivados, a IG e suas classificações tem-se expandido também para o setor de serviços.

Mesmo se a intenção for requerer o benefício da proteção da espécie denominação de origem, podemos imaginar o vínculo com os fatores naturais e humanos em serviços de hotelaria em uma região no Amazonas na qual seja construído um hotel cuja arquitetura seja essencialmente associada ao meio ambiente, que preserve suas características naturais e proporcione aos hóspedes uma visão privilegiada deste ambiente a partir de todas as habitações; tudo isso associado a um notório saber fazer da rede hoteleira. No caso de um SPA seria possível uma denominação de origem, por exemplo, supondo que os serviços prestados neste SPA oferecem tratamentos com lama ou pedras de procedência da região, que seriam os fatores geográficos associados (CALLIARI et al, 2007, p.7).

No caso dos serviços, portanto, devem-se preservar os elementos essenciais de uma IG: as características próprias de uma região e associação com características geográficas singulares. Dentre as experiências já realizadas no Brasil, Calliari et al (2007) apontam alguns elementos importantes como a existência de uma organização de produtores locais comprometida com a certificação, o apoio e auxílio técnico de órgãos estatais e da sociedade civil e a presença dos elementos próprios de uma IG, como características singulares reconhecidas.

Destacam-se alguns casos bem sucedidos, um deles é o vinho do Vale dos Vinhedos, RS. Os produtores se organizam em associações locais, incentivando a pesquisa, buscando a preservação do espaço físico, o estímulo ao turismo e a profissionalização da produção e comercialização, além da preservação das características próprias de uma IG. Com essas

ações, obtiveram-se resultados expressivos dentre eles a valorização das propriedades rurais da área geográfica. O desenvolvimento regional é representado pela maior oferta de empregos no campo, na indústria, no turismo, na construção civil e nos serviços, a elaboração de um plano diretor para a região, com a participação de comunidades locais visando ordenar o desenvolvimento da zona rural, preservando a vocação local (CALLIARI et al, 2007).

Dentre alguns dos benefícios encontrados em experiências brasileiras, Valente et al (2012) destacam os importantes ganhos socioeconômicos. Detecta-se uma melhor distribuição do valor agregado ao longo da cadeia de produção, do produtor da matéria-prima até o fabricante, promovendo-se também a valorização de territórios pouco favorecidos, com o desenvolvimento da produção local e uma melhor distribuição de renda.

2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS

Para conceituar Indicação Geográfica é necessário compreender os elementos motivadores que determinaram o seu surgimento. Calliari (2007) aponta a IG como uma resposta ao problema da “assimetria de informação”:

O conceito de indicações geográficas desenvolveu-se lentamente no transcurso da história, e de modo natural, quando produtores, comerciantes e consumidores comprovaram que alguns produtos, advindos de determinados lugares, apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, e passaram a denominá-los com o nome geográfico de procedência. Foi uma resposta ao que os economistas, séculos depois, chamariam de problema de assimetria de informação. No caso, a indicação geográfica era uma garantia, para comerciantes e consumidores, de que o produto tinha certa qualidade, o que facilitava a realização de transações sem a presença física do produto. (CALLIARI et al, 2007, p.1).

A IG objetiva garantir segurança nas transações econômicas, promovendo a mediação entre um produto com características singulares e os consumidores e fornecedores que buscam tais atributos. Assim, torna-se possível proteger o produto de barreiras não tarifárias, política indireta de proteção à entrada de produtos nacionais no mercado internacional praticada por muitos países importadores que visam bloquear a entrada do produto concorrente no mercado interno do país. Um produto certificado que engloba requisitos básicos de saneamento, segurança e qualidade de produção fica protegido desse tipo de política internacional.

Além de reunir características de uma certificação, a IG é definida, por alguns autores, como exemplificam Valente et al (2012), como um direito de propriedade intelectual autônomo de caráter coletivo, distinguindo-se, assim, das patentes e marcas. Isso quer dizer que ela não é uma garantia a um agente privado específico, mas a qualquer produtor que respeite as características tipificadas, circunscritas a uma determinada região. A segurança efetiva, tanto para consumidores, quanto para produtores e fornecedores, demanda um aparato técnico jurídico associado à certificação.

Com vistas a garantir a autenticidade e origem de seus produtos, os produtores passaram a utilizar selos distintivos naqueles. Notam-se aí aspectos da concorrência desleal, e a necessidade do estabelecimento de normas legislativas capazes de proteger eficazmente os direitos dos produtores que se delineavam na época. (CALLIARI et al, 2007, p.2).

A IG delimita a área de produção, restringindo seu uso aos produtores da região (em geral, reunidos em entidades representativas). Ao manter os padrões locais, ela impede que outras pessoas utilizem indevidamente o nome da localidade em produtos ou serviços. No Brasil, o registro de IG foi estabelecido pela Lei 9279/96 – LPI/96 e considera IG a IP e a DO, dando ao INPI a competência para estabelecer as condições de registro das IG (INPI, 2013).

A IP reporta-se ao nome do local ou região que se tornaram conhecidos, de onde se extrai ou onde se produz determinado produto (ou serviço). A DO refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços, cujas características são atribuídas à sua origem geográfica, devem-se exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Uma IP assegura que o produto ou serviço tem características próprias de produção que o diferencia dos demais. A diferenciação pode se caracterizar pela tradição da técnica de produção, por sua reputação no mercado local e nacional.

As características do clima, espaço ou técnica, asseguram qualidade diferenciada do produto protegido pela IP. Por ser mais específica, a DO é mais difícil de ser obtida. Neste caso, tem que haver a associação de características próprias de produção com o caráter geográfico da região, ou seja, a DO é a garantia de que o produto com aquela denominação não pode ser encontrado em nenhum outro local. As características geográficas do local (solo, clima, relevo), associadas às técnicas tradicionalmente estabelecidas no local geográfico

determinam que nenhum outro produto de outra região poderá ter o nome associado ao produto protegido.

A IP é uma garantia legal de que um produto é originário de determinada região. Após a obtenção da IP, a identificação do produto pode ser feita por grupos organizados, a exemplo de uma associação, que demonstra ao produtor interessado as etapas de produção a serem seguidas conforme o Regulamento Técnico de Produção. A associação deve também auxiliar e valorizar a participação de todos os membros da produção.

Dentre os dois conceitos utilizados no Brasil, o azeite de dendê da região de Valença pode ser melhor representado por uma IP. O que se verifica no dendê de Valença é o reconhecimento da sua qualidade, inclusive nos municípios vizinhos, e no principal mercado, a cidade de Salvador. A sua reputação e qualidade o diferencia dos demais produzidos em outras regiões.

2.4 CONDIÇÕES GERAIS PARA A CERTIFICAÇÃO

Com base nas informações levantadas, nas experiências exitosas e nos aspectos conceituais e técnicos, podem-se sinalizar, sinteticamente, quatro condições para a efetivação de uma IP:

- 1) existência de um mercado de consumo que demande produtos com especificidades;
- 2) características específicas de produção e de solo, matéria-prima, técnicas de manejo e beneficiamento, que ocasionem o reconhecimento, ao menos local, da qualidade do produto;
- 3) existência de organização local capaz de organizar e mobilizar os produtores locais para a pesquisa, busca de apoio e acesso a mercados, e assegure a obediência a padrões de produção;
- 4) A existência de suporte estatal ou privado à produção e à iniciativa pela certificação.

3. O AZEITE DE DENDÊ

Para uma possível IG do azeite de dendê consideram-se alguns elementos associados: significado do produto, suas especificidades e qualidades particulares em uma região (Valença), além dos elementos culturais associados ao cultivo, beneficiamento e consumo.

O dendê é uma espécie vegetal originária da costa africana e foi inicialmente encontrado em povoaamentos subespontâneos. O seu óleo passou a ser produzido no Brasil, a partir do século XVI, pelos escravos que trouxeram as primeiras sementes. O azeite de dendê é um óleo valorizado e amplamente comercializado no mercado mundial, principalmente pelo seu baixo nível de acidez, maior rendimento por área e processo de extração como o da prensa, ao contrário dos demais óleos vegetais, a exemplo do óleo de soja que, em sua maior parte, depende do uso de solventes químicos. (SEAGRI, 2002).

O fruto é classificado conforme a espessura do endocarpo. Destacam-se as variedades Dura (endocarpo com espessura entre 2 a 6mm); Psífera (frutos sem endocarpo separando polpa da amêndoa); Tenera (híbrido do cruzamento Psífera e Dura, endocarpo entre 0,5mm e 2,5mm). A híbrida, que tem vida econômica mais curta (20 a 30 anos), é tecnicamente recomendada para plantios comerciais, mas há controvérsia. A variedade Dura, embora mais resistente a doenças, não apresenta o mesmo rendimento físico que a Tenera. (CEPLAC, 2000).

A produção começa no final do terceiro ano após o plantio, com 6 a 8 toneladas por hectare. O máximo ocorre no oitavo ano, quando pode atingir 25 toneladas. Dos frutos do dendezeiro, podem ser extraídos dois tipos de óleo: óleo de polpa, internacionalmente conhecido como óleo de palma (azeite de dendê), e o óleo de palmiste (extraído do coquilho). Estimam-se 22% do peso dos cachos para o óleo de polpa, e 2% para o óleo de palmiste. (CEPLAC, 2000).

A Bahia possui grande diversidade de solos e clima para a cultura do dendezeiro. Destacam-se fatores climáticos como regime pluviométrico ideal de precipitação média anual entre 1.800 e 2.000mm, altos níveis de radiação solar e pequenas variações de temperatura. A maior parte do óleo baiano provém de dendezeiros subespontâneos que ocupam pouco mais de 19 mil ha.

3.1 PRODUTOS DO DENDEZEIRO

O dendê é matéria-prima para uma série de produtos, não se restringindo ao azeite, popular na culinária baiana. É no ramo alimentício que se encontra a qualidade merecedora de registro. Além das características distintivas dos seus produtos, a cultura do dendê possui como diferencial o baixo impacto ambiental e a possibilidade de cultivo em solos pobres, conforme sinaliza relatório da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB:

É considerada uma cultura com forte apelo ecológico, por apresentar baixos níveis de agressão ambiental, adaptar-se a solos pobres, protegendo-o contra a lixiviação e erosão e "imitar" a floresta tropical. A dendeicultura tem ainda, a capacidade de ajudar na restauração do balanço hídrico e climatológico, contribuindo de forma expressiva na reciclagem e "seqüestro de carbono" e na liberação de O₂, contribuindo assim no combate da elevação excessiva das temperaturas médias do Planeta. (CONAB, 2006, p.4).

Diante desses fatores, há a previsão de progressão da demanda podendo o óleo de dendê se tornar o principal produto do seu gênero, conforme sinaliza Semedo:

O dendezeiro é a oleaginosa que apresenta a maior produtividade de óleo por área cultivada, chegando a 8 toneladas por hectare, equivalente a 10 vezes mais do que a soja [...]. O preço do óleo de dendê tem se mantido estáveis em torno de US\$450,00 a tonelada. Esse nicho de mercado movimento anualmente US\$30 bilhões e as previsões indicam que o consumo desse óleo deve superar o da soja nos próximos três anos. (SEMEDO, 2006, p.36).

Em resumo, observam-se dois grandes usos distintos: matéria-prima para produtos medicinais, industriais, oleoquímicos e gêneros alimentícios. Entre os primeiros, destacam-se sabões, detergentes, amaciantes, combustíveis e uso na siderurgia. Entre os alimentos, Souza (2000) aponta a fabricação de pães, bolos, tortas, biscoitos finos e cremes e, no caso específico do azeite de dendê, há o diferencial de conservar importantes características nutritivas, como a presença de vitaminas e antioxidantes. Tudo isso importa, para além da cozinha regional.

3.2 A COMMODITY AZEITE DE DENDÊ

O azeite ou óleo de dendê é uma importante *commodity* (mercadoria), conhecida no mercado internacional como *palmoil* (óleo de palma). Além da sua dimensão econômica, a expectativa é de um mercado potencial promissor.

Curvelo (2010) aponta as propriedades nutricionais do óleo de dendê: trata-se de um alimento riquíssimo em vitamina A, E e B; atua como antioxidante, rico em betacaroteno e niacina; apresenta alta concentração de ácidos graxos e estabilidade térmica. Possui variabilidade nas suas características físicas, de acordo com especificidades na produção e beneficiamento.

O azeite de dendê é percebido como o mais promissor dos óleos vegetais no mercado mundial. O baixo impacto ambiental, a adaptabilidade do plantio a solos pobres, a alta produtividade e a qualidade do produto final são apontados como vantagens competitivas:

Substitui a gordura animal na culinária com vantagens para a saúde humana; sua produtividade é maior do que a de produtos concorrentes (3.500 a 6.000 kg/ha de óleo de palma, contra 400 a 600 kg/ha do óleo de soja, 800 a 1.100 kg/ha do óleo de colza e 600 a 1.000 kg/há do óleo de girassol); a dendeicultura exige pouca mecanização e reduzido emprego de defensivos agrícolas. (CURVELO, 2010, p.18).

Conclui-se que o óleo de dendê possui características determinantes para seu aproveitamento econômico. Primeiramente, pela sua expansão no mercado internacional, tendendo a liderar óleos vegetais. Segundo, porque proporciona maior lucratividade. Terceiro, porque associa maior produtividade com baixo impacto ambiental.

3.3 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DO AZEITE DE DENDÊ

Primitivamente, o dendê era produzido em pilões manuais, apenas para autoconsumo doméstico. Algum excedente começou a ser produzido nos rodões. Rodão é o tradicional nome que se dá ao local onde ocorre o processo de produção do azeite. Após o corte, os cachos são transportados por animais. O produto é cozido em um tacho, por um dia, e depois é levado para uma prensa artesanal, onde é feita a extração do azeite.

O crescimento dos mercados exige abastecimento regular. Alguns rodões passaram a ser parcialmente mecanizados ou semi-industrializados. Os frutos são cozidos em caldeirões, em seguida macerados e levados à prensa, que separa o óleo dos resíduos. A substituição do rodão pelo macerador a diesel começou nos anos 1960. Essa inovação combina aumento de produtividade com redução de mão-de-obra. As inovações (radical e incremental) estão associadas às idades tecnológicas, conforme sinaliza Couto Filho et al (2004):

É de se esperar que uma *inovação radical* surja [...] como uma inovação significativa na base do conhecimento científico e tecnológico, provocando ruptura no velho paradigma. Já pequenas inovações que fazem num mesmo paradigma, ao longo de uma trajetória, são *inovações incrementais*. Elas são importantes para a rentabilidade da empresa, mas não tem o significado de uma *inovação radical*. (COUTO FILHO *et al apud* DIAS, 2007, p.35).

Na história da produção observam-se diferentes idades tecnológicas. Com a chegada da energia elétrica, em 1975, substituíram-se motores a diesel, sem mudança significativa na estrutura produtiva, caracterizando-se uma inovação incremental. A simples troca de

motores não modificou a base tecnológica da produção. O seu uso (diesel e elétrico) fez aumentar em 86% a produção comparativamente à tração animal. Mais uma vez, aumenta o volume de produção com diminuição da mão-de-obra, particularmente feminina, responsável pela lavagem do óleo, que passou a ser feita pela máquina. (DIAS 2007). O quadro 1 apresenta as inovações tecnológicas no beneficiamento do dendê e seus respectivos resultados, em Cajaíba, município de Valença - Bahia.

Quadro 1 - TECNOLOGIAS UTILIZADAS NO BENEFICIAMENTO DO DENDÊ

<i>Tecnologia</i>	<i>Tipo</i>	<i>V. Prod./Semana</i>	<i>Produtividade/Ton</i>	<i>UTF média</i>	<i>Litros/dia</i>
Pilão	-	1 tonelada	6 a 7 latas	1	2,5
Rodão	Radical	7 toneladas	6 a 7 latas	4	18
Mac. Diesel	Radical	42 toneladas	6 a 7 latas	5	108
Mac. Elet	Increm.	49 toneladas	6 a 7 latas	3	126
Prensa	Increm.	98 toneladas	9 latas	5	504

Fonte: DIAS, 2007

Observe-se o significativo aumento na eficiência técnica. Do pilão à prensa, último estágio tecnológico da produção do azeite comestível, a produção diária passou de 2,5 a 504 litros.

4. VIABILIDADE DE UMA IP PARA O AZEITE DE DENDÊ DE VALENÇA

Importa agora verificar a possibilidade de se atribuir uma IP ao azeite de dendê produzido na região de Valença. Após análise dos elementos conceituais e técnicos, realizada nas seções anteriores, observou-se o produto em relação a: existência de nicho ou segmento de mercado; características da produção e reconhecimento local da qualidade do produto; existência de uma organização local; existência de apoio governamental e privado.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO

O mercado mundial de *palmoil* é liderado pela Indonésia e Malásia, juntos, produzem 46,5 milhões de toneladas e dominam a quase totalidade das exportações mundiais. Na produção, a participação do Brasil ainda é muito pequena (275 mil de toneladas), ocupando a nona colocação no *ranking* de países produtores, segundo relatório anual Oil World, de 2010. No Pará, maior estado produtor, encontram-se mais de 80 % da área plantada com dendezeiros.

Apesar do vínculo com a sua culinária, a Bahia é apenas o quarto produtor brasileiro, depois do Pará, Amazonas e Amapá. A produção baiana concentra-se na região do Baixo

Sul, em torno do município de Valença. Os dendezeiros são, em sua maioria, subespontâneos, do tipo comum ou dura. Todavia, um trabalho de incentivo ao cultivo da qualidade tenera vem sendo realizado por cooperativas como a Cooperativa de Fomento Agrícola de Valença (Coofava). O estado possui características favoráveis, conforme sinaliza relatório governamental:

A Bahia possui uma diversidade edafoclimática excepcional para o cultivo do dendezeiro, com uma disponibilidade de área da ordem de 854 mil ha, em áreas litorâneas que se estendem desde o Recôncavo Baiano até os tabuleiros do Sul da Bahia, porém apenas 41.486 hectares estão sendo cultivados. (CONAB, 2006, p.5).

Percebe-se, assim, um potencial ainda não explorado na região estudada, uma vez que o *palmoil* vem ganhando espaço no mercado mundial.

4.2 BAHIA: CULTURA E ESPECIFICIDADES REGIONAIS

O azeite de dendê, na Bahia, é matéria-prima para uma série de alimentos da culinária regional. Esses gêneros alimentícios compõem um ambiente identitário da população sendo, inclusive, objeto de esforços de preservação e valorização.

Frente a essas considerações, o acarajé foi oficializado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro através do Ofício da Baiana, em dezembro de 2004. Esse bolinho, dentre os outros pratos de herança africana, é tradicional na venda de comida de rua de Salvador e tem significado importante tanto no espaço social quanto no religioso. (SILVA et al., 2011, p.2).

A Bahia possui um dos maiores contingentes populacionais negros do Brasil e a identidade racial é um importante componente da cultura local. A capoeira, as religiões e os alimentos de origem africana compõem o referencial simbólico do estado. O candomblé, religião de matriz africana, está relacionado a rituais que envolvem animais e alimentos, dentre os quais muitos utilizam o dendê como ingrediente.

Uma das maiores evidências documentadas da presença do dendê na cultura da Bahia é a obra do escritor Jorge Amado. Segundo Abbade (2013), o abará, o acarajé e a farofa de dendê têm presença garantida nas principais obras do romancista. Os alimentos à base de

dendê descritos por Jorge Amado pertencem, na maior parte dos casos, à esfera do sagrado nos rituais do candomblé, onde as iguarias se constituem como oferendas às divindades. Para essa religião, a cozinha é um local importante. Ali começa a formação de muitas mães-de-santo, principal autoridade religiosa dos terreiros de candomblé.

Na culinária afro-baiana, o dendê aparece na quase totalidade dos pratos. Sua presença extrapola a dimensão religiosa, sendo amplamente consumido pela população local. Segundo Barroco (2013), a culinária à base de dendê atua como uma espécie de “relações públicas” da região, estimulando o turismo no estado e fortalecendo o mercado consumidor local.

Cultura e produção não estão dissociadas, ambas têm forte relação. A cultura do dendê foi trazida à Bahia pelos escravos africanos, no século XVI. Conforme observado na seção 3.3, a produção permaneceu, por séculos, como resultado de um esforço de base familiar, com emprego de técnicas artesanais, a exemplo do pilão. Apenas no século XX ocorreram inovações significativas na base tecnológica, particularmente do beneficiamento do dendê: do pilão aos rodões (diesel e elétrico), em seguida a prensa, sempre com aumento de produtividade. Até os dias de hoje verifica-se a presença simultânea de todas as técnicas já utilizadas, sendo que entre os agricultores familiares o mais comum é o emprego do rodão a diesel e elétrico. Instalar uma prensa individual e privada requer um montante de recursos que extrapolam as expectativas de ganhos nas unidades familiares. Esse salto tecnológico só se viabiliza coletivamente, por grupos de produtores, em associações ou cooperativas.

4.3 COOFAVA

As cooperativas são fruto de lutas sociais dos trabalhadores pela própria sobrevivência. Impossibilitados de competir sozinhos no mercado, pequenos produtores ficam restritos a grupos para elevar a sua competitividade. Entre as diversas formas de organização, destaca-se a cooperativa. Em Valença, o que se busca é a redução dos problemas próprios dos pequenos agricultores locais, como: baixo uso de tecnologias apropriadas (análise, correção e manejo de solos, adubos, genética apropriada, controle de pragas, adensamento, controle da sombra, etc.); baixos preços; falta de capacitação e ausência de programas apropriados.

A Coofava existe desde 1996, mas só ganhou força em 2008 ao contratar o fornecimento de guaraná natural para a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV). O preço do guaraná mais do que dobrou. Valorizou-se também o cravo-da-índia, e, a partir de

2012, elevaram-se os preços do dendê e seus derivados. Uma das ações da cooperativa consiste em estimular o plantio da variedade Tenera, que produz até 30 toneladas por ha. Cada tonelada rende 220kg de azeite e 30kg de óleo de palmiste. (COOFAVA, 2012).

4.4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS

As iniciativas de preservação do patrimônio cultural foram acompanhadas de ações governamentais de incentivo e modernização da produção, através do governo do estado.

Com a finalidade de orientar tecnicamente os rodões, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Agricultura (Seagri) e da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), criou o Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana e o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Agro-industrial do Dendê, que tem como participantes a Ceplac, EBDA, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, as empresas Opalma, Oldesa, Jaguaripe e Mutupiranga, assim como cooperativas de produtores rurais, associações dos municípios da região do Baixo Sul, associação dos proprietários de "roldões" e o Instituto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Baixo Sul – IDES. (CONAB, 2006, p.7).

Pode-se admitir a existência de uma importante rede ativa de suporte à cultura do dendê na Bahia, envolvendo o governo do estado da Bahia, órgãos federais, empresas de economia mista, empresas privadas e associações locais.

A própria Coofava é protagonista na articulação de uma rede complementar de parceiros que dão suporte à produção, para fomentar a agricultura profissionalizada na região. Construiu relações de confiança com instituições como: Banco do Brasil (Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS); CONAB, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estoque para o Cravo da Índia e para o Guaraná; Prefeitura Municipal de Valença; Criação, apoio e gestão do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); Articulação com a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) para emissões da Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) que consiste como instrumento de identificação do agricultor familiar para ter acesso a programas do governo; elaboração de projetos para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Associação dos Municípios

da Região do Baixo Sul da Bahia (AMUBS) em Articulações Institucionais diversas; parceria com a Cooperativa de Crédito (Ascoob) para estruturação do escritório e articulação para o crédito.

Dentre essas parcerias destacam-se a DRS, através do Banco do Brasil, e o PAA, através da CONAB. Esses programas, acima de tudo, buscam dar condições e estímulos à manutenção do pequeno produtor na atividade agrícola. Os órgãos governamentais e privados tentam evitar o êxodo desses agricultores familiares que muitas vezes não conseguem obter, de forma isolada, renda suficiente para uma subsistência baseada exclusivamente na agricultura familiar.

Ao divulgar o DRS, o Banco do Brasil informa que aquele programa de desenvolvimento sustentável consiste na mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos para o apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, observada e respeitada a diversidade cultural. Tem como parte de seus objetivos a promoção da inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, a democratização do acesso ao crédito, o reforço do associativismo e do cooperativismo, a contribuição para a melhora dos indicadores de qualidade de vida e solidificação dos negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

No PAA, executado pela CONAB, empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, propõe-se a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo. O programa valoriza a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade (CONAB, 2013).

Através dos programas como: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR - Doação), e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR - Estoque), a CONAB adquire produtos dos pequenos agricultores. O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais como quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e pescadores artesanais. (CONAB, 2013)

As associações contribuem nessas parcerias dando informação e força aos pequenos produtores que muitas vezes não têm acesso ao crédito e aos programas de incentivo, quando isolados desses grupos organizados. Além disso, a cooperativa também contribui fornecendo suporte técnico com relação aos métodos de produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IG e suas categorias específicas IP e DO vêm sendo utilizadas para diferenciar produtos, atestando suas características peculiares do ponto de vista da produção, do suporte tecnológico e da relação com elementos históricos regionais. Em um mercado de consumo de massa, com tendência à homogeneização de produtos, esse tipo de certificação protege produtores e consumidores, além de se constituir em importante diferencial que pode conferir acesso a mercados específicos e clientes exigentes.

Os casos de maior destaque no mundo são os vinhos europeus, a exemplo das regiões de Bourdeaux, Porto e Champagne. No Brasil, existem experiências exitosas, dentre as quais se destaca a do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha. O seu reconhecimento contribuiu para a profissionalização da produção e conferiu maior lucratividade aos produtores, valorizando o seu patrimônio, tanto familiar quanto empresarial. Trata-se de uma estratégia importante para enfrentar barreiras não-tarifárias e dar acesso a novos mercados. No Brasil, essa estratégia ainda vem sendo empregada de forma muito tímida, em comparação, por exemplo, com outros países em desenvolvimento, como a China.

Para que um registro de IP seja assegurado e traga benefícios aos produtores, é necessário o cumprimento dos seguintes pré-requisitos regulamentares: 1) existência de um mercado de consumo relacionado ao produto; 2) elementos específicos de produção e reconhecimento local da qualidade; 3) organização local dos produtores em torno de uma cooperativa ou associação; e 4) uma rede de suporte estatal e privada, que dê apoio à iniciativa.

Será possível afirmar que há viabilidade na outorga de uma IP para o azeite de dendê da região de Valença - Bahia? Partindo da pergunta, tentou-se compreender as características desse produto e de sua produção. O azeite de dendê, ou *palmoil*, como é conhecido no mercado internacional, tem potencial para vir a se consolidar como o óleo vegetal mais consumido no mundo. Possui características alimentícias benéficas, sendo rico em nutrientes. Além disso, trata-se de uma cultura própria de regiões tropicais e com baixo impacto ambiental, comparada a outras culturas. Apesar de se constituir como matéria-prima para

uma série de itens, como insumos industriais e até substituto energético, estudos apontam que, em Valença, é no aproveitamento alimentício que o dendê encontra o seu mercado mais amplo e maior lucratividade para os produtores.

O Brasil ocupa ainda uma posição tímida no cenário global de produção do dendê, voltado quase exclusivamente ao mercado doméstico. No *ranking* mundial, liderado por países asiáticos, o país ocupa apenas a nona colocação entre os produtores. No mercado nacional, o Pará é responsável por mais da metade da produção. A Bahia, apesar de ter clima e solo favoráveis, ocupa uma parcela muito reduzida desse mercado, existindo, portanto, espaço para expansão. O dendê também está associado a importantes elementos culturais baianos, particularmente na culinária. O acarajé, por exemplo, um dos alimentos que utiliza o azeite como ingrediente, já está registrado como patrimônio imaterial, com proteção estatal. No mercado baiano, o azeite de dendê produzido em Valença é reconhecido pela população como o de melhor qualidade.

São necessários, portanto, dois requisitos para se fazer um pedido de registro de IG: existe um mercado global em expansão de consumo de *palmoil* e o azeite de dendê de Valença possui características peculiares cuja qualidade é reconhecida localmente. Faz-se necessário, no entanto, a realização de estudos técnicos para detalhar essas especificidades do produto da região. Além disso, verifica-se que ainda ocorre em muitas propriedades, conforme relatos de estudos e balanços governamentais, o emprego de técnicas de baixa produtividade na cultura do dendê. Constatou-se a necessidade de uma ampliação na difusão do emprego da prensa, inclusive de uso coletivo, em substituição aos rodões, em função da sua maior efetividade e baixo impacto ambiental.

A Cooperativa de Fomento Agrícola de Valença tem o potencial de cumprir o outro elemento indispensável para o sucesso de uma IG no conceito de IP: a existência de uma organização local de produtores, capaz de articular os esforços em torno para requerimento de um registro junto ao INPI. A Coofava possui experiência exitosa no estímulo à produção de outras matérias-primas, como o guaraná e o cravo-da-índia, mas suas iniciativas em relação ao azeite de dendê ainda são incipientes, tendo-se iniciado em 2012. Faz-se necessário, portanto, uma ampliação da experiência, já em andamento, com o estímulo da utilização da prensa e a realização de novas pesquisas associadas ao *palmoil*.

De forma complementar à atuação da Coofava, verifica-se a existência do quarto requisito para um pedido de registro, que é a constituição de uma rede de apoio à iniciativa, com parceiros públicos e privados. A dendeicultura é objeto de políticas públicas específicas,

com apoio do governo do estado da Bahia e de órgãos do governo federal, a exemplo da Ceplac. A cooperativa também possui suporte de bancos de economia mista para a obtenção de crédito para a produção.

Com base nas análises realizadas, pode-se concluir que a produção do azeite de dendê na região de Valença reúne, potencialmente, os requisitos para se requerer uma IP. No entanto, há a necessidade de estudos complementares, detalhando a demanda por esse tipo de produto diferenciado e as características específicas do azeite de dendê de Valença.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Maria. *A comida baiana de Jorge Amado revelando o léxico africano*. Xique-Xique, 2012. Disponível em: <http://www.uneb.br/xique-xique/dcht/files/2012/08/A_comida_baiiana-Celina_Abbade.pdf> Acesso em 30 mar. 2013.

ADPIC. *Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/ac_trips.pdf> Acesso em 15 jan. 2013.

BARROCO, Lize Maria Soares. *A importância da gastronomia como patrimônio cultural no turismo baiano*. Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/alimbeb1.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2013.

CALLIARI, M.A.C. et al. *Proteção às indicações geográficas: a experiência brasileira*. In: XII SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO TECNOLÓGICA-ALTEC 2007, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/geopi/publicacoes.php?sub=artigos>> Acesso em 20 mar. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. *Dendecultura na Bahia*. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/BA/dendecultura_na_bahia.pdf>. Acesso em 02 fev. 2013.

CURVELO, Fabiana Martins. *Uma imersão no tabuleiro da baiana: o estudo do óleo de palma bruto (elaeisguineensis)*. 2012. 103f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.

DIAS, Washington L. S. N. *Do Pilão à prensa: um caso de inovação tecnológica no beneficiamento do dendê em Valença, Bahia*. 2007. 57fl. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA, Salvador, 2007

INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). Disponível em: <www.inpi.gov.br>. Acesso em 17 jan. 2013.

LEMOS *et al.* A organização territorial da indústria no Brasil. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. (orgs.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: IPEA, 2005.

MAIA, J. de M. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 2004, 9ª ed.

REIS, Livia Liberato de Matos. *Indicação de Procedência: uma nova dimensão da competitividade para o território da Apaeb - Valente*. 2008. 206 fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano). Universidade Salvador UNIFACS, Salvador, 2008.

SEAGRI – Bahia. Secretaria de Agricultura... *Cultura Dendê*. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/Dende.htm#BIBLIOGRAFIA>> Acesso em 20 mar. 2013.

SEMEDO, Isidoro. *O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do baixo sul-Bahia*. 2006. 119f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SILVA, Iane Carina de Freitas da et al. *As interfaces dos discursos de preservação do patrimônio cultural e da promoção da alimentação saudável em torno da produção e consumo do acarajé*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VALENTE, Maria Emília Rodrigues et al. *Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia*. in *Revista Ciência Rural*, v. 42, nº 3. Santa Maria: UFSM, março de 2012.



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

REFLEXÕES SOBRE O FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES DAS CRIANÇAS DO CAMPO A PARTIR DA INTERVENÇÃO DE EXTENSIONISTAS RURAIS

Kelly Santiago Oliveira

Mestranda em Educação do Campo – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Especialista em Educação do Campo – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, Graduada em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XI.

E-mail: kellysantiagoo@hotmail.com

Davi Silva da Costa

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ; Mestrado em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia, UFBA; Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. - Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil; Graduação em AGRONOMIA, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

E-mail: davi.costa@ifbaiano.edu.br

ARTIGO

Recebido: 11 de dezembro de 2018

Aceito: 27 de dezembro de 2018

RESUMO: O presente artigo trará discussões acerca das contribuições dos extensionistas nas comunidades e sua relação com a (re) construção das identidades das crianças do campo. Desta forma, pretende-se delinear um estudo que irá contribuir para a compreensão dos resultados concretos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apontando desafios e perspectivas para o fortalecimento das identidades das crianças e jovens do campo, utilizando as metodologias e princípios de Educação do Campo. É importante ressaltar que a pesquisa-ação ainda está sendo desenvolvida, desta forma, não podemos apontar ainda resultados a partir da sua intervenção, e sim quais as mudanças que já estão ocorrendo durante o processo.

Palavras-chave: Infância. Identidade. ATER.

ABSTRACT: This article will discuss the contributions of extension workers in the communities and their relation to the (re) construction of the identities of rural children. In this way, it is intended to outline a study that will contribute to the understanding of the concrete results of the Technical Assistance and Rural Extension (ATER), pointing out challenges and perspectives

for strengthening the identities of rural children and youth, using the methodologies and principles of Field Education. It is important to point out that action research is still being developed, so we cannot still point out results from its intervention, but rather what changes are already occurring during the process.

Keywords: Childhood. Identity. ATER.

1. O CANDEEIRO – ALUMIANDO AS IDEIAS

O presente artigo tem o intuito de construir uma análise sobre o fortalecimento das identidades das crianças do campo, mediante a ação de técnicos e técnicas extensionistas, que trabalham nas comunidades rurais, a partir de prestação de serviço de ATER aos agricultores e agricultoras.

É preciso compreender que a imagem da criança campesina é múltipla, visto que o campo brasileiro é extremamente diverso e possui diferentes matrizes socioculturais, comunidades múltiplas, diversas lutas, contextos que precisam ser considerados para o atendimento específico dessas crianças, que ajudam na produção, participam dos movimentos sociais e lutas sindicais com seus familiares e, acima de tudo, possuem valores distintos das crianças da cidade.

A Educação do Campo não se restringe aos muros da escola, ela é “maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo” (SILVA, 2004, p. 9) e os extensionistas, educadores sociais das comunidades, devem estar atentos e abertos para integrar e fazer parte desse movimento. É importante ressaltar que a identidade é um processo contínuo que precisa ser compreendido e valorizado, principalmente para que não haja perda de elementos fundamentais pelo caminho, em especial o das raízes, essenciais para a formação do ser humano, entretanto, sem romantizar ou desconsiderar que o campo tem sofrido diversas mudanças estruturais na sociedade moderna.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da Educação do Campo dentro desse processo de ressignificação e pertencimento. Dessa forma, é preciso refletir sobre a educação dada ao povo do campo, valorizar os tipos de saberes e vivências, suas culturas e modos de viver, bem como, a educação nos espaços não-formais, como a extensão rural que acontece nas comunidades através de entidades prestadoras de serviços de ATER.

Dentro deste contexto, a nova ATER nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde⁵ e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER e, de tal modo, vem contribuir para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que, além de sustentáveis, possam assegurar uma produção agroecológica e melhores condições de vida para a população rural e urbana.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A ATER NO BRASIL

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa e com conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras. Considerada uma das ações mais relevantes na garantia do desenvolvimento da Agricultura Familiar, nesse sentido, é importante ressaltar que a ATER vive um novo momento histórico, marcado pelo processo de resignificação, ampliação e fortalecimento desses serviços.

Nesse contexto os extensionistas necessitam atuar na assistência técnica de forma proativa, com espírito de investigação, a fim de contribuir para que os agricultores/as possam compreender seus problemas, buscar soluções de forma participativa, construindo e socializando saberes. Sua atuação deve ser baseada na nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A Lei, no seu Art. 2º, Parágrafo I, diz que a ATER deve ser um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Vale ressaltar que a extensão rural no Brasil, segundo Lisita (2005) seguiu três fases distintas para chegar ao modelo que conhecemos hoje:

A fase “humanismo assistencialista”, que prevaleceu desde 1948 até o início da década de 1960, foi a pioneira para o desenvolvimento da extensão rural no país. Em seus objetivos, o papel principal do extensionista era focado em aumentar a produtividade

⁵O processo de modernização da agricultura, conhecido como Revolução Verde, acarretou profundos impactos no espaço geográfico mundial e brasileiro, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura. A partir da década de 1970, o modelo começou a apresentar alguns sinais de esgotamento, por meio da identificação dos gigantescos problemas ambientais, ocasionados pelo uso intensivo de agrotóxicos.

agrícola, visando melhorar o bem-estar das famílias rurais, gerando o aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir, sendo que os métodos adotados pelos extensionistas, naquela época, eram marcados por ações paternalistas e não “problematizavam” com os agricultores, apenas buscavam induzir as mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, de modo que não favoreciam o despertar da consciência crítica, de forma que atendia apenas as suas necessidades imediatas.

A segunda fase pautou-se através do período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), que foi chamada de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados), com enfoque altamente “tecnicista”, visando uma estratégia de desenvolvimento do meio rural, através de uma metodologia que levava em conta apenas os aspectos técnicos.

A partir desse contexto, busca-se realizar uma transição do modelo tradicional das atividades de Ater que, segundo Lisita (2005), era difusionista produtivista para um modelo de assistência técnica a uma agricultura com base ecológica e a partir de um enfoque voltado para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, para a utilização adequada e consciente dos recursos naturais.

Dessa forma, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e a mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”. Com o surgimento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) houve grande expansão do serviço de extensão rural no país.

No início dos anos 80, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” tinha como foco principal a construção coletiva entre os assessores e agricultores, com base na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Esta fase foi chamada de Humanismo Crítico e permeia até os dias atuais.

Esse serviço, sem sombra de dúvida, vem contribuindo ao longo dos anos para o surgimento de novas perspectivas de vida e para o desenvolvimento do Brasil rural, que vai muito além do quesito da orientação agrícola, partindo para a educação das famílias atendidas, considerando também os filhos e filhas desses agricultores/as. Assim como exemplifica em um de seus objetivos específicos: “Promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no

resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade”.

Entretanto, um dos grandes desafios encontrados na implementação de políticas de Assistência Técnica está relacionado à permanência dos povos do campo no campo. Essa permanência, por sua vez, liga-se diretamente à ausência de uma Educação do Campo que construa uma valorização do cotidiano rural e assim resulte na construção das identidades das crianças e jovens, não esquecendo as condições materiais e, mais objetivamente, possibilitando a geração de renda neste universo.

Baseando-se no pensamento de Freire (1989), “não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado” (p. 66), dessa forma, fica explícito que, a ATER e seus agentes sociais, segundo a PNATER, devem contribuir diretamente para,

desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2004, p. 7).

Dentro dessa perspectiva, segundo Silva (2005), “as especificidades da vida camponesa não têm na educação urbana o diálogo necessário para o atendimento das diferenças identitárias desses povos”, por isso a necessidade de uma abordagem específica educativa desses extensionistas, de forma que atenda com eficácia as inquietudes dos sujeitos do campo e possam contribuir de forma significativa para que as crianças e jovens se reconheçam enquanto sujeitos de direitos e, a partir da educação, possam transformar suas realidades e emancipar as suas vidas.

3. AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS AO CONTEXTO CAMPONÊS

O conceito de identidade vem sendo construído ao longo da história, com as mais variadas matrizes culturais e sociais. No Brasil, a identidade do povo, por conta principalmente da pluralização, está em constante construção e não possui traços específicos.

Para tanto, Hall (2006) apresenta três concepções muito diferentes de identidade, no seu livro “A identidade cultural da pós-modernidade”:

A primeira refere-se ao sujeito do Iluminismo, que estava baseado numa concepção voltada para a pessoa humana, considerado como um “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo” (p. 10), de forma que a identidade era o centro da pessoa, uma concepção mais individualista do sujeito e de sua identidade.

A segunda tomava como base a noção do sujeito sociológico, que refletia principalmente que o centro e núcleo do sujeito não era autônomo e autossuficiente, trazia no seu cerne a crescente complexidade do mundo moderno e a importância da relação com outras pessoas, bem como, “mediava para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava” (p. 11). Dessa forma, a identidade é formada a partir da “interação” entre o eu e a sociedade, preenchendo o espaço entre o “interior” e “exterior” – mundo público e mundo pessoal.

E por fim, o sujeito pós-moderno, que comunga da ideia de que não é uma identidade fixa, única, essencial e permanente, de modo que a identidade “torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13).

Nesse contexto, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. (Hall, 2006, p. 13).

De acordo com o mesmo autor (2006, p. 13) os contextos sociais e culturais que nos rodeiam constroem e reconstroem as “formas pelas quais somos representados e interpelados”. Por essa razão, construir a compreensão de que a não identidade engessada e imutável é de extrema importância para fortalecer o debate da extensão como um processo de comunicação, a partir do processo proposto por Freire, e principalmente uma extensão baseada na construção dialógica do PNATER.

Toda a discussão identitária nessa perspectiva, segundo Bauman (1999, p.19), traz a reflexão sobre a chamada pós-modernidade, na qual observa as delimitações geográficas já construídas e aceitas, que se configuram de forma natural como fronteiras, inclusive para a identidade e a sua representação social dentro dos contextos nos quais ela está inserida,

entretanto com o processo de globalização e a rede de comunicações essas fronteiras são superadas.

Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os líquidos, diferentemente dos sólidos, têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas – por um momento -. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro. Descrições de líquidos são fotos instantâneas, que precisam ser datadas. (BAUMAN, citado por BOHN, 2005, p.15-16).

Nesse sentido, segundo Hall (2006) com a desestabilização do espaço e do tempo, as identidades tornam-se líquidas, “fluem, escorrem, esvaem-se, respingam, transbordam, vazam, inundam, borrifam, pingam, são filtradas, destiladas [...]” e, desta forma, permitem análises diferentes de acordo com as formas que assumem, sem a fragmentação do ser.

Essas mudanças nos conceitos de identidades estão situadas dentro da pós-modernidade, que segundo Hall (2006) estão diretamente ligadas ao processo de globalização, que por sua vez encurta a distância e a velocidade das informações e comunicações do mundo, e toda essa dinâmica desestabiliza a impressão de solidez das realidades e contextos sociais, de forma que a identidade é “definida historicamente e não biologicamente”. (HALL, 2006, p.14).

Quando partimos para debater as identidades campesinas, suas discussões pautam-se em torno do contexto histórico camponês, marcado por muitas lutas, contribuições dos movimentos sociais e de segmentos religiosos como a Igreja Católica, de construções coletivas, do lidar com a terra e com a agricultura. Entretanto, considerando as discussões de pós-modernidade, podemos afirmar a existência de uma identidade camponesa única e absoluta? O meio rural ao qual estamos inseridos atende aos preceitos estigmatizados de homem/mulher do campo, ou há de se considerar a existência e novos modos de pertencer ao campo?

A partir desse contexto podemos refletir sobre o mundo pós-moderno e o quanto as identidades (campesinas ou não) vêm se modificando ao longo dos anos, principalmente no que concerne à identidade das crianças e jovens e sua relação de pertencimento.

Nesse sentido, a identidade é o conjunto de características próprias, construída, a partir das relações sociais, com as quais é possível diferenciar as pessoas e as comunidades.

A formação da identidade é um processo singular e complexo, pois inclui fatores sociais, culturais, religiosos e políticos, além dos fatores biológicos individuais de cada pessoa: sexo, cor da pele, dos olhos, traços familiares, entre outros. Entretanto, na medida em que crescem e se relacionam com outras pessoas, há uma ressignificação da identidade pessoal do indivíduo, que está em constante formação e modificação.

Segundo Baptista (1996, 1997) apud Baptista, (2002) o processo identitário é

Constituído pela relação de processos de igualdade e de diferença. A memória da própria história é a condição para apreensão deste elemento de igualdade da identidade, que constitui o eixo da biografia pessoal. Identidade, portanto, refere-se sempre a uma totalidade em permanente transformação. Esta totalidade é fruto de processos complexos que se dão individualmente no nível biológico de cada um, na sua corporeidade, no nível intraindividual através da consciência e atividade, e no nível interindividual considerando as relações de indivíduos e grupos. A complexidade destes processos envolve ainda a questão dos mesmos estarem em interação, através de composições e oposições o que confere o caráter de semelhança e diferença tanto em relação a si mesmo, como na relação de cada um com os outros que guardam pequenas ou grandes semelhanças ou diferenças entre si. Esta totalidade pode representar um indivíduo, um grupo de pessoas, um conjunto de ideias. (BAPTISTA, 1996, 1997).

Portanto, a identidade está relacionada ao sentimento de pertença do povo ao território em que vive, onde deve desenvolver o sentido de pertencimento à sua terra, seu jeito de ser, sua musicalidade, sua cultura, seu sotaque, suas crenças, sem que isso desvalorize outras identidades de grupos e povos distintos, já que a singularidade identitária e cultural é o que embeleza ainda mais o campo brasileiro.

Esse processo de identificar os próprios gostos e preferências a partir de referências ao seu redor, conhecer habilidades e limites, reconhecer-se como um indivíduo único, no meio de tantos outros igualmente únicos inicia-se desde o nascimento e permeia por toda a vida até a morte, e é fortemente influenciado pelo meio social/cultural do qual o indivíduo faz parte.

As crianças devem ser consideradas enquanto “atores sociais, produtores de sentido, plenos participantes das práticas sociais nas quais se encontram envolvidas” (GOMES, 2008, P. 82). As crianças não são meras reprodutoras e passivas ao que são expostas dentro da

sociedade, pelos adultos. Pelo contrário, elas produzem e recriam tudo aquilo que lhe faz sentido, gerando assim um universo único, repleto de significados.

Para Gobbi e Finco (2013) a construção social da infância aponta para um novo paradigma de estudos:

a compreensão sobre o papel ativo da criança possibilita perceber que há realidades sociais que só podem ser descobertas, apreendidas e analisadas a partir do ponto de vista das crianças e de seu universo específico. Elas interagem no mundo do adulto, negociam, compartilham e criam culturas, o que é sabido desde as primeiras pesquisas realizadas por Florestan Fernandes, na primeira metade do século XX. (GOBBI e FINCO, 2014, p. 63).

Diante do exposto, é necessário compreender a concepção de infância na perspectiva de considerar a imensa capacidade das crianças de realizar processos de significações, que estruturados e consolidados constituem culturas.

É nessa fase da infância que os sujeitos iniciam a construção do seu “eu” e tornam-se sujeitos únicos, passam a descobrir o mundo e a fazer algumas escolhas no que se refere ao jeito de ser e estar com o outro. Tais escolhas referem-se à construção da personalidade e/ou identidade da criança.

Portanto, a construção da identidade da criança permeia o meio social, cultural e afetivo em que a mesma vive e passa por modificações e/ou afirmações e, a partir do momento em que ela convive com outras crianças e cria relação entre si, esse espaço pode ser na creche, na associação ou nas brincadeiras livres dentro da comunidade, há uma nova significação na sua vida. A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral, a família é a primeira matriz de socialização. A criança participa de outros universos sociais como os citados acima e pode ter as mais diversas vivências, das quais resultam um repertório de valores, crenças e conhecimentos.

Compreendendo que o campo possui suas simbologias específicas e significativas, com as diversidades culturais de cada comunidade, bem como seus traços étnicos e, sobretudo, suas múltiplas gerações e identidades, que ao longo do tempo vão se recriando. Entretanto, é importante ressaltar que,

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas,

suas histórias, seu trabalho, seus saberes sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto de sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamental ajudar a construir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem lutas por esta identidade e por um projeto de futuro. (CALDART, 2003, p. 66).

Nessa perspectiva, consideramos a Educação muito além dos muros escolares, os processos que acontecem dentro dos espaços de convívio do campo, sendo eles as associações, sindicatos, dentro do cerne da família e, nesse processo, os extensionistas, têm fundamental participação, entretanto, apontamos a ideia de que a Extensão Rural deve ser pautada nos processos dialógicos, pois, segundo Freire, no seu ensaio *Extensão ou Comunicação?* (1969), a extensão não pode ser tratada como mera transferência de conhecimento, mas sim como um processo de comunicação recíproca entre os atores sociais do campo.

O pertencimento ou sentimento de pertença é quando um sujeito se sente parte e pertencente a determinado contexto (seja local, comunitário, social), conseqüentemente se identifica com aquele lugar e, por essa razão, esse sentimento pode interferir na construção das nossas identidades, dos nossos valores e, nesse contexto, também nortear as nossas atitudes perante nós mesmos e as relações externas.

É importante ressaltar que segundo Lestingue (2004) há dois conceitos relacionados ao sentimento de pertença:

A priori, esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (Lestingue, 2004, p. 40).

Ainda nessa perspectiva de construção de identidades, Melucci (2001)

A identidade não se apresenta mais como um “dado” da natureza, nem simplesmente como um conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a ‘associações reguladoras normativamente’ (estado, partidos, organizações). Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação de sua identidade, que é resultado de decisões e de projetos, além de condicionamento e de vínculos. (MELUCCI, 2001, p. 89).

Dessa forma, as identidades, a partir das reflexões apontadas acima, orientam a concepção de uma construção com base nos atributos econômicos, sociais, culturais, ambientais, fruto de envolvimento e participação do sujeito em contextos sociais e de construção de suas próprias identidades.

As sociedades humanas não são somente capazes de aprender, mas se definem sempre mais pelo desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, ocupam-se de aprender a aprender [...] a definição de identidade em estruturas sociais precedentes advinha, principalmente, através do pertencimento a grupos ou classes, e cada caso através da identificação com a coletividade socialmente estável e circunscrita; nas sociedades de massa de alta complexidade, a identidade social, que permite participar de processos coletivos, como educação, consumo, e mesmo a política, tende sempre mais a coincidir com a condição de ator social tout court. (MELLUCI, 2001, p. 90).

Podemos considerar que as identidades e o pertencimento são essenciais para a participação dos sujeitos no contexto em que estão inseridos, levando em consideração a transformação social, pois sem essa transformação não há identificação do sujeito com as causas e, conseqüentemente, não haverá participação e ação coletiva.

Para tanto, trazemos questões inerentes a essa prática extensionista dentro das comunidades, problematizando seus desafios e conquistas, no que concerne a compreensão do seu papel nesse contexto camponês.

4. O PAPEL EDUCATIVO DA ATER NO FORTALECIMENTO DESSAS IDENTIDADES

Como estamos tratando de Extensão Rural, não podemos deixar de abordar sobre educação e, desta forma, podemos trazer um aspecto importante para a humanidade, que é a transformação. A Extensão Rural é uma educação não formal, onde educador e educando, a partir do saber de cada um, constroem novos saberes. Como nos ressalta FREIRE (2011, p. 28) que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Na Educação do Campo é preciso refletir sobre como se ajuda a construir, desde a infância, uma visão de mundo crítica e histórica; como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando o seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra. (JESUS E MOLINA 2004, p. 42).

É importante ressaltar que a Extensão Rural vem desempenhando papel crítico dentro das propriedades brasileiras, pois se trata de uma forma de Educação Não-Formal, que vem se adequando à realidade, tanto na chegada de novas tecnologias quanto no repensar do modelo de desenvolvimento do ponto de vista ambiental, viável economicamente e socialmente justa.

O extensionista deve, acima de tudo, ser o mentor de uma nova educação, visando principalmente às crianças, adolescentes e jovens, visto que a transformação da sociedade é interligada às novas gerações. Reafirmando e construindo uma práxis emancipatória onde, segundo Freire (2011), o diálogo é o princípio educativo da emancipação dos sujeitos do campo, de modo que o instrumento para a superação da opressão seja através da educação política, da cultura do campo e da reflexão crítica da realidade.

É notável que, historicamente, os povos do campo sofreram com o modelo excludente da educação adotada no Brasil. As iniciativas de Educação Rural surgiram no século XIX, porém, foi somente a partir dos anos 1930, do século seguinte, que se começa a construir um modelo de Educação Rural, que tinha como princípio projetos de “modernização do campo”. Segundo Silva (2005, p. 1) “a Educação Rural surge condicionada pelas matrizes culturais escravistas, latifundiárias e controlada pelo poder político e econômico das oligarquias”, tornando-se uma educação que desconsiderava o aprendizado do seu público.

A missão civilizatória de “levar” ou “transmitir” o conhecimento estava restrita à área urbana, deixando de lado o campo, visto que os povos que residiam neste espaço eram considerados desprovidos de quaisquer conhecimentos. Essa perspectiva de verticalização do conhecimento dentro das classes populares foi motivo de uma discussão acadêmica, e teve como seu principal precursor Paulo Freire, através de sua obra *Extensão ou Comunicação?* Nesse ensaio, Freire discute e propõe a troca do termo extensão por comunicação, de forma a garantir processos dialógicos e participativos entre técnicos/as e agricultores/as, ou seja, em termos mais completos, utilizados pelo próprio autor, entre educadores e educandos, num processo contínuo de realimentação pedagógica e troca de saberes, sem jamais impor os conhecimentos, mas, essencialmente, manter o diálogo como centro do contexto educacional.

Segundo Freire (1989) o extensionista vai além do tecnicismo, ele deve promover, antes de tudo, conhecimentos válidos aos agricultores e agricultoras familiares, que constroem e reconstróem conhecimentos em uma troca constante de informações, a partir de um processo sistemático de comunicação.

A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto não é possível compreender o pensamento de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Esta função, por sua vez, não é extensão do conteúdo significante do significado, objeto do pensar de do conhecer. Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes (p.67).

Dentro desse contexto, é relevante que o extensionista se perceba nesse processo de construtor de conhecimento, através do diálogo e da troca de saberes com os agricultores, pois “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (Freire, 1989, p. 69). Nessa perspectiva, fazem parte dos princípios da extensão rural as atividades informais, voltadas às transformações do sistema produtivo-econômico e social do meio rural, visando o desenvolvimento rural no âmbito não somente voltado para o agricultor/a, mas sim para as famílias atendidas.

É importante ressaltar que o campo não se trata somente de um território, mas sim de um modo de vida, que aperfeiçoa o contato com a natureza, propondo uma educação de maneira compartilhada entre a família, a comunidade, os movimentos sociais, entre outras, visando que é direto desses povos que toda Educação que lhes é oferecida deve ser preparada para fortalecer a sua identidade e autoestima, dos seus grupos culturais e familiares, sem sucumbir a suposta superioridade do urbano para com o rural. Como uma prática participativa voltada ao desenvolvimento rural, os serviços de assistência técnica e extensão rural são desempenhados por instituições públicas de Ater, ONGs, sindicatos e cooperativas, com o intuito de promover uma interação entre os povos do campo e os técnicos de ATER, principalmente, no que concerne, o desenvolvimento rural, visando uma amplitude da

sucessão rural, visto que o campo tem envelhecido e a identidade das crianças e jovens se perdido ao logo do tempo.

Assim como nos afirma Ruas (2006)

Por isso é tão necessário o investimento do extensionista na compreensão dos conceitos que envolvem a prática educativa. E, a partir deles, mediar o processo pedagógico de reelaboração do conhecimento em uma perspectiva dialética, ou seja, de busca de superação do próprio conhecimento construído. (p.36)

Desta forma, é importante ressaltar que a orientação pedagógica construtivista e humanista é o centro educacional que rege toda a ação da PNATER, pautada principalmente em Paulo Freire, que busca transmitir a importância de reconhecer o agricultor/a familiar como protagonista da ação transformadora de seu meio, objetivando sua melhoria de vida visando, principalmente, uma educação com base transformadora e holística, através de metodologias participativas, com o enfoque principalmente na educação popular, visando não somente o agricultor, mas a família como o todo.

Por essa razão, transformar a ação de assistência técnica e extensão rural em uma experiência rica em transformação, a partir de uma metodologia participativa e educativa, requer uma postura inovadora tanto dos extensionistas como dos atores sociais envolvidos, uma vez que ambos passam assumir o compromisso mútuo com o processo educativo, o qual envolve a reciprocidade no ensinar, aprender, pesquisar e socializar. Como nos explica Paulo Freire, que destaca a importância na reorientação da “práxis” (prática – teoria – prática).

Contribuir para o sentimento de pertença das crianças, principalmente das crianças pequenas é de extrema importância, pois como ressalta Silva e Silva (2013) a constituição da pessoa acontece por meio da relação com os aspectos ambientais e com a convivência com outros sujeitos. Nesse sentido, a infância é um momento propício do desenvolvimento humano e deve ser compreendida de maneira integral, considerando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que estão presentes no cotidiano das crianças. Portanto, a ATER, vista como processo educacional emancipatório, tem papel crucial no desenvolvimento da identidade campesina da criança pequena, e o extensionista compõe esse espaço como mediador dos processos de compreensão de si mesmo, podendo alavancar a valorização do meio rural ou apenas construir um modelo de estereótipos negando o contexto de vida da criança.

Nesse contexto, compreendemos que os extensionistas devem ter consciência do seu papel educativo dentro das comunidades e mediar conhecimentos com os agricultores/as, com o viés de caráter libertador, como nos diz Freire, o extensionista educador precisa possuir sensibilidade para a construção de uma prática contra hegemônica de extensão.

Se não for capaz de crer nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais. (FREIRE, 1977:93).

Nessa perspectiva, o extensionista pode contribuir de forma positiva na construção das identidades de jovens e crianças do campo, considerando a sua postura educativa, envolvendo esses sujeitos nas atividades dentro das comunidades, na sua relação mais próxima e problemática com as escolas, propondo projetos educativos que trabalham com o contexto camponês, como também se envolvendo nas lutas das comunidades e, principalmente, a partir da sua postura para com as crianças, possa construir um diálogo contra-hegemônico de compreensão de campo e cidade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintelia. **Educação rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2005 – 2ª Edição.

BAPTISTA, Todescan Dias da Silva. **O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia**. Universidade São Marcos, Brasil. 2002

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In **Estudos Sociedade e Agricultura**. 1998. P. 53-75

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 4. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1999

GOMES, Ana Maria R. **Outras crianças, outras infâncias?** In: SARMENTO, anuel;

GOUVEIA, Maria Cristina Gouvea (org.).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação do Campo**: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, agosto de 2004.

LESTINGE, Sandra Regina. Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento. 2004. **Tese** (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

LISITA, Frederico. O. Considerações sobre a Extensão Rural no Brasil. **ADM- Artigos de divulgação na Mídia**, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 77, p. 1-3. Abr, 2005.

MDA. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**, 2004.

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável -. **MEXPAR**. Belo Horizonte, março 2006. 134 p.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2005.